

educação e transformação social

Andrea Versuti
Caroline Luvizotto
Filipe T. Moreira
Maria José Mata
Coords.

Debate em Debate

RIA
Editorial

EDUCAÇÃO

E

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Coordenadores

Andrea Versuti
Caroline Luvizotto
Filipe T. Moreira
Maria José Mata

RIA
Editorial

Ria Editorial - Comité Científico

Dra Aline Camargo, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra Ana Carla Amaro, Universidade de Aveiro (Portugal)
Dra Andrea Versuti, Universidade de Brasília - UnB (Brasil)
Dr. António Domingues Franque, Instituto Nacional de Educação à Distância (Moçambique)
Dra Caroline Kraus Luvizotto, Universidade Estadual Paulista - UNESP (Brasil)
Dr. Livre-docente Denis Renó, Universidade Estadual Paulista - UNESP (Brasil)
Dr. Eduardo Pellanda, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (Brasil)
Dra Fabiana Q Piccinin, Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)
Dra Fátima Lopes Cardoso, Instituto Politécnico de Lisboa (Portugal)
Dra Fernanda Bonacho, Instituto Politécnico de Lisboa (Portugal)
Dr. Filipe T. Moreira, Instituto Politécnico da Guarda (Portugal)
Dr. Gustavo Soranz, Universidade Estadual Paulista - UNESP (Brasil)
Dr. Jefferson Barcellos, Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP (Brasil)
Dr. c/ Agregação João Canavilhas, Universidade da Beira Interior - UBI (Portugal)
Dr. José Carlos Marques, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dr. c/ Agregação Jorge Veríssimo, Instituto Politécnico de Lisboa - IPL (Portugal)
Dra Júlia Leitão de Barros, Instituto Politécnico de Lisboa (Portugal)
Dr. Laan Mendes de Barros, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dr. Leonel Simila, Escola Superior de Jornalismo (Moçambique)
Dra Liliane de Lucena Ito, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra Mágda Rodrigues da Cunha, Universidade Católica Portuguesa (Portugal) / ALAIC
Dra Livre-docente Maria Cristina Gobbi, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra Maria José Mata, Instituto Politécnico de Lisboa (Portugal)
Dra Oksana Tymoshchuk, Universidade de Aveiro (Portugal)
Dr. Osvando de Moraes, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil) (*in memoriam*)
Dra Regilene Sarzi-Ribeiro, Universidade Estadual Paulista - UNESP (Brasil)
Dra Sandra Lopes Miranda, Instituto Politécnico de Lisboa - IPL (Portugal)
Dra Tamara Guaraldo, Universidade Estadual Paulista - UNESP (Brasil)
Dra Teresa Piñeiro Otero, Universidade da Corunha (Espanha)
Dr. Tomas Jane, Escola Superior de Jornalismo (Moçambique)
Dr. Vicente Gosciola, Universidade Anhembi Morumbi (Brasil)
Dr. Xabier Martínez-Rolán, Universidade de Vigo (Espanha)

FICHA TÉCNICA

Copyright 2024 ©Autoras e autores. Todos os direitos reservados

Foto de capa: ©Aleksandr Matveev - stock.adobe.com (arquivo nº 573330646)

Design da capa: ©Denis Renó

Diagramação: *Luciana Renó*

ISBN 978-989-9220-02-7

Título: Educação e transformação Social

Coordenadores: Andrea Versuti, Caroline Luvizotto, Filipe T. Moreira e Maria José Mata
1.ª edição, 2024.



Esta obra tem licença Creative Commons *Attribution-NonCommercial-NoDerivatives*. Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato sempre que seja feito o reconhecimento de seus autores, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

©Ria Editorial

RIA
Editorial

riaeditora@gmail.com

<https://www.riaeditorial.com>

ESSA OBRA FOI AVALIADA INTERNAMENTE E
EXTERNAMENTE POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e selecionados pelos coordenadores da obra. Os comentários foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pelo avaliador Dr. Denis Renó, que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

O livro Educação e Transformação Social apresenta uma interessante diversidade de debates científicos, o que reforça o seu papel na disseminação do conhecimento sobre tais temáticas. Além disso, percebe-se uma diversidade de origens de autorias, ampliando ainda mais o seu caráter plural. Diante do exposto, e por reconhecer a qualidade da obra apresentada pela Ria Editorial, considero a sua publicação fundamental para as áreas do conhecimento às quais o livro está envolvido.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autoras e autores

Alana Nogueira Volpato

Andrea Cristina Versuti

Carla Negrin Fernandes de Paiva

Caroline Kraus Luvizotto

Érika de Moraes

Gabriela Coronado-Téllez

Igor Teixeira Nunes Fernandes

Isadora da Silva Prestes

Jairo Faria Guedes Coelho

Kahena Quintaneiro Bizzotto

Lilian Lindquist Bordim

María Delia Téllez-Castilla

Nísio Banda

Regilene Aparecida Sarzi Ribeiro

Valtemir dos Santos Rodrigues

Vinicius Alves Thomas

Vivianne Lindsay Cardoso

SUMÁRIO

Apresentação.....	11
<i>Denis Renó</i>	
<i>Liliane Ito</i>	
<i>Sandra Miranda</i>	

EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Formação em Pedagogia para uso do digital: um Estado da Arte.....	14
<i>Valtemir dos Santos Rodrigues</i>	
<i>Andrea Cristina Versuti</i>	

O ensino da arte contemporâneo mediado pela imagem fotográfica propulsora reflexiva.....	33
<i>Lilian Lindquist Bordim</i>	
<i>Regilene Aparecida Sarzi Ribeiro</i>	

Contributo dos medias digitais na educação financeira: análise aos audiovisuais de Banco de Moçambique.....	50
<i>Nísio Banda</i>	

SOCIEDADE TRANSFORMADORA

El aporte de las mujeres médicas en la transformación social del Estado de Nuevo León, México.....	68
<i>María Delia Téllez-Castilla</i>	
<i>Gabriela Coronado-Téllez</i>	
Contranarrativas no parlamento: uma análise sobre o discurso do Deputado Federal Nikolas Ferreira no dia internacional da mulher de 2023.....	89
<i>Isadora da Silva Prestes</i>	
Estratégias de visibilidade e repertório de ação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19.....	118
<i>Caroline Kraus Luvizotto</i>	
<i>Alana Nogueira Volpato</i>	
Movimentos e contramovimentos sociais na sociedade em midiatização... 143	
<i>Carla Negrin Fernandes de Paiva</i>	
Batalha/Nascentes - uma experiência de produção audiovisual através de olhares periféricos em Bauru-SP.....	161
<i>Igor Teixeira Nunes Fernandes</i>	
<i>Kahena Quintaneiro Bizzotto</i>	
<i>Vinicius Alves Thomas</i>	

INSTITUIÇÕES TRANSFORMADORAS

Da educação para a cidadania: efeitos dos discursos de influenciadores de finanças.....	182
<i>Érika de Moraes</i>	

Mobilizações por um serviço público de mídia de qualidade em Portugal, na Alemanha e no Brasil: diferentes atores e contextos, desafios relacionados.....	203
<i>Jairo Faria Guedes Coelho</i>	
O impacto das produções cinematográficas espíritas nas bilheterias do cinema brasileiro.....	227
<i>Vivianne Lindsay Cardoso</i>	
Índice Remissivo.....	244

EDUCAÇÃO
E
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

APRESENTAÇÃO

Os estudos que envolvem a comunicação, seja como função principal ou ferramenta colaboradora, possuem um histórico de relevância que, certamente, ganhou ainda mais importância, dadas as intensas transformações do ecossistema midiático na contemporaneidade. As manifestações artísticas já não são as mesmas, não somente por causa da massificação tão criticada pela escola de Frankfurt, mas também pelas possibilidades oferecidas pelo advento de novas tecnologias que, em algumas situações, substituem ou mesmo burlam as ações humanas. O mesmo pode ser visto nos processos educacionais, que competem cada vez mais com alternativas midiáticas e “não lugares” diversos que sustentam e desvirtuam as ideias outrora compartilhados por Marc Augé.

Da mesma maneira, as narrativas jornalísticas e mercadológicas tentam compreender este novo panorama que nos assola, aprendendo a sustentar e esclarecer verdades frente à desinformação ou tentando disseminar mensagens de consumo e de opinião. Torna-se necessário rever as origens que balizam historicamente tais mudanças comunicacionais para, com isso, vislumbrar as possíveis transformações sociais que venham a resultar deste novo panorama. Trata-se de aprender a conviver e a aproveitar com forças contrárias para que estas tornem-se menos negativas e sejam usadas em nosso favor.

Neste cenário, torna-se cada vez mais necessária a promoção do debate sobre o tema, preferencialmente transfronteiriço, para que seja possível conhecer e propor cenários diversos. Por esse motivo, realizamos, entre os dias 21 e 23 de maio de 2024, o 1º Colóquio Internacional

Lusofonia em Debate, que reuniu acadêmicas e acadêmicos de Brasil, Portugal, Espanha (Galícia), México e Moçambique. O evento foi realizado em co-organização por duas instituições - a Universidade Estadual Paulista (UNESP), do Brasil, pelo Chrome Photo/GENEM, e a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa - IPL, de Portugal, através do LIACOM - e ocorreu de forma virtual síncrona. O colóquio possibilitou uma ampla e democrática participação, não somente iberoamericana, mas também africana.

Do evento, nasceram quatro publicações editoriais, dentre elas esta obra, que reúne estudos sobre educação e transformação Social. Como conteúdo, textos do evento que foram reavaliados às cegas e reorganizados para publicação pela Ria Editorial, especializada na publicação de livros digitais com leitura e descarga grátis para uma disseminação do conhecimento de forma livre e democrática.

Trata-se da primeira edição do colóquio, mas outras tantas virão. Enquanto isso, desejamos-te uma excelente leitura e ainda melhor investigação científica. Viva a ciência além-mar. Viva a lusofonia.

Denis Renó
Liliane Ito
Sandra Miranda

EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA PARA USO DO DIGITAL: UM ESTADO DA ARTE

Valtemir dos Santos Rodrigues¹
Andrea Cristina Versuti²

Entendemos que a elaboração de um Estado da Arte se faz necessário para nos permitir avançar nos estudos dentro da temática escolhida, isto é, a formação inicial de pedagogos dentro da perspectiva da educação digital e midiática. A ideia é termos um mapa que nos auxilie no entendimento do caminho feito, do ponto em que nos encontramos e em um porvir servindo-nos como instrumento de refinamento do nosso objeto de pesquisa.

Dentro de uma perspectiva exploratória, buscamos uma visão geral do que vem sendo produzido na área de forma a perceber a evolução

-
1. Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Servidor Técnico Administrativo na Universidade de Brasília. valtemir.rodrigues@gmail.com
 2. Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Doutora em Educação pela Universidade de Campinas. andrea.versuti@gmail.com

das pesquisas, suas características, o foco dado e as possíveis lacunas existentes. Conforme destacam Vosgerau e Romanowski (2014), o Estado da Arte abrange uma larga amplitude investigativa de uma determinada área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções permitindo assim

pesquisas do tipo estado da arte focam sua análise na problematização e metodologia, sua finalidade central é o mapeamento, principalmente servindo ao pesquisador como uma referência para a justificativa lacuna que a investigação que se pretende realizar poderá preencher. (Vosgerau & Romanowski, 2014, p. 173)

Nesta mesma perspectiva, os pesquisadores Gomes et al. (2015), tal metodologia se apresenta como útil, rigorosa e prática, servindo de norte para futuras investigações. Para eles, é útil por oferecer técnicas e ferramentas que permitem a descrição, a compreensão e a criação de marcos teóricos; rigorosa por seguir parâmetros de sistematização e de análise previamente delimitados e prática porque exige que pesquisador encontre uma forma de extrair as informações, de modo ordenado, mediante leitura de uma grande quantidade de textos (Gomes et al., 2015).

Alinhadas a esse entendimento, as pesquisadoras Romanowski e Ens (2006) afirmam que a realização do Estado da Arte contribui com a organização e análise na definição de um campo, uma área e indica possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. A análise do campo investigativo é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia (Romanowski & Ens 2006, pp. 38-39).

Segundo Ferreira (2002), as pesquisas de Estado da Arte são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. Para a pesquisadora,

o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, pp. 257-258).

O Estado da Arte traz esse desafio de ir além do mapeamento das produções científicas. Romanowski e Ens (2006, p. 39) afirmam que o aprofundamento da análise é fundamental para a definição de um campo investigativo em tempos de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia. Frente a isso, procuramos responder com o Estado da Arte em que medida a educação digital e midiática tem sido explorada nas pesquisas científicas com o foco na formação de professores, especialmente no curso de Pedagogia. O objetivo foi mapear as pesquisas científicas relacionadas ao nosso objeto de forma a detectar uma lacuna para o desenvolvimento da pesquisa.

Conforme orienta Eco (2016), no desenvolvimento de um estado da arte, existem alguns procedimentos que precisam ser seguidos pelos pesquisadores. O passo inicial é a definição do foco da pesquisa, posteriormente a escolha dos descritores que nortearão a busca; a localização

dos bancos de pesquisas nos quais as produções possam ser acessadas; o estabelecimento de critérios para a seleção do material e a sua coleta; a leitura do material localizado e a identificação de dados com os quais se quer trabalhar.

A partir deste norte, definimos como descritores os termos: Educação Digital, Educação Midiática, Educação Transmídia, Formação Inicial Docente e Pedagogia. Quanto às bases de dados foram escolhidos: o Catálogo de Teses & Dissertações da Capes; a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); o Portal de Periódicos Capes; a *Scientific Electronic Library Online* (c) ou, em português, Biblioteca Eletrônica Científica *Online*; o Google Scholar; além dos anais de eventos da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Para a busca, foram aceitas teses de Doutorado, dissertações de Mestrado, artigos científicos em idioma português publicados em periódicos revisados por pares bem como anais de evento tendo como recorte temporal os últimos 05 (cinco) anos, isto é, de 2019 a 2023.

No intuito de direcionar melhor nossas buscas, definimos que os termos referentes à educação deveriam estar diretamente relacionados ao título, ao resumo e às palavras-chaves. Levando-se em conta que a temática educação se faz presente em vários estudos de maneira indireta fizemos as combinações entre as palavras: Digital AND Educação; Midiática AND Educação; Transmídia AND Educação; Formação AND Inicial e Pedagogia. Na busca inicial foram encontrados um total de 53 trabalhos, conforme tabela a seguir.

Tabela 01*Trabalhos encontrados em cada repositório*

Bancos de dados	Pesquisas encontradas	Pesquisas selecionadas
BDTD	15	05
Catálogo Capes	04	03
SciELO	05	01
Periódicos CAPES	30	03
Google Scholar	14	02
Anfope	03	01
ANPED	02	00

Elaborado pelos autores.

Neste primeiro momento, o título foi o critério de seleção e, como etapa seguinte, fez-se a leitura dos resumos e palavras-chaves. Posteriormente, foi feita exclusão dos trabalhos que apareciam em mais de um repositório bem como daqueles que não tinham uma relação direta com o campo da pesquisa. Para a escolha foi considerado ainda a aderência ao campo das Ciências Humanas, em especial à Pedagogia. Também como critério de filtragem, definimos que o estudo deveria conter, obrigatoriamente, ao menos um dos descritores no título, no resumo e/ou nas palavras-chave.

Direcionamos o nosso olhar, especialmente, para os estudos que discutem a presença do digital e das tecnologias na formação de pedagogos. Para tal, observamos o objetivo do estudo, a aproximação com a educação digital e midiática bem os resultados obtidos com a pesquisa. Nas situações em que a leitura do resumo não foi suficiente para a escolha, a introdução foi analisada e permanecendo a necessidade, a conclusão. Ao final foram selecionados 15 trabalhos distribuídos em

03 categorias temáticas: Presença do digital nas didáticas e práticas docentes; Tecnologia nos currículos dos cursos de Pedagogia e Letramento e linguagens no digital na formação inicial de pedagogos.

Presença do digital nas didáticas e práticas docentes

Na primeira categoria apresentamos os trabalhos que discutem a presença da educação digital e midiática dentro dos cursos de Pedagogia. Carvalho (2023), por exemplo, investigou de que forma os saberes experienciais são construídos e mobilizados pelos(as) estudantes de Pedagogia nos processos formativos nas/com as culturas digitais. Para entender a questão a pesquisadora analisou um minicurso intitulado “Rodas de com-versa: culturas digitais no curso de Pedagogia”, do qual constatou que o contato com as tecnologias digitais culminou na construção de saberes, na produção coletiva e colaborativa, no desenvolvimento dos etnométodos e na reflexão sobre a prática docente.

Os(as) estudantes evidenciaram que estar imerso nas culturas digitais e compreender as potencialidades das tecnologias digitais modificou suas visões em relação às práticas pedagógicas. As experiências individuais e coletivas culminaram não só em aprendizagens no nível técnico, de saber manusear os diversos recursos, interfaces e aplicativos, mas sobretudo compreender como se apropriar dessas tecnologias para possibilitar metodologias relevantes e significativas para a educação, possibilitando diferentes formas de ensinar e aprender. (Carvalho, 2023, p. 107)

Apesar de imersos no digital e conscientes das possibilidades de aprendizagens, os estudantes entendem que o curso de Pedagogia não oferece preparação para o uso pedagógico das tecnologias digitais. Essa constatação foi evidenciada no estudo de Pereira et al. (2021), que

investigou junto aos pedagogos concluintes da Universidade Estadual do Ceará a concepção acerca de sua formação para o uso de Tecnologias Digitais na Educação. O resultado foi que, apesar de demonstrarem compreender a importância dos artefatos para o ensino e a aprendizagem, estes não se sentem preparados para o uso de tais recursos em suas práticas profissionais em sala de aula. As evidências apontaram para a necessidade de o curso de Pedagogia rever seu currículo para oportunizar aos professores uma melhor apropriação das tecnologias digitais para suas práticas pedagógicas (Pereira et al., 2021).

No que se refere a essa apropriação, Alves (2022) constatou em sua pesquisa que há um descompasso entre as discussões acerca das tecnologias digitais no curso de Pedagogia e os campos de atuação do futuro pedagogo, com olhar atento à Educação Básica. Ao investigar como as professoras em formação do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia concebem as tecnologias digitais concluiu que as veem como utilitarismo, com associação restrita à dimensão técnica do uso e reprodução de práticas pré-estabelecidas e de produção coletiva e crítica de conhecimentos, bem como possibilidade de interconexão entre os sujeitos em sociedade, em específico, imersa no contexto virtual.

Observamos as problemáticas em relação a falta de articulação entre as tecnologias digitais, a formação na Pedagogia e a atuação docente na Educação Básica; e a ausência de discussões que pautam as tecnologias digitais como elementos de criação de conhecimentos ao invés de reproduções/exercícios de práticas limitadas a respeito das tecnologias. (Alves, 2022, p. 122)

Resultado semelhante foi alcançado pela pesquisa de Oliveira e Garcia de Stefani (2023). As pesquisadoras se propuseram a identificar

os conhecimentos sobre TDICs na formação inicial de pedagogos em três universidades públicas paulistas e constaram que os cursos de pedagogia pouco têm problematizado, refletido, analisado ou investigado os conhecimentos acerca das tecnologias digitais, no que se refere ao seu uso pedagógico na escola. Na investigação analisaram os planos de ensino dos cursos, entre 2015 e 2020, visando discutir os paradigmas pedagógicos nos quais se ancoravam e ao final apontaram para a “necessidade de atualizações curriculares, o que colabora para colocar a temática em perspectiva e no centro de debates educacionais sobre formação de professores (Oliveira & Garcia de Stefani, 2023).

Na busca por compreender as reflexões sobre a formação inicial, presente nos diários online da cibercultura, dos discentes do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Sergipe, Oliveira (2020) chegou a uma constatação similar. Ao analisar as reflexões dos estudantes sobre seu processo de formação inicial nos diários online identificou que a formação é limitada. É importante que as tecnologias digitais estejam presentes nas atividades de todas as disciplinas do curso e não apenas em uma única disciplina e que as atividades acadêmicas relacionem seus estudos e suas práticas com as tecnologias (Oliveira, 2020). Segundo o estudo, um destaque foi o questionamento dos estudantes acerca da ausência de uma preparação com as DTICs desde o início da formação, antes de atuarem na profissão docente.

Tecnologia nos currículos dos cursos de Pedagogia

Embora seja senso comum que as tecnologias digitais oportunizam novas práticas de ensino e aprendizagem, elas não aparecem nos currículos de formação inicial docente de maneira adequada e suficiente

para formar um profissional atualizado, consciente da dinâmica social e com habilidades mínimas para uma prática de ensino contemporânea. Ao investigar a formação inicial de professores nos Cursos de Pedagogia em duas universidades do município de Erechim-RS para o uso das Tecnologias digitais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, Sperandio (2019) chegou a essa conclusão. A pesquisadora analisou os Projetos Políticos Pedagógicos e a grade curricular dos cursos e concluiu que os documentos norteadores abordam de maneira superficial a utilização de tecnologias digitais na formação de professores, restringindo-se quase que exclusivamente as ementas das disciplinas diretamente ligadas a elas (Sperandio, 2019).

Alves e Mocarzel (2022) também se propuseram a pesquisar as tecnologias nos cursos de Pedagogia a partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, das matrizes curriculares e das ementas de quatro cursos presenciais na cidade de Niterói (RJ). Os pesquisadores concluíram que há cursos que ignoram os debates sobre as tecnologias e na maior parte do que realizam, essas Tecnologias ainda estão voltadas para uma formação tecnicista, sem demonstrar de forma explícita preocupação com o contexto político e social.

A ausência de conteúdos que estejam voltados para o uso das tecnologias, além de não contribuir para a formação técnica, de uso das ferramentas digitais disponíveis para auxiliar nas metodologias de ensino que são desenvolvidas em sala de aula, distanciam o docente da reflexão sobre como essas tecnologias estão presentes no cotidiano e de que forma ele pode utilizá-las para construir uma prática emancipatória, que o faça refletir política e socialmente e agir efetivamente nessa realidade. (Alves & Mocarzel, 2022, p. 17)

Na dissertação de Mantoan (2021) a proposta foi fazer um levantamento das disciplinas relacionadas ao uso de tecnologias em 11 cursos de Pedagogia de instituições privadas do município de São Paulo a partir das matrizes curriculares bem como verificar como elas descrevem o trabalho a ser executado com as TDICs na formação inicial dos acadêmicos do respectivo curso. As tecnologias estão presentes nas matrizes de todas as instituições pesquisadas, porém a representação da oferta de disciplinas ligadas ao eixo de tecnologias não chega a 2% da carga horária total dos cursos (Mantoan, 2021). Outra constatação foi a predominância de abordagem com tecnologias no início da formação dos licenciandos. Em seis instituições as práticas pedagógicas acontecem do 1º ao 4º semestre.

Silva (2023) pesquisou de que forma é considerada na formação inicial de professores pedagogos a integração das tecnologias digitais, nomeadamente nas orientações curriculares e pedagógicas definidas nos projetos pedagógicos dos cursos de uma instituição pública de ensino superior do estado de São Paulo no Brasil. Os resultados apontaram para uma organização curricular diferente em cada curso, mas que estão minimamente em conformidade com as orientações normativas em relação ao desenvolvimento das competências digitais. “Notadamente, falta uma coreografia pedagógica mais alinhada às necessidades dos estudantes, ao que indica a legislação e também às demandas da sociedade, considerando seu entorno e suas particularidades” (Silva, 2023).

A fim de refletir as ações e fronteiras dos percursos construídos no diálogo entre Educação e Comunicação, Teles (2019) buscou interpretar e compreender os discursos e as práticas formativas dos currículos de pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Como resultado, a pesquisa evidenciou que há a presença de elementos da comunicação digital, mas de forma fragmentada e com variações nas ementas, bibliografia e conteúdos, ou seja, os departamentos não corroboram com as mesmas proposições (Teles, 2019). Além disso, aponta para a necessidade de uma convergência de temas, conceitos e conteúdos nos documentos para os componentes curriculares de comunicação, educação e tecnologias da informação e comunicação.

Letramento e linguagens no digital na formação inicial no curso de Pedagogia

Na vida cotidiana o digital tem cada vez mais modificado as práticas sociais e, claro, os processos de ensino. Novas formas de aprender, ler e escrever têm sido exigidas a partir do uso das tecnologias, demandando dos professores letramentos alinhados ao contexto contemporâneo. Considerando isso, a formação inicial precisa ser pensada para habilitar os docentes para essa realidade. Tal questão foi estudada por Kravetz (2021) com o propósito de analisar as perspectivas manifestadas pelos estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia acerca do letramento digital em seu processo de formação.

A pesquisa ouviu 16 discentes dos últimos semestres do curso de uma instituição de educação superior da Serra Gaúcha e o resultado foi que o letramento digital ainda é pouco compreendido em sua amplitude e, muitas vezes, acaba deixado de ser aplicado simultaneamente com o conteúdo estudado para que os estudantes possam distingui-lo melhor em suas atividades cotidianas em sala de aula. As percepções dos participantes apontam para a necessidade de uma maior preparação

do professor em seu processo de formação com ações combinadas sobre o letramento digital e a abordagem pedagógica (Kravetz, 2021).

Resultado idêntico foi alcançado por Freitas (2019), quando estudou a concepção dos professores formadores do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Câmpus Inhumas) acerca do letramento digital e sua especificidade na formação inicial do pedagogo. A constatação da pesquisa foi a de que o uso das TDICs ainda acontece de forma tímida, o que pode comprometer o letramento digital dos acadêmicos que necessitam de atenção maior quanto ao uso e à aplicação social de tais conhecimentos. Destaca-se que a maioria dos professores mantém certa relação com as tecnologias digitais da informação e comunicação, mas não consegue integrá-las às práticas pedagógicas para além do viés instrumental (Freitas, 2019).

Há a necessidade de realizar uma sensibilização dos docentes e discentes sobre a temática investigada por meio de minicursos, palestras, workshops ou outra forma que os docentes, juntamente com a direção e a coordenação do Câmpus Inhumas, entenderem ser a melhor, pois a pesquisa revelou que a concepção dos professores formadores se mostrou incipiente para tratar a temática do letramento digital em termos teóricos e práticos nos processos formativos do curso de Pedagogia. (Freitas, 2019, p. 116)

Dentro da perspectiva de formação inicial docente para o uso das linguagens digitais, Moura (2021) investigou quais potencialidades a produção de narrativas transmídia no âmbito da formação inicial de professores carrega e quais as suas contribuições para construtos de identidade docente. Tendo a narrativa transmídia como suporte, foi realizada uma pesquisa de campo com estudantes de pedagogia de uma

Universidade Pública do nordeste brasileiro por meio de um minicurso que versou sobre Narrativas Digitais e Construtos de Identidade Docente.

Na pesquisa foram exploradas as linguagens de edição de vídeo, podcast, blogs e redes sociais para, posteriormente, desenvolver narrativas transmídia com viés pedagógico. O resultado foi que

Construir narrativas digitais durante a formação em Pedagogia desencadeou um olhar diferenciado sobre seus processos autoformativos e favoreceu o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes, visto que ao contarem histórias, apontarem aprendizagens e reflexões com as ferramentas, para além de um registro do que fora vivenciado, modificaram sua forma de pensar e agir sobre o recurso, sobre a formação e profissão. (Moura, 2021, p. 202)

Nessa mesma perspectiva, Chitolina (2020) buscou em sua pesquisa de Doutorado compreender a tomada de consciência do professor em formação sobre a construção do conhecimento pedagógico, por meio da configuração de um ambiente de aprendizagem com robótica educativa. A pesquisa defendeu a tese de que a robótica educativa se constitui como um ambiente de aprendizagem com potencialidade para a construção do conhecimento pedagógico de professores em formação, por meio das interações entre sujeitos de aprendizagem, sujeitos de aprendizagem e objetos de conhecimento, sujeitos e o ambiente de aprendizagem, essenciais para o desenvolvimento da prática pedagógica, provocando a reflexão sobre o fazer e compreender para a tomada de consciência.

Para se chegar a esse resultado foi feita uma investigação com estudantes de Pedagogia de uma instituição do Rio Grande do Sul, a fim de vivenciar experiências com robótica educativa durante a formação

inicial. Foram realizadas montagens livres de robótica com a finalidade de desenvolver o processo de formação sobre robótica e compreender o conhecimento dos estudantes sobre o tema. Ao final conclui-se que “a principal contribuição está na compreensão de que a robótica educativa deixa de ser entendida como ferramenta didática ou recurso pedagógico e configura-se como um ambiente de aprendizagem” (Chitolina, 2020, p. 99).

De forma similar, Pimentel et al. (2020) se propuseram a estudar as especificidades das competências digitais voltadas ao desenvolvimento de uma educação contemporânea por meio da questão: como a formação docente por meio da gamificação possibilita um novo olhar sobre a docência? A pesquisa foi realizada no desenvolvimento e execução da disciplina Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem (PCA), parte integrante do conjunto de disciplinas obrigatórias dos cursos de licenciatura da Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), na qual se utilizou da gamificação para analisar até que ponto a estratégia auxiliava os estudantes, futuros professores, a repensar as práticas docentes.

O resultado foi que a gamificação da disciplina permitiu aos participantes compreender a amplitude da ação docente, não se limitando ao espaço físico da sala de aula, com a apropriação de metodologias diversas (Pimentel et al., 2020). Os dados do estudo indicaram que a gamificação promoveu o engajamento, a ludicidade e a execução de atividades práticas, possibilitando o aprofundamento sobre os temas planejamento, currículo e avaliação da aprendizagem. De acordo com os autores, foi possível entender que o professor pode utilizar de diversas estratégias para o exercício docente, na busca da efetivação da aprendizagem.

Considerações

Uma primeira consideração a fazer acerca do Estado da Arte é a tímida produção acadêmica dentro do recorte feito. Foram 53 trabalhos identificados, dos quais 15 foram analisados em função da maior adesão à proposta de pesquisa deste artigo. Para a busca realizada foram selecionadas as duas principais associações nacionais sobre pesquisa em Educação no Brasil, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), nas quais foram encontrados apenas 05 textos nos anais de eventos dos últimos cinco anos. Desses apenas um discutia diretamente a formação dos pedagogos para o uso pedagógico das tecnologias digitais. Avaliamos que a produção científica nesse campo ainda é tímida especialmente se considerarmos os inúmeros gargalos evidenciados na pandemia da Covid-19 no campo da Educação Digital.

Da análise dos trabalhos selecionados algumas evidências importantes foram identificadas para a qualificação deste texto. Dentre as questões, estão as constatações de que os cursos de Pedagogia não oferecem aos professores em formação a preparação adequada para o uso pedagógico das tecnologias digitais, há um descompasso entre as discussões acerca das tecnologias digitais no curso de Pedagogia e os campos de atuação do futuro pedagogo. Além disso, atestam que a formação é tida como limitada e salientam para a necessidade de as tecnologias digitais aparecerem de forma integrada no curso e não apenas em disciplinas isoladas e que sejam oferecidas desde o início da graduação.

Segundo as pesquisas, os currículos dos cursos de Pedagogia ainda utilizam as TDICs de forma tímida, mais voltados ao tecnicismo e, em alguns casos, o percentual de disciplinas ligadas ao eixo de tecnologias não chega a 2% da carga horária total dos cursos. Também identificaram a falta de temáticas atuais como letramentos digitais, cidadania digital e educação midiática, temas considerados pelos estudantes como necessários para sua formação de professores. As narrativas transmídia, a robótica e a gamificação foram apontadas como táticas pedagógicas capazes de gerar uma ação docente não limitada ao espaço físico da sala de aula e capazes de promover engajamento, ludicidade e execução de atividades práticas.

Por fim, entendemos que em uma sociedade cada vez mais ubíqua, multimodal e híbrida considerando a presença das tecnologias digitais é importante habilitar os professores para terem mais condições de exercer o seu papel de mediador e de facilitador dos processos de ensino e aprendizagem. Acerca disso, Kenski (2003), nos diz que é preponderante que os professores conheçam bem as TDICs, não apenas dominando os principais procedimentos técnicos, mas avaliando criticamente e criando novas possibilidades pedagógicas. A partir desse horizonte e das lacunas aqui identificadas, avaliamos como necessário aprofundar a investigação sobre os limites e potencialidades das tecnologias digitais presentes nos cursos de Pedagogia.

Referências

Alves, P. M. B. (2022). *Formação inicial de professoras em tempos vir[tu]ais : sentidos e significados de licenciandas em Pedagogia da UFBA* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia].

- Alves, J. T., & Mocarzel, M. S. M. (2024). A tecnologia nos currículos de cursos de Pedagogia: entre ausências e visões críticas. *Revista Formação em Movimento*, 6(12).
- Carvalho, T. S. (2023). *Saberes experienciais nas/com as culturas digitais no curso de Pedagogia* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe].
- Chitolina, R. F. (2020). *A robótica educativa e a construção do conhecimento pedagógico na formação inicial de professores* [Tese de Doutorado, Universidade La Salle].
- Eco, U. (2016). *Como se faz uma tese* (26a ed., G. C. C. de Souza, trad., Coleção Estudos, 85). Perspectiva.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Revista Educação & Sociedade*, (79), 257-272.
- Freitas, G. O. (2019). *Letramento digital na formação inicial do professor : a concepção dos professores formadores do curso de pedagogia UEG/Campus Inhumas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Goiás].
- Gomes, M. Galeano, C., & Jaramillo, D. A. (2015). El estado del arte: una metodología de investigación. *Rev. Colomb. Cienc. Soc. Medellín-Colombia*, 6(2), 423-442.
- Kenski, V. M. (2013). *Tecnologias e tempo docente*. Papirus.

- Kravetz, R. M. N. (2021). *Letramento digital na formação inicial do pedagogo: o olhar dos discentes* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul].
- Mantoan, J. P. B. (2021). *Formação inicial de professores: as TDIC nos currículos* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Moura, K. M. (2021). *Narrativas digitais na formação de professores: potencialidades, dimensões formativas e construtos de identidade docente* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Oliveira, A. A. D. (2020). *Diários online da cibercultura como espaço de reflexão na formação inicial de professores de pedagogia da Universidade Federal de Sergipe* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe].
- Oliveira, M. C. B. C. A., & Garcia de Stefani, V. C. (2023). Formação inicial de pedagogos e o uso das tecnologias digitais: Uma análise dos cursos de graduação de universidades públicas paulistas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 18(00).
- Pereira, C. A. H, Teixeira, A. J. C., & Oliveira, R. M. (2021). Concepções de pedagogos sobre sua formação para o uso de tecnologias digitais na educação. *Revista Cocar*, 15(33). <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4615>
- Pimentel, F. S. C., Nunes, A. K. F., Júnior, V. B. de S. (2020). Formação de professores na cultura digital por meio da gamificação. *Educar em Revista*, 36, e76125.

- Silva, S. O. (2023). *Formação inicial de professores para o uso de tecnologias digitais na educação: análise de cursos de Pedagogia do Brasil* [Dissertação de Educação e Tecnologias Digitais, Universidade de Lisboa].
- Romanowski, J. P., & Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. *Diálogos Educacionais*, 6(6), 37–50.
- Sperandio, P. (2019). *Formação inicial de professores no curso de Pedagogia e a utilização de tecnologias de informação e comunicação* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Fronteira Sul].
- Teles, E. C. (2019). *Entre o dizer e o fazer com as mídias e tecnologias na formação inicial do pedagogo* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Vosgerau, D. S. R., & Romanowski, J. P. (2014). Estudos de revisão: Implicações conceituais e metodológicas. *Diálogo Educacional*, 14(41), 165-189.

O ENSINO DA ARTE CONTEMPORÂNEO MEDIADO PELA IMAGEM FOTOGRÁFICA PROPULSORA REFLEXIVA

Lilian Lindquist Bordim¹
Regilene Aparecida Sarzi Ribeiro²

Este capítulo apresenta um recorte sobre a dimensão teórica da pesquisa que busca dimensionar a importância da consciência e compreensão dos recursos metodológicos empregados no desenvolvimento do ensino da arte no século XXI. Essa pesquisa terá como resultado posteriormente um relato de experiência e consequente produção de uma sequência didática do ensino da arte no mundo contemporâneo a partir da leitura, compreensão e produção de imagens fotográficas no contexto educacional.

-
1. Mestre em Mídia e Tecnologia.
Doutoranda em Comunicação na Universidade Estadual Paulista (UNESP).
lilian.lindquist@unesp.br
 2. Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) e pós-doutorado em Performances Culturais (UFG).
Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
regilene.sarzi@unesp.br

Muitos são os fatores transitórios na sociedade do século XXI: mundo contemporâneo, mundo interconectado, muros caem, fronteiras são derrubadas ou permanecem na invisibilidade. Material. Imaterial. Objetividade. Subjetividade. Globalização. Territórios. Prós. Contras. Meu. Seu. Nosso. Avanços e retrocessos. Tecnologia, inteligência artificial, conforto, incômodo, velocidade, tempo, espaço. Disputas, desrespeito, desigualdade, intolerância, guerras.

E diante desses atuais desafios estabelecidos em um mundo cada vez mais interconectado pela cultura digital no qual a acessibilidade e produção de conhecimento acontece em ritmo constante faz-se necessária a reflexão sobre a importância dos processos de aprendizagens envolvidos na educação, especificamente o ensino de arte que pode apoiar o despertar e o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias aos alunos no século XXI.

Qual o papel da educação no mundo contemporâneo? Qual ser humano pretendemos ter/projetar/formar no futuro tão presente? O que é essencial na educação contemporânea: conteúdos, habilidades, atitudes? Que disposições de pensamento são necessárias para termos transformações - positivas - na nossa realidade? Como a tecnologia construiu novos parâmetros na arte e qual seu papel na contemporaneidade? Qual o papel do ensino da arte na sociedade contemporânea? Como a arte nos possibilita transformações de pensamento e disposições necessárias para viver e atuar nesse mundo interconectado de maneira ética e colaborativa? Que ferramentas metodológicas são possíveis de serem trabalhadas visando o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda sobre o ensino de arte no século XXI?

São muitos questionamentos que permeiam o campo do ensino e da arte. E são para estas perguntas e discussões que envolvem a educação,

arte e a tecnologia no mundo contemporâneo, que nos atentamos nesse recorte da pesquisa.

O ensino da arte contemporâneo

Percorrendo a história do ensino de arte no Brasil é percebida a predominância do processo colonizador e a influência do pensamento europeu no desenvolvimento do ensino, desde as primeiras manifestações do uso da arte para doutrinar os indígenas através dos jesuítas até a chegada da Missão Artística Francesa para trazer cultura ao nosso país em detrimento do que já existia aqui. Posteriormente o ensino de arte se desenvolveu através do ensino de desenho nas popularizadas Escolinhas de Arte, dando ênfase aos ensinamentos clássicos que predominam muito sobre os conceitos artísticos ainda hoje.

Por mais que a sociedade venha se transformando com uma rapidez gigantesca e mudando as relações existentes no mundo, o ensino e especificamente o ensino de arte busca encontrar seu espaço e caminho na hierarquia das disciplinas escolares. Segundo Ana Mae Barbosa, “vivemos a era “inter”. Estamos vivendo um tempo em que a atenção está voltada para a internet, a interculturalidade, a interdisciplinaridade e a integração das artes e dos meios como modos de produção e significação desafiadores de limites, fronteiras e territórios” (Barbosa, 2008, p. 23).

As conexões existem e coexistem, as pessoas criam interações em diferentes unidades de espaço-tempo com o seu meio ambiente e por diferentes meios e mídias, constroem e reconstróem papéis, antes fortemente delineados, rompendo limites ao estabelecer diálogos e recriá-los ao longo do tempo a partir de suas necessidades e vontades.

E nesse contexto de rompimento de fronteiras entre mundos simbólicos e novas linguagens surgem grandes questões que transformam os processos educativos situados na contemporaneidade e suas relações entre arte e tecnologia, os quais necessitam de melhor compreensão dos aspectos comunicacionais e educacionais para ampliar a visão sobre as influências tecnológicas no mundo contemporâneo e sua ação transformadora sobre o ser humano.

Ao pensarmos na história da humanidade, o homem sempre esteve em constante desenvolvimento de novas tecnologias que o impulsionaram às transformações no seu tempo. Desde o Renascimento estamos em constante transformação científica e cultural, mesmo que em velocidades diferentes em cada tempo histórico vivido pela humanidade. Muitos fatores influenciaram e influenciam no modo de escolhas e condução da vida e inevitavelmente no modelo de educação que temos na sociedade contemporânea. A globalização envolve muitos desses fatores de influências de movimentação de capitais do mercado, circulação de seres humanos espalhados pelo mundo, a veiculação de informações nas nuvens tecnológicas e a transformação da cultura numa agitação constante e incessante gerando, inclusive, a massificação de muitos valores (Gardner, 2007).

Podemos perceber como a sociedade precisa de grandes transformações ao olharmos os noticiários e suas constantes informações sobre o desenvolvimento da vida humana: desrespeito, violência, corrupção, desigualdade, ignorância. Mesmo com tantos avanços tecnológicos e ampliação de redes, por que os comportamentos humanos continuam mantendo o mesmo comportamento retrógrado e egoísta? Para que haja mudanças, necessitamos mudar a forma de pensar e fazer a educação no mundo contemporâneo.

Segundo Howard Gardner, são cinco as mentes necessárias e cruciais para serem cultivadas nas pessoas, em diferentes ambientes, as quais darão condições para que estejam equipadas para lidar com aquilo que se espera. De igual forma para enfrentar o que não se pode prever. E sem estas mentes, o homem estará à mercê de forças que não consegue entender, muito menos controlar. As mentes citadas por Gardner são: a mente disciplinada, a mente sintetizadora, a mente criadora, a mente respeitosa e a mente ética. Gardner (2007) cita “As cinco mentes apresentadas são os tipos particularmente valorizados no mundo de hoje e o serão, ainda mais, amanhã. Elas cobrem o espectro cognitivo e o empreendimento humano, no sentido de que são abrangentes e globais” (Gardner, 2007, p. 13). Assim, um olhar da educação para o cultivo e desenvolvimento destas cinco mentes pode gerar processos e produtos mais qualificados na sociedade do século XXI.

Ao olharmos a educação atual ainda encontramos a educação tradicional, bancária, reprodutivista, consumista de conteúdos para serem aplicados em provas seletivas e excludentes com finalidades somente ao mercado. O desenvolvimento e a formação humana são meros aparatos fisiológicos para que se atinjam os resultados numéricos de uma sociedade pseudo-alfabetizada.

Percebemos todo o complexo mundo em que vivemos atualmente, mas não consideramos essa complexidade para pensarmos a educação, não preparamos os alunos para as demandas da sociedade contemporânea atuais e para o futuro, só reproduzimos mentes para reproduzir o passado. O sistema industrial necessita que a educação não seja pensada para desconstruir o mecanismo já estabelecido. Dewey corrobora dizendo

que a educação que deveria desenvolver a iniciativa, a reflexão e a força executiva não produz os fáceis recrutas para o nosso sistema atual. E se formos honestos, veremos que não há nenhuma intenção de que essas qualidades sejam mais estimuladas do que o mínimo exigido para se manter em operação o mecanismo ao qual as massas estão subordinadas. (Barbosa, 2008, p. 27)

Aprofundando os questionamentos sobre a sociedade contemporânea e os caminhos da educação no futuro, faz-se necessário uma educação que caminhe para a compreensão de um todo abrangendo diferentes perspectivas, que se desenvolva um pensamento holístico que tenha como resultado ações transformadoras no mundo.

E assim olhamos para o ensino da arte como potencial de desconstruir formatações e disponibilizar possibilidades de aprofundar o pensamento sobre o mundo em que vivemos e transformá-lo com o desenvolvimento da compreensão dos processos que nos permeiam.

O ensino de arte no Brasil é uma obrigatoriedade prevista pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9394/96). Mas a história do ensino da arte no nosso país nos mostra exemplos ineficientes dessa obediência da lei. Em muitos contextos educacionais, a disciplina de Artes é oferecida em demandas ditas interdisciplinares, prevalecendo a hierarquia de disciplinas mais relevantes em detrimento da especificidade da linguagem visual. “Leis tão pouco garantem um ensino/aprendizagem que torne os estudantes aptos para entender a Arte ou a imagem na condição pós-moderna contemporânea” (Barbosa, 2011, p. 14).

Por muito tempo se pensou e foi vivenciado que o ensino de arte tinha o compromisso em desenvolver habilidades de coordenação motora, aplicar as teorias de desenho geométrico, finalizar com alguma atividade prática ligada a algum conteúdo de outra disciplina ou ainda se

enquadrava como um momento lúdico e de livre expressão emocional dentro do contexto educacional. É sabido que muitas escolas acreditam nesse modelo de ensino de arte atualmente, mas sabe-se também que o mundo de hoje exige muitas outras competências que esse modelo de pensamento não contempla e é necessário novas abordagens no processo ensino/aprendizagem, inclusive que possam dar suporte ao professor para o desenvolvimento dessas reflexões e mudanças da prática.

O ensino da arte vem mudando e se transformando ao longo dos últimos anos a partir de pesquisas propostas e realizadas por estudiosos. Entre eles, podemos citar Ana Mae Barbosa que pontua muitas mudanças na Arte-Educação, como por exemplo, o maior compromisso com a cultura e com a história, a ênfase na inter-relação entre o fazer artístico, a leitura da obra e a contextualização histórica, a necessidade de uma alfabetização visual e desenvolvimento cultural. E afirma

Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (Barbosa, 2011, p. 18)

Ana Mae Barbosa, com sua militância sobre a história do ensino de arte no Brasil, em meados dos anos 1980 nos apresentando como um legado, traz a abordagem triangular do ensino de arte que consiste na sistematização do fazer artístico, da leitura das obras de arte e a contextualização histórica, cultural, social.

Para mudar a realidade em que estamos inseridos é cabível que se pense que o meio mais atuante em que isso aconteça é a educação, e em se tratando de um ensino de arte é relevante e urgente que possamos

ler e significar o que está à nossa volta. Aprender a pensar sobre o que pensamos, lemos, sentimos. Questionar o que é visto, proposto, lido. A experiência do ensino de arte tem que ser uma aprendizagem significativa, que provoque o aluno nesse processo.

parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (Larrosa, 2004, p. 160)

É por meio de uma aprendizagem significativa no ensino de arte que poderemos acessar o conhecimento sobre os códigos das culturas e ultrapassar as barreiras da compreensão ao nos apropriarmos da linguagem visual. Entender a arte como conhecimento e detentora de conteúdos próprios é possibilitar um foco mais profundo sobre as experiências planejadas no ensino de arte contemporâneo.

Ensino para a compreensão: a imagem propulsora reflexiva

Tendo a necessidade de sistematizar e oferecer ferramentas metodológicas para que o ensino de arte prevaleça em sua ciência e conhecimentos e assim seja relevante dentro de uma estrutura de ensino, trazemos algumas ferramentas utilizadas durante esse estudo, como a Taxonomia de Bloom e as pesquisas do Projeto Zero (<http://www.pz.harvard.edu/>).

Se procurarmos uma definição para a palavra taxonomia, o que teremos é uma definição de ciência ou técnica de classificação. Mas a

taxonomia a que nos referimos aqui é a Taxonomia dos objetivos educacionais desenvolvida por Benjamin Bloom e outros profissionais que desenvolveram uma classificação de níveis de cognição importantes para a aprendizagem que são os níveis: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, avaliação e criação. Nesse caso descrito, os níveis de cognição foram estruturados num planejamento de aulas que teve duração de um trimestre, aliado à outras ferramentas metodológicas.

Além do recurso metodológico da Taxonomia de Bloom, a ele foi complementado o estudo do Projeto Zero. O Projeto Zero, fundado pelo filósofo Nelson Goodman na Harvard *Graduate School of Education* em 1967, começou com a pesquisa tendo como foco o ensino para a compreensão dentro e através das artes. Goodman acreditava que a aprendizagem artística deveria ser estudada como uma atividade cognitiva séria, mas descobriu que o conhecimento geral sobre educação artística era “zero”. Portanto, deu ao projeto seu nome “zero”, já que é de onde ele estava começando. Ao longo dos anos continuaram a investigação sobre a educação em arte, enquanto reuniram diversas perspectivas disciplinares para examinar questões fundamentais de expressão e desenvolvimento humano.

Hoje, o Projeto Zero é uma fonte intelectual, alimentando a investigação sobre a complexidade dos potenciais humanos – inteligência, compreensão, pensamento, criatividade, pensamento interdisciplinar e transcultural, ética – e explorando maneiras sustentáveis para apoiá-los em múltiplos e diferentes contextos. Ancorado nos saberes das artes e humanidades e com o compromisso de fundir teoria e prática, continuam a trabalhar em direção a um processo e sistema educacional mais esclarecido que desenvolva o pleno potencial dos alunos para o mundo.

O Projeto Zero possui muitas pesquisas que resultam em recursos dinâmicos e expressivos quando se pensa em educação. Uma dessas pesquisas é o Ensino para a compreensão (Teaching for understanding) que busca questionar como o que é compreensão e quais tipos de experiências de aprendizagem podem apoiar a compreensão. A estrutura criada a partir dessas pesquisas norteia o professor ao planejar as aulas com conteúdos relevantes ao século XXI, criando metas significativas no processo de aprendizagem em que os alunos se concentrem e sintam-se envolvidos em experiências desafiadoras. Com isso ainda desenvolvem práticas de avaliação que ajudam a aprofundar a compreensão do aluno.

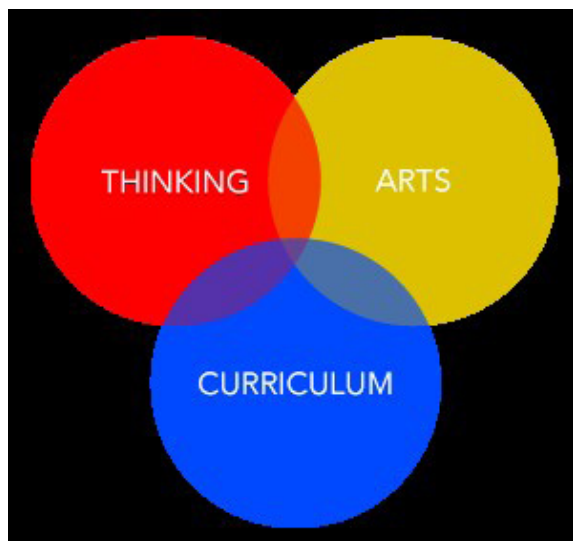
Apresentamos também a abordagem de tornar o pensamento visível (*Making Thinking Visible*) que possibilita a visualização e partilha da aprendizagem individual e em grupo, gerando reflexão do próprio pensamento e o desenvolvimento da metacognição dos alunos no processo de aprendizagem. Essa ferramenta faz parte de uma cultura desenvolvida na instituição de ensino *FourC Bilingual Academy*, em que a capacidade de compartilhar pontos de vista e ouvir uns aos outros e aprender a ter múltiplas perspectivas, buscar conexões entre os saberes, mudar ideias e negociar conflitos faz parte das ações educativas desenvolvidas entre as pessoas do contexto educacional todo como agentes transmissores e influenciadores da cultura e do conhecimento. Essa prática cultural dispõe de inúmeras rotinas de pensamento (*Thinking routines*) que são mini estratégias curtas e fáceis de aprender que ampliam e aprofundam o pensamento dos alunos e passam a fazer parte da rotina de aprendizado. Elas são flexíveis e adaptáveis em qualquer currículo e estruturam o planejamento das aulas objetivando desenvolver disposições de pensamento que envolvem a curiosidade, a imaginação, a busca da justiça e da verdade e assim aprofundado o

pensamento dos alunos sobre os conteúdos e suas conexões. Além de trabalhar essa cultura de disposições de pensamento, essa prática inclui a documentação do processo de desenvolvimento do pensamento do aluno e colabora com a prática profissional reflexiva.

A partir das pesquisas do Pensamento visível (*Visible Thinking*) (Tishman & Palmer, 2005), o foco foi expandido e passaram a dar uma ênfase no pensamento das artes, criando assim o *Artful Thinking* (<http://pzartfulthinking.org/>), que é um programa que objetiva o desenvolvimento das disposições de pensamento através das artes que apoiem a aprendizagem consciente e reflexiva nas artes e em todas as disciplinas, estabelecendo conexões ricas e potencializando a arte no contexto educacional, como mostra a Figura 1.

Figura 1

Diagrama Artful Thinking. Projeto Zero

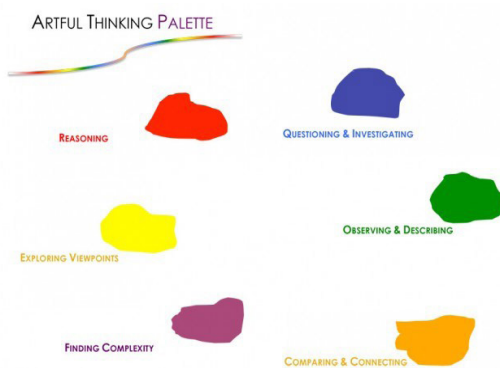


Artful Thinking (s.d. -a).

Esse programa apresenta uma paleta de rotinas de pensamento (*Thinking Palette*) que o professor de artes pode utilizar de acordo com seus objetivos em aula. A imagem da paleta é uma metáfora sobre uma paleta de cores básicas que podem ser usadas e misturadas dependendo do objetivo. E é composta de seis disposições de pensamento, representadas pelas cores, que tem o poder de explorar obras de arte e assuntos em todo o currículo escolar, como mostra a Figura 2.

Figura 2

Diagrama da Paleta Artful Thinking. Projeto Zero



Artful Thinking (s.d. -a).

A paleta que apresenta as rotinas de pensamento é flexível e se combinam em muitos tópicos no currículo escolar, dependendo do planejamento e objetivando desenvolver as habilidades que estão divididas em seis disposições de pensamento, que são: comparando e conectando, explorando pontos de vista, encontrando complexidade, observando e descrevendo, questionando e investigando e desenvolvendo raciocínio.

Estas ferramentas metodológicas apresentadas fazem parte dessa pesquisa sobre o ensino da arte mediado pela imagem fotográfica, e ao utilizá-las o objetivo foi torná-las um recurso para questionamento e aprofundamento do pensamento sobre o ensino da arte no mundo contemporâneo e sua importância e responsabilidade enquanto agente produtor de cultura.

Resultados e discussão

O registro analisado dessa pesquisa é de um projeto realizado com 13 alunos do ensino fundamental II, de 6º e 7º ano, que desenvolveram um planejamento trimestral nas aulas de artes visuais de forma interdisciplinar e de como, ao final, foi possível perceber a transformação do pensamento e consciência sobre o processo e o produto artístico. O planejamento foi estruturado utilizando as ferramentas metodológicas já mencionadas anteriormente: partindo da estruturação do planejamento trimestral com a Taxonomia de Bloom, atendendo aos níveis de desenvolvimento e aprofundamento da cognição e utilizando as ferramentas metodológicas de tornar o pensamento visível através das rotinas de pensamentos selecionadas na paleta de acordo com cada objetivo e etapa do projeto.

Uma das produções artísticas planejadas e esperadas pelos alunos foi o desenvolvimento do estudo sobre a fotografia e a interpretação das imagens que nos cercam, finalizando com a produção fotográfica. Inicialmente, seguindo a estruturação da Taxonomia de Bloom, onde os primeiros níveis são de conhecimento e compreensão, foram realizadas muitas discussões e interpretações de imagens e reflexões sobre seu poder na história da humanidade, obtendo informações iniciais sobre o

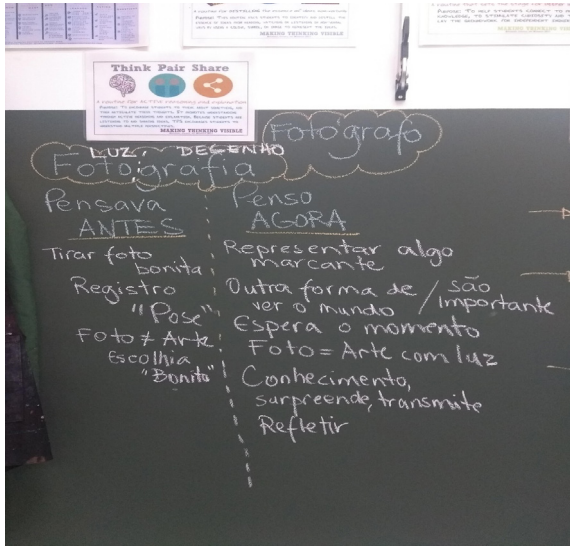
conhecimento dos alunos. Também foi proposta a exploração fotográfica de forma inicial a fim de observar tanto o pensamento envolvido quanto à noção de estética visual. Após a prática foi realizada uma exposição prévia coletiva para que os alunos observassem suas produções e classificassem as imagens, identificando os pontos positivos da composição visual, a intencionalidade e também os pontos a melhorar, atendendo aos níveis de aplicação e análise do planejamento. Somente depois foi apresentada teoricamente os conceitos de composição visual e posterior prática fotográfica final, onde cada aluno selecionou uma foto final como parte do projeto, concluindo assim as etapas de avaliação e criação que propõe a taxonomia.

Ao fim do projeto, para tornar o pensamento visível e gerar discussão e aprofundamento sobre o pensamento trabalhado no processo da produção artística, foi utilizada a rotina de pensamento: Eu costumava pensar... eu penso agora (*I used to think...now I think*) que faz parte da disposição de pensamento, comparando e conectando. O objetivo era que os alunos percebessem o desenvolvimento da percepção visual e refletissem sobre o pensamento deles sobre a imagem fotográfica, algo tão presente e corriqueiro no cotidiano, que foi trabalhado durante o trimestre.

O que se percebeu durante a pesquisa é que os alunos antes do projeto pensavam que as imagens fotográficas se restringiam ao campo da beleza estética, que são formas de registro, que as fotografias eram somente poses, que a fotografia era diferente de arte e que se escolhiam as imagens pelo fato de serem bonitas ou não, como mostra a Figura 3.

Figura 3

*Registro da rotina de pensamento eu costumava pensar...
eu penso agora (I used to think...now I think)*



Acervo pessoal.

Após o desenvolvimento do projeto estruturado com as ferramentas metodológicas foi possível constatar a mudança da disposição do pensamento dos alunos: eles falaram e registraram, tornando o pensamento visível, que a fotografia era utilizada para representar algo marcante, que era outra forma importante de ver o mundo, que a fotografia trabalha para capturar o momento esperado, que é uma arte com luz e que a fotografia tem conhecimento, pode surpreender, transmitir informações e emoções e nos faz refletir sobre a sociedade em que vivemos. Isso demonstra que os alunos estão ampliando tanto a noção estética, quanto a técnica e o mais importante, a tomada de consciência

da importância do ato fotográfico que resulta em uma imagem que atingirá muitas pessoas.

Considerações finais

Considerando esses registros apresentados no capítulo é relevante mensurar a importância de um planejamento estruturado no ensino de arte no mundo contemporâneo utilizando as ferramentas metodológicas que incluem a importância do desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, que estimula a conexão entre o artístico e a tomada de consciência do saber para o ensino visando a compreensão de um determinado campo ou suporte, no caso a imagem fotográfica como mediadora de diálogo com o mundo.

É necessário levantar a discussão sobre os processos de ensino em arte que refletem a consciência e autonomia dos alunos tendo como mediação a produção midiática, representada pela imagem fotográfica, em seu contexto educacional. Utilizar ferramentas metodológicas reflexivas na educação em arte favorece a ampliação e maior profundidade do pensamento dos alunos, que conseguem perceber a atuação deles além da produção visual.

O questionamento e a pesquisa no ensino da arte são relevantes como instrumentos, pois promovem o desenvolvimento de cidadãos lúcidos e conhecedores dos mecanismos e discursos presentes nas imagens, por exemplo, que trabalham pela alienação e controle dos sujeitos na sociedade contemporânea. O ensino de arte contemporâneo deve abrir espaços de reflexão e mudanças nas práticas pedagógicas, ampliando a participação dos alunos nos meios midiáticos com maior criticidade e responsabilidade.

Referências

- Artful Thinking (s.d. -a). *Overview*. Recuperado de http://pzartfulthinking.org/?page_id=5
- Artful Thinking (s.d. -b). *Thinking Palette*. Recuperado de http://pzartfulthinking.org/?page_id=2
- Barbosa, A. M. (2008). *John Dewey e o ensino da arte no Brasil*. Cortez.
- Barbosa, A. M. (Org.). (2011). *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. Cortez.
- Gardner, H. (2007). *Cinco mentes para o futuro*. Artmed.
- Larrosa, J. (2004). *Linguagem e educação depois de Babel*. Autêntica.
- Tishman, S., & Palmer, P. (2005). *Visible Thinking*. Recuperado de <http://www.pz.harvard.edu/projects/visible-thinking>

CONTRIBUTO DOS MEDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ANÁLISE AOS AUDIOVISUAIS DE BANCO DE MOÇAMBIQUE

Nísio Banda¹

Os estudos sobre educação financeira em Moçambique mostra-se incipientes se consideramos o número de produção e publicação científicas acessíveis. Porém, o tema globalmente tem merecido atenção de vários segmentos da sociedade. Apesar do Governo de Moçambique não incluir este tema nos conteúdos lectivos formais como é caso de Portugal e Brasil em que a educação financeira é parte curricular no ensino elementar. Em Moçambique, ao nível de topo é notável a interesse de Estado em promover a literacia financeira na sociedade moçambicana. Com efeito, pode-se apontar, como exemplo a Estratégia Nacional de Inclusão financeira que tem a implementação da componente de educação financeira como pilar.

1. Licenciado em Publicidade e Marketing.
Docente de produção audiovisual e Marketing Digital da Escola Superior de Jornalismo.
bandanisio@gmail.com

A transversalidade do campo de educação financeira que combina as áreas de pedagogia e economia, com advento das medias digitais tornaram um aliado incontornável para seu exercício. Por tanto, isso faz de educação financeira e comunicação um campo fértil para ser explorado. Os meios de comunicação de massa desde seu surgimento serviram de suporte da educação (telescola).

Mas na era da internet, o papel de mediação entre educação e sociedade tem conquistado espaço “hegemónico”, basta observamos a avalanche os conteúdos digitais sobre a temática difundido pelos chamados produtores de conteúdos ou influenciadores digitais visando disciplinar a sociedade consumista. Sobre este processo, Mattos et al. (2012) citando Martín-Barbero (1997, 1999) remete a cadeias envolvendo produtores, produtos e receptores e aos deslocamentos de significados entre essas diferentes instâncias. Neste artigo, nos propomos a analisar a produção do sentido gerado pelos audiovisuais de Banco de Moçambique sobre educação financeira. Considerando pressuposto Barros e Caldas (2017) citados por Barros et al. (2020), “interação é, ou deveria ser, a essência da interatividade, está na esfera da práxis. Porém, pode haver interação sem mecanismos de interatividade. E nem toda prática de interatividade se traduz, de fato, em experiência de interação” como se desenrola o processo interactivo sobre adopção de mudança de comportamento no uso de dinheiro mediado pelos audiovisuais veiculados nos meios digitais com ou sem interacção.

Referencial teórico

Na sociedade da informação, um novo paradigma de construção coletiva de conhecimento se revela. A convergência das medias permite

que a sociedade se organize em redes: as redes de conhecimento caracterizadas pelo compartilhamento e compostas por sujeitos conectados por fluxos estruturados de comunicação. Esses sujeitos deixam de ser meros consumidores-receptores e tornam-se indivíduos-consumidores, capazes e responsáveis por escolhas (García et al., 2010)

Este posicionamento mostra quão relevante é actualmente, incluindo em Moçambique, pensar numa sociedade de informação com acesso a pelo menos um dispositivo electrónico para aceder a informação e ao conhecimento.

Medias Digitais

Erbolato (1985) *Media* é o conjunto dos meios de comunicação. ou seja, designa os meios, ou conjunto de meios de comunicação. É a grafia aportuguesada da palavra *media*, conforme pronunciada no inglês.

Para Barbosa e Rabaça (1987), *Media* é o plural de *medium*, palavra latina que significa “meio”.

Tradicionalmente o termo é associado ao conjunto dos meios de comunicação: jornais, revistas, TV, rádio, cinema etc. Porém, actualmente, o mesmo está sendo muito utilizado com uma carga conceitual mais profunda, em que é compreendido com um conceito complexo que vai mais além do que simplesmente “o suporte de difusão da informação.

Segundo Lamizet e Silem (1997) definem *Media digital* como o conjunto de veículos e aparelhos de comunicação baseados em tecnologia digital, permitindo a distribuição ou comunicação digital das obras intelectuais escritas, sonoras ou visuais.

Para sua vez, Castells, (1998) acrescenta que *media digital* seria o espaço que comporta os meios de comunicação que utilizam da linguagem binária da informática.

Lamizet e Silem (1997) sustentam que no sentido técnico, medias digitais podem ser computadores, telefones celulares, *smartphones*, *compact disc*, vídeos digitais, televisão digital, internet (WWW), jogos electrónicos e outras medias interactivas”.

Neste presente projecto, pretende-se verificar como o Banco de Moçambique usa os diversos tipos de media digital para democratizar o acesso ao conhecimento financeiro.

A gestão da comunicação tem atualmente um novo sentido com o desenvolvimento das medias digitais e da multimídia, das novas formas interativas de acesso à informática, sendo que as conferências, os sites na Web e as redes via computação e com o avanço e possibilidades que estão por vir através da TV Digital interactiva (Becker & Montez, 2005, p. 21)

Diante de prisma, acima aludido, consideramos as redes sociais e o website como ferramentas de gestão de comunicação da entidade Banco Central no ambiente virtual, entre tanto este aparelhos para além de serem simples, difusores de conhecimento tem componente interativa e gestão de comunicação com publico.

Educação na média digital

A educação na sociedade de informação atual, Tiffin e Rajasingham afirmam que pensar a educação é pensar a comunicação. “Educação é comunicação” (Tiffin & Rajasingham, 1995, p. 19), afirmam os

pesquisadores, relacionando os vários níveis possíveis de estudo da comunicação atualmente: do nível neural ao global.

Sobre este ponto, Nóvoa (1992) defende o uso tecnologias e medias digitais no processo de ensino é no sentido de que estas mobilizam possibilidades de aprendizagem que podem ser ampliadas nos diferentes contextos históricos sociais.

O avanço tecnológico convergente em uma plataforma única, capaz de agregar recursos de telefonia e de internet, criou múltiplas possibilidades educacionais. A implantação da televisão digital abre uma perspectiva de democratização do acesso aos meios, oferecendo espaços para a aprendizagem e a participação social.

De acordo com Torres (2009), a educação, enquanto um processo de troca e interação de saberes que ocorre em qualquer espaço, seja formal ou informal, permite compreender os processos que as pessoas promovem e vivem quando constroem significados e sentidos para suas experiências.

Assim, seu papel é o de formar e desenvolver o homem reconhecendo “a existência de uma dimensão pedagógica nas relações e interações sociais que as pessoas promovem por meio de suas práticas sociais” (Torres, 2009, p. 1).

Audiovisuais no ensino

As Pesquisas Piccinini e Martins (2004) sugerem que se deve dar mais atenção ao papel desempenhado por diferentes modos semióticos na construção discursiva do conhecimento científico.

Os recursos audiovisuais (televisão, cinema, computador e vídeo) compõem uma gama de materiais que podem – e devem, ser utilizados

em salas de aula pelos professores. Por ser mais acessível ao aluno do que a linguagem científica, a linguagem audiovisual consegue mediar a formação de novos conceitos por parte dos alunos e permitir que esses se interessem e internalizem conceitos que seriam incompreensíveis, se expressos com o formalismo das definições científicas defende Santos e Santos (2005).

Sobre este papel Arroio & Giordan, 2006 acrescentam que os meios de comunicação, em especial a televisão, desenvolvem formas sofisticadas e multidimensionais de comunicação sensorial, emocional e racional, superpondo linguagens e mensagens, o que facilita a interação com o público.

Por meio de um filme, o educando compreende de maneira sensível e não apenas cognitiva. Ao assistir um filme, além da transmissão de conteúdos, ocorrem vivências de todos os tipos: emoções, sensações, atitudes, ações, conhecimentos etc.

Oliveira e Júnior (2012) conceitua a vídeo aula é um tipo de conteúdo digital feito em formato de vídeo que tem como principal finalidade ensinar algo (que pode ser teórico ou prático).

Segundo o autor, a vídeo aula proporciona uma enorme dimensão em torno da educação, especialmente na área de ciências. Nessa ocasião, há de se salientar o papel do professor, nortear o conhecimento de forma clara e objectiva. As representações como, por exemplo, as imagens executam um grande papel no desenvolvimento de ensino e aprendizagem (Rocha et al., 2018).

Para caso do Banco de Moçambique tem especificações pois são produzidas para televisão e retransmitidas pela internet.

Candeias e Carvalho (2016) reflectem que, o amplo uso das novas tecnologias como um mecanismo no processo de ensino e a necessidade de elaborar novos métodos didáticos, faz com que as vídeo-aulas seja uma das tecnologias de informação e comunicação mais promissora, pois, podemos complementar os conteúdos de uma aula de maneira lúdica estimulam os alunos a aprender. É importante também conduzir as nossas aulas até o aluno, estimulando que eles produzam os seus vídeos e os postem na internet, compartilhando com outros estudantes, que possam estar interessados no conteúdo do vídeo que se encontram nas redes sociais.

Oliveira e Júnior (2012) evidenciam que as informações visuais podem auxiliar no processo de ensino, sendo que a grande parte dos jovens passa muito tempo no computador buscando informações seja na escola ou em outros locais públicos. Isso caracteriza uma grande alteração na perspectiva de ensino com a inclusão de metodologias inovadoras em que o professor possa adicionar nas suas aulas.

O cenário escolar, integrado com multimídias pode gerar aulas mais dinâmicas, ampliar habilidades cognitivas, extensão de memória e de atuação em rede, democratizar espaços, possibilitar o compartilhamento de saberes, autoria e co-autoria. (Carvalho, 2011, p. 22)

Em se tratando da produção de vídeos digitais, concordamos, também, que professores, como mediadores do processo, podem “desenvolver conteúdos curriculares de forma a favorecer um novo perfil discente, mais cidadão e crítico diante de seu tempo” (Carvalho, 2011, p. 23).

Face acima apresentado, podemos considerar que mesmo não sendo uma sala de aula convencional, ao audiovisuais propõe

democratização extensão da memória dos telespectador que expostos a esses conteúdos.

Educação Financeira

Segundo Banco de Moçambique Educação Financeira é o processo mediante o qual consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas baseadas em informação, saber onde procurar ajuda e realizar outras acções efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro.

Para Jacob o termo educação financeira :

Implica o conhecimento de termos, práticas, direitos, norma social, e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento destas tarefas financeiras vitais. Isto também inclui o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias. (Jacob et al., 2000, p. 8)

Para Zerrenner (2007, pp. 26-27) citando Braunstein e Welch (2002), em uma publicação do Federal Reserve, destaca que:

A administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. Sobre a perspectiva mais ampla, as autoras colocam que as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não têm habilidade para administrar eficientemente suas finanças. Quando os agentes são bem informados, o mercado se torna mais competitivo e mais eficiente. (Zerrenner 2007, pp. 26-27)

É necessário “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 52).

Neste entendimento, o presente projeto pretende analisar como o banco usa dos medias digitais construir possibilidades no seio das comunidades de autodefesa em caso de violações de direitos de consumidor no âmbito de serviços financeiros.

Acrescenta o autor, que a produção de conteúdos digitais educativos requer uma metodologia focada em aspectos comunicacionais e pedagógicos que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem mediado pela tecnologia.

A inter-relação comunicação/educação é estudada como um “campo de diálogo, espaço para o conhecimento crítico e criativo, para a cidadania e a solidariedade” (Soares, 2000, p. 12).

Trata-se de inserir uma intencionalidade educativa no ato de transmitir conteúdos na media televisiva, de forma que os alunos ao acederem estes conteúdos possam, de um lado, aportar novas informações para torná-los mais significativos e, de outro, no sentido de dar ao indivíduo o acesso que lhe permita apropriar-se deles, tornando-se capaz de compreender e transformar a sua própria realidade.

A aprendizagem colaborativa é uma estratégia de ensino que encoraja a participação do estudante no processo de aprendizagem e que faz da aprendizagem um processo ativo e efetivo, onde o conhecimento é resultante de um consenso entre membros de uma comunidade, algo que as pessoas constroem conversando, trabalhando juntas e chegando a um acordo. (Romanó, 2004, p. 75)

Para isso, o professor deve estar engajado em processos de actualização e formação continuada para que utilize as diversas modalidades mediáticas existentes à sua volta e que possa fazer uso de maneira a integrar as disciplinas constantes do projecto pedagógico a esta nova maneira de ensinar e produzir conteúdos, gerando conexões entre aprendizagem, conhecimento, pensamento crítico e, principalmente, a concepção de escola como espaço de fomento à construção do saber.

Saito et al. (2007) Papel dos meios de comunicação é fundamental para a propagação da Educação Financeira, pois se trata de uma forma menos onerosa para os indivíduos buscarem a ampliação de seu conhecimento.

Metodologia

Tipo de Pesquisa

A pesquisa com métodos mistos combina os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos e tem por objectivo generalizar os resultados qualitativos, ou aprofundar a compreensão dos resultados quantitativos, ou corroborar os resultados (qualitativos ou quantitativos).

A proposta de pesquisa é mista pois a longo deste trabalho foram aplicados métodos subjectivos de e quantitativos de colectas de dados visando responder um problema concreto do Banco de Moçambique sobre a percepção da educação financeira com recursos aos meios digitais.

Uma pesquisa que empregue métodos mistos, geralmente, é desenvolvida por um grupo de pesquisadores que possuem diferentes habilidades e competências em pesquisa e podem aplicar com coerência e precisão diferentes métodos (Pluye, 2012).

População e Amostra

De acordo com Vergara (2010), amostra ou população amostral, é uma parte do universo escolhida segundo algum critério de representatividade. Assim, a amostra objectiva extrair um subconjunto da população que é representativo nas principais áreas de interesse da pesquisa.

No tange a população e amostra, será definida como população da pesquisa o universo global dos usuários ativos (visualizadores) 402 verificados por média de audiência nos diversos medias digitais proporcionalmente distribuídos. Destes, será colhida aleatoriamente amostra de 100 que representa 25 por cento do universo estudado.

Técnicas de colecta de dados

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de fontes diversas e os instrumentos de colecta de dados devem estar correlacionados aos objectivos da investigação, tendo assim, a finalidade de responder às questões de pesquisa (Vergara, 2010)

Neste trabalho foram aplicadas duas técnicas de questionário e observação directa. Foi realizado o *survey* realizados através de *Google form* onde questionados 100 internautas seleccionados aleatoriamente através de partilha de hiperligação por rede social whatsapp e observados 10 vídeos aulas ou programas televisivos de educação financeira.

Resultados Esperados

Medias digital Banco de Moçambique

O Banco de Moçambique está oficialmente presente em quatro plataformas digitais que são, a página oficial da internet (website) e

três redes sociais designadamente o Facebook, YouTube e Twitter. Em todas plataformas podemos encontrar conteúdos sobre educação financeira. A página da internet e o portal oficial e mais importante da instituição onde se hospeda toda informação estratégica e decisões relevante da macroeconomia do país. Nesta plataforma estão disponibilizados na sua maioria programas radiofónicos que são conteúdos com menor peso de armazenamento é que contribui para optimização de acesso.

Serão analisados os conteúdos ministrados nas vídeo-aulas sobre educação financeira, tendo sido constatado que os vídeos são de formato MP4 e tempo de duração máxima de 3 minutos.

Para avaliarmos o impacto dos audiovisuais de educação financeira pela media digital questionamos aleatoriamente 100 internautas através da plataforma *googleform* afim de saber que conteúdos eles apreenderam através das medias digitais sobre educação financeira. Para efeitos, serão segmentados conteúdos sobre macroeconomia e microeconomia seleccionados num ranking de audiência.

Tipo e géneros de audiovisuais

As aulas de educação financeira são de dois tipos nomeadamente: vídeo convencional e animação gráfica. Os vídeos convencionais consistem numa gravação no estúdio e no exterior. Já animação gráfica são vídeo são de criação no estúdio.

Arte de criar imagens em movimento utilizando computadores, mais especificamente usando recursos de computação gráfica, que surgiu durante a era da animação por computador. É um subcampo da computação gráfica e da animação. São criados cada vez mais trabalhos com o uso de gráficos 3D, mas ainda se usam bastante os gráficos 2D. (Bugay, 2004, p. 3)

O Banco de Moçambique usa também esta técnica para educar a sociedade sobre economia, com este modelo visamos verificar a real eficácia deste modelo com base em pressupostos teóricos e avaliações práticas.

Segundo Sousa:

a representação lúdica através do teatro ou série televisivas envolve o auditório e imaginário transmitindo sensações e emoções que marcam os espectadores” acrescenta apresentar “uma cena em sala ou na tela sobre quotidiano da sociedade estimulamos sentimentos de pertença e identidade daquele ente no meio social partindo do exercício corporal até a fala tudo fica retido na mente. (Sousa, 2001, p. 13)

Considerações Finais

A pesquisa evidencia que medias digitais são uma alternativa de ensino à distancia gratuito muito eficaz e inclusivo para nova era da sociedade de informação e que com acesso cada vez massificado dos *smartphones* (celulares inteligentes) torna o acesso e a partilha de conhecimento em tempo real mais dinâmico que nas plataformas tradicionais de rádio e televisão. Sem descorar o papel consagrados dos meios de comunicação massa que exercem como actuais *gatekeeper* dos medias digitais que pela sua natureza não tem elemento de mediação entre o verdade e a mentira, informação e desinformação. A media tradicional tende a ocupar o lugar homologação da verdade ou mentira devido ao rigor no tratamento de conteúdos que lhe é característico.

A extensão das aulas educação financeira da TV e rádio para meios digitais reforce a inclusão de novas tendências de nativos digitais que estão a emergir nos últimos anos no ciberespaço. Ao ensinar

sobre finanças aos adolescentes e jovens que estão mais expostos aos dispositivos móveis que a mídia tradicional, está se a moldar em tenra idade o melhor uso de dinheiro.

O estudo espera verificar se recurso de animação gráfica criam no público sensação de apropriação do personagem ou seja, um personagem animado provoca sensação de pertença ou identidade, principalmente se as cenas ilustradas referem-se à aspectos microeconómicos concretos e não resume apenas explanação de conceitos técnicos de macroeconomia que apesar de interferir nas contas do telespectadores são de maior complexidade, deixando assim, um desafio latente no agendamento de conteúdos nos programas de educação financeira visando atender a todos os públicos.

Por outro lado, perceber se recurso ao vídeo convencional mostra-se ainda relevante e envolvente no que o tempo (3 minutos) das vídeo -aulas diz respeito.

Nesta pesquisa, entender dupla acção de retransmissão nas páginas de *Facebook* da TVM e do Banco de Moçambique dos programas de educação financeira até que ponto alarga audiência.

Referências

- Arroio, A. A., & Giodan, M. (2006). O Vídeo Educativo: Aspectos da Organização do Ensino. *Química Nova na Escola*, 24, 8-11.
- Barbosa, G. G., & Rabaça, C. A. (2001). *Dicionário de comunicação. Nova edição revista e atualizada*. Campus.
- Barros, L. M., Marques, J. C., & Medola, A. S. (Orgs.). (2020). *Produção de sentido na cultura midiaticizada*. Selo PPGCom/UFMG.

- Becker, V., & Montez, C. (2005). *TV Digital Interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil*. Ed. UFSC.
- Bugay, N. (2004). *Os Gatunos* [Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Candeias, C. N. B., & Carvalho, L. H. P. de (2023). *O uso de vídeo-aulas como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem em química* [Trabalho apresentado]. 7º Simpósio internacional de educação comunicação SIMEDUC, Aracaju, SE, Brasil.
- Castells, M. (1998). *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. 1, 6ª ed.). Paz e Terra.
- Erbolato, M. L. (1985). *Dicionário de propaganda e jornalismo: legislação, termos técnicos e definições de cargos e funções, abrangendo as atividades das agências de propaganda e do jornal impresso, radiofônico e de televisão*. Papyrus.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Jacob, K., Hudson, S., & Bush, M. (2000). *Tools for survival: An Analysis of financial literacy programs for lower-income families*. Woodstok Institute.
- Lamizet, B., & Silem, A. (1997). *Dictionnaire encyclopedique des sciences de l'information et de la communication*. Ellipses
- Mattos, M. A., Janotti Junior, J., & Jacks, N. (Orgs). (2012) *Mediação & midiatização*. EDUFBA.

- Nóvoa, A. (1992). *Os Professores e sua Formação*. Dom Quixote, Educacional.
- Oliveira, N. M. de., & Junior, W. D. (2012). O Uso do Vídeo como Ferramenta de Ensino Aplicada em Biologia Celular. *Enciclopédia Biosfera*, 7(13). <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/4073>
- Piccinini, C., & Martins, I. (2004). Comunicação multimodal na sala de aula de ciências: construindo sentidos com palavras e gestos. *Ens. Pesqui. Educ. Ciênc., Belo Horizonte*, 6(1), 24-37.
- Pluye, P. (2012). Les méthodes mixtes. In V. Ridde, & C. Dagenais (Ed.), *Approches et pratiques en évaluation de programme* (pp. 125-143). Presses de l'Université de Montréal.
- Rocha, G. A., Santos e Silva, K., Neto, F. J. de C., Fontes, J. H., Nascimento, J. M. F., & Bastos, S. N. M. A. N. (2020). Comunicação efetiva para segurança do paciente e o uso de tecnologias da informação em saúde. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, 93(31), e-020033. <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/712>
- Romanó, C. L. (2004). *Aprendizagem colaborativa em ambientes virtuais de aprendizagem: um estudo de caso*. Editora da PUC-SP.
- Saito, A. T., Savoia, J. R. F., & Fama, R. (2006). A evolução da função financeira. *Revista Gestão USP*, 13(núm. especial), 31-44.
- Santos, V. L. C., & Santos, J. E. (2014). As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. *Holos*, 6, 307-328.

- Soares, M. (2000). *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte. Autêntica.
- Sousa, R. P. de, Miota, F. M. C. da S. C., & Carvalho, A. B. G. (Orgs.). (2011). *Tecnologias digitais na educação*. EDUEPB.
- Tiffin, J. W., & Rajasingham, L. (1995). *In Search of the Virtual Class: Education in an Information Society*. Routledge.
- Torres, P. L., & Irala, E. A. F. (2007). Aprendizagem Colaborativa. In P. L. Torres (Org.), *Algumas Vias para Entretecer o Pensar e o Agir* (pp. 65-98). SENAR.
- Vergara, S. C. (2010). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. Atlas.
- Zerrener, S. A. (2007). *Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].

SOCIEDADE TRANSFORMADORA

EL APORTE DE LAS MUJERES MÉDICAS EN LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL DEL ESTADO DE NUEVO LEÓN, MÉXICO

María Delia Téllez-Castilla¹
Gabriela Coronado-Téllez²

En 1579 las cátedras de medicina comenzaron en México, siglos después, en 1882 Matilde Montoya Lafragua fue la primera mujer en inscribirse y desde entonces el número de mujeres estudiantes de medicina va en aumento, en 1970 representaban el 21%, a partir de 1999 comenzaron a ser mayoría con el 52% y se espera para 2027 lleguen hasta el 60% (Graue Wiechers et al., 2014). En el estado de Nuevo León, la primera mujer en titularse como médica fue la Dra. Catalina Olivo Villarreal en 1935, siendo la única en su generación. Actualmente la mitad de los egresos en el estado son mujeres.

-
1. Doctora en filosofía con orientación en ciencias políticas.
Universidad Autónoma de Nuevo León.
tellezdelia@yahoo.com.mx
 2. Maestra en Museología, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
gacoronadot@gmail.com

En otras partes del mundo el número de mujeres en la medicina también se ha incrementado considerablemente (Knaul et al., 2022). Por lo que hoy es posible afirmar que la medicina es una disciplina feminizada (Graue Wiechers et al., 2014; Knaul et al., 2022; Ng-Sueng et al., 2016; Steiner-Hofbauer et al., 2023; Wiedmann et al., 2023). Sin embargo, esta transformación social no ha sido sencilla y sigue plagada de múltiples obstáculos para las mujeres que deciden adentrarse en la disciplina médica.

Según el informe de México, *¿cómo vamos?* (2023) en el año 2022, del total de personas empleadas en el sector salud, 67% fueron mujeres, es decir, 7 de cada 10 empleadas, no obstante, en los puestos de poder y tomas de decisiones existe el doble de hombres que de mujeres, pues solo el 6% ha podido acceder a dichos puestos. Es entonces que surge la pregunta de investigación: ¿Qué se puede aprender de la experiencia de las mujeres médicas en Nuevo León para mejorar su calidad de vida y promover la transformación social en el campo de la medicina?

Como se evidenciará a lo largo de este escrito, la presencia de las mujeres en la medicina no es, ni ha sido antes un camino recto; en este enfrentan diversas violencias, discriminaciones y sesgos, desde el inicio del camino educativo hasta el ejercicio profesional de su carrera médica. El propósito de este estudio es conocer la experiencia de las mujeres médicas en el estado de Nuevo León y contribuir al debate sobre calidad de vida y transformación social para proponer adecuaciones a las políticas públicas. Además de posibles soluciones que apunten a un futuro más equitativo para las mujeres, acreditando que el que las mujeres progresen en el área de la salud representa avances no solo para su carrera profesional, sino que también significara mejoras para la sociedad entera.

Marco Teórico

Calidad de vida

Las responsabilidades domésticas y familiares suelen recaer de manera desproporcionada en las mujeres, lo que puede perpetuar desigualdades de género y limitar las oportunidades de desarrollo personal y profesional. En América Latina como a nivel mundial las mujeres son las encargadas de la mayoría de las tareas de cuidado y atención de la salud, esto incluye tanto las tareas remuneradas como las que no lo son (Knaul et al., 2022). Por ello, aún persisten brechas de género significativas en este ámbito, con las mujeres asumiendo una carga desproporcionada de las tareas del hogar y el cuidado de la familia.

México, ¿cómo vamos? (2023) reporta que, mientras los hombres en el sector salud dedican 6.4 horas a la semana a las tareas de la casa y cuidado, las mujeres del sector salud dedican 17.9 horas, es decir aunado a su jornada laboral, las mujeres médicas tienen al menos media jornada laboral adicional no remunerada con el objetivo de que su hogar se mantenga funcionando. Esta situación tiene importantes implicaciones para la calidad de vida, ya que limita las oportunidades de desarrollo personal y profesional de las mujeres, generando una doble jornada que las sobrecarga y les impide disponer de tiempo para sí mismas. Además, la falta de corresponsabilidad en el hogar afecta negativamente a la salud física y mental de las mujeres, al tiempo que refuerza los estereotipos de género y perpetúa la desigualdad.

Las responsabilidades domésticas y familiares pueden actuar como barreras para la participación plena y efectiva en la vida pública y laboral. Las personas que tienen una carga desproporcionada de

responsabilidades pueden enfrentarse a más obstáculos para avanzar en sus carreras profesionales, participar en actividades comunitarias o ejercer sus derechos civiles y políticos. En palabras de Boix Vilella et al. (2023) las mujeres presentan niveles de salud psicosocial peores en relación con los hombres, considerando las puntuaciones obtenidas en las mediciones de depresión y fatiga física. Por lo tanto, las personas que se enfrentan a una carga desproporcionada de responsabilidades domésticas pueden experimentar estrés, agotamiento y dificultades para conciliar la vida laboral y personal, lo que afecta negativamente su bienestar emocional, físico y social.

Las mujeres médicas enfrentan desafíos únicos en el entorno laboral, incluida la presión por cumplir con múltiples roles y responsabilidades tanto en el trabajo como en el hogar. Esto puede generar estrés, ansiedad y agotamiento emocional, lo que afecta negativamente su bienestar emocional y mental. Desde el punto de vista de Blesa Matienzo (2020) el bienestar se relaciona directamente con la salud, toda vez que se refiere a las actitudes y comportamientos que llevan a que la calidad de vida mejore, logrando con ello un estado de salud máximo. Las mujeres médicas enfrentan desafíos únicos en su profesión, como la carga laboral, el estrés, la presión por el rendimiento y la conciliación entre la vida laboral y personal.

Las mujeres médicas también pueden enfrentar estigma y discriminación en el ámbito laboral, lo que puede afectar su autoestima, confianza y bienestar emocional. La discriminación de género y los prejuicios pueden crear un entorno laboral hostil y contribuir al estrés y la ansiedad. Como lo hacen notar Wang et al. (2020) el agotamiento laboral o burnout es más frecuente y con sintomatología más prominente

en las médicas clínicas y médicas académicas que en sus contrapartes varones. En este sentido, esto implica cuestionar los estereotipos de género y las desigualdades que influyen en su salud.

Políticas públicas

México ha ratificado diversos instrumentos internacionales de derechos humanos que reconocen y protegen los derechos de las mujeres, como la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW) y la Plataforma de Acción de Beijing. La adopción de legislaciones nacionales en línea con estos compromisos internacionales es crucial para garantizar su cumplimiento y promover la igualdad de género en el país. No obstante, aún queda un largo camino por recorrer para lograr la igualdad de género y erradicar la violencia contra las mujeres. De acuerdo con Mora Mora (2023) aun cuando la legislación garantiza los derechos de las mujeres, estas precisan protestar para hacerlos válidos, ya que no siempre existen en la realidad. Pues en muchas ocasiones, las leyes no se implementan de manera efectiva, lo que genera impunidad y limita el acceso de las mujeres a la justicia. Además, algunas leyes no incorporan una perspectiva de género adecuada, lo que perpetúa estereotipos de género y limita su impacto en la vida de las mujeres.

Las legislaciones que promueven la igualdad de género son necesarias para abordar las desigualdades estructurales y promover la participación plena y efectiva de las mujeres en todos los aspectos de la vida pública y privada. Como sugiere México, ¿cómo vamos? (2023) las cuotas de género no son suficientes y se necesita pensar en variadas políticas públicas para así impulsar a las mujeres a alcanzar puestos de

tomas de decisiones y llegar a medidas que dividan mejor las tareas del hogar y cuidados. Sin embargo, un problema recurrente es que la asignación de recursos para la implementación de las políticas públicas en materia de derechos de las mujeres es insuficiente, limitando así su alcance y efectividad.

Transformación social

Hablar de transformación social es hablar de cambios profundos y sistémicos en la estructura y funcionamiento de una sociedad, con el objetivo de mejorar la calidad de vida de cada uno de sus miembros, además de promover la justicia y la igualdad, abordando los problemas para solucionarlos de la mejor manera posible, afrontando los desafíos sociales que se presenten. Empero, como mencionan Ensuncho Hoyos y Almanza Barilla (2021), una herramienta esencial para transformar generaciones es la educación como sistema social que posibilita una mejor calidad de vida. Los sistemas modernos de educación tienen la obligación de fomentar el avance en ciencia y tecnología para desarrollar sus comunidades y lograr transformarlos.

La transformación social requiere de una alfabetización científica flexible y comprometida, que permitan esa transformación de ideologías, instituciones políticas y educativas, esas normas y discursos basados en discriminación y prejuicios, pues si no se logra seguirá la discriminación y explotación (Valladares, 2021). Una alfabetización científica flexible implica que los procesos de investigación deben adaptarse a los contextos y necesidades específicas de cada comunidad, evitando enfoques rígidos o desconectados de la realidad.

Para Love et al. (2021) uno de los mayores desafíos en el tema del cambio social es la brecha existente entre teoría y práctica. Mientras que la teoría busca comprender y explicar los procesos de transformación social, la práctica se enfrenta a la complejidad y la incertidumbre de los contextos reales, aunado a ello las soluciones propuestas en la teoría pueden no ser prácticas o aplicables en contextos específicos debido a las diferencias culturales, sociales, económicas y políticas. La implementación efectiva del cambio social requiere una coordinación y colaboración efectivas entre diversos actores, incluidos gobiernos, organizaciones no gubernamentales, sector privado y sociedad civil. Por otro lado, la falta de coordinación y colaboración entre estos actores puede dar lugar a soluciones fragmentadas o contradictorias que no abordan de manera integral los problemas sociales.

En las últimas décadas, ha habido un aumento significativo en el acceso de las mujeres a la educación superior, lo que ha llevado a un mayor número de mujeres que eligen carreras en medicina. Esta transformación social ha ampliado las oportunidades para las mujeres en el campo médico y ha contribuido a la diversificación y enriquecimiento de la profesión.

Metodología

Para esta investigación se optó por el paradigma interpretativo y el enfoque cualitativo, apoyado en un diseño fenomenológico, toda vez que lo que se pretendía era llegar a los significados y sentidos de cada una de las categorías de estudio de manera comprensiva. La técnica que se utilizó fue la entrevista semiestructurada, las entrevistadas fueron siete médicas del estado de Nuevo León. El instrumento fue el

guion de entrevista conformado por 16 preguntas abiertas, para cubrir las diferentes categorías de estudio entre ellas: la calidad de vida, la transformación social y las políticas públicas. Para la validación del instrumento se recurrió al juicio de expertos y fueron tres expertas en metodología de la investigación y temas de feminismo quienes realizaron las validaciones.

Además, se obtuvieron los datos sociodemográficos que a continuación se describen. Las participantes como se mencionó previamente, fueron siete mujeres médicas de entre 44 y 61 años. El estado civil de las entrevistadas fue el siguiente: dos divorciadas, dos casadas, dos solteras y una en unión libre. Con relación a la maternidad, cuatro de ellas sí eran madres y tres no. En cuanto a su perfil profesional, todas tenían estudios de posgrado en diferentes áreas y ninguna pertenecía al Sistema Nacional de Investigadores. Las entrevistas se realizaron en el mes de marzo de 2024, por medio de videollamadas, con una duración aproximada de 45 minutos cada entrevista. Posteriormente, las entrevistas fueron transcritas y para revisar las respuestas se recurrió al análisis de contenido.

Resultados

Las mujeres médicas han desempeñado un papel fundamental en el avance de la medicina y la atención de la salud a lo largo de la historia. Sin embargo, a pesar de sus logros y contribuciones, las mujeres médicas enfrentan una serie de desafíos únicos que pueden afectar negativamente su calidad de vida. En las siguientes preguntas, abordaremos los diversos aspectos que influyen en la calidad de vida de las mujeres médicas.

En cuanto a las responsabilidades en el hogar. Algunas de las entrevistadas se identifican como amas de casa, todas en mayor o menor medida se encargan del aseo, de la compra de la despensa y de la organización de las tareas del hogar. Una médica menciona compartir las tareas domésticas con su pareja de manera equitativa sin distinción alguna por el género. Otra cuenta con una trabajadora que se encarga de las tareas del hogar de forma continua, dos veces por semana y se apoya de sus hermanos para tareas mayores, mientras que una tercera dice que paga a una trabajadora de manera esporádica. Además, una médica reporta ser la única proveedora económicamente y de cuidados para sus hijas.

Al indagar sobre su responsabilidad en el trabajo, se encontró que sus roles varían, desde la consulta en lo público y privado, tareas de administración y supervisión. La entrevistada 7 comenta que, aunque las responsabilidades son compartidas en su hogar, en el trabajo es diferente, “si hago un comparativo al menos en mi lugar de trabajo, el trabajo se hace más por mujeres que por hombres, aunque los pacientes sean repartidos equitativamente. Las mujeres trabajamos más que los hombres”. Fue mencionado que las médicas trabajan como profesoras, en su propia formación continua, además de colaborar en organización de conferencias. Destacan en diversas ocasiones la importancia de organizar su propio tiempo y gestionarlo correctamente para no descuidar ninguna área de su vida. Consideran que su vida ha cambiado conforme a la edad de sus hijas e hijos, pues se dedicaron a estos en las etapas claves de crecimiento y cuando éstos se volvieron independientes, las médicas priorizaron el trabajo.

Reconocen la importancia de tener una red de apoyo de la que se puedan ayudar a enfrentar los desafíos que se presentan. En el caso personal, para fortalecer la autoestima y apoyar en el cuidado y en el entorno laboral, teniendo un equipo responsable con el que sea posible delegar o compartir responsabilidades.

Admiten la importancia de poner límites entre vida personal y laboral, así como reconocer cuando se ha trabajado suficiente para poner pausas y priorizar el crecimiento personal y las relaciones con amistades y familiares.

Ante la pregunta de si habían observado discriminación con sus compañeras, varias coincidieron en que algunos líderes masculinos actuales no aceptan el cambio y se mantienen en el cargo y con ello frenan el progreso y se pierden nuevos liderazgos. Además, argumentan que se ha obstaculizado su crecimiento laboral en posiciones de liderazgo por ser madres solteras. Otras han sido juzgadas connotativamente por su vestimenta, siendo sujetas de acoso. También se recordaron casos de favoritismo por motivos de género o compadrazgo. La entrevistada 6 explica “Es muy frecuente que entre los médicos si hay un hombre y una mujer decidan poner el hombre con el argumento que la mujer se va a casar, va a tener hijos, no va a dejar como algo secundario y entonces que, si hay dos opciones, pues que escojan al hombre pensando que es mejor opción”.

Respecto al tema de cómo la discriminación laboral influye en el bienestar emocional y mental, señalan que si existen estragos emocionales y mentales, que afectan su bienestar, uno de ellos por ejemplo, es el ser constantemente desacreditadas, teniendo que estar a la defensiva probando su valor. También coinciden en que sí hay impacto en el

rendimiento laboral y la motivación, pues desanima continuar trabajando óptimamente si los esfuerzos de las mujeres no son reconocidos.

La mayoría de ellas concuerda que existen estándares distintos entre lo que se espera de los hombres y de las mujeres. A las médicas se les prejuzga que posiblemente se casarán, tendrán hijos, cuidaran de sus padres y, por tanto, no se dedicaran al trabajo, independientemente de si la situación es real o no, las decisiones son tomadas en su nombre.

Según las entrevistadas existe un trato diferenciado cuando son ellas las que ejercen la medicina, pues su trato es sensible y cercano a las y los pacientes, en palabras de la entrevistada 6 “pues te dicen que eres muy emocional porque como me dijo un amigo hace pocos días. Es que tu trabajo es muy artesanal. Sí, es que la única manera que salga y a veces los hombres no entienden que de eso se trata la medicina, o sea, de cada paciente hacerlo de manera diferente. Y creo que ese es el plus que damos las mujeres, sí, o sea es como si a este la necesito meter más corazón y hablarle a la mamá más pausado, me voy a sentar más tiempo y si a este tengo que hablarle duro y directo, pues lo voy a hacer de manera duro y también con tus compañeros y también con tus jefes y también entonces como muy objetivo es tengo que decirlo se lo digo punto. No me importa ni de qué humor este. Ni en qué momento está si estamos en las condiciones más adecuadas”.

Al indagar sus opiniones sobre las políticas actuales de igualdad de género en su institución de salud, la entrevistada 2 declara “En mi lugar de trabajo sí, en los roles de mando y en los mandos intermedios, si tenemos más de 50% de equidad en las mujeres. Y el poder de decisión en la mujer, entonces y si somos tomadas en cuentas a pesar de que es una unidad privada”. Mientras una menciona que en su institución sí

existe un manual contra la discriminación y es claro, otra comenta que ella observa una falta de compromiso, pues sigue habiendo violencias y acoso. Por otro lado, algunas doctoras no estaban al tanto de si las políticas existen o como se implementan.

Para conocer sobre el papel de las mujeres médicas a lo largo de la historia se les realizaron las preguntas ¿Cómo ha sido su experiencia como mujer médica en el campo de la salud? Además de sí ¿Ha notado algún cambio significativo en los últimos años en términos de igualdad de género? La entrevistada 2 dice que “definitivamente que se nota, se nota la presencia de las mujeres y de hecho en las universidades ahorita tenemos MIPS³ que son los estudiantes de último año, 80% son mujeres. Entonces, si se nota que la mujer está accediendo a más alto este rango universitario, y que no está teniendo ningún problema para ejercerlo, de hecho, dos de las MIP están casadas”

En la opinión de la entrevistada 6 “Siento que hay, habemos, porque me considero una mujer que está en un puesto clave, una líder, o sea, aunque sea dentro de un turno y que cada vez, el hecho de que haya mujeres en puntos claves, pues empuja a que otras mujeres estemos ahí y aun así que entre mujeres nos cuidemos y avancemos, pero en cuanto que realmente los hombres hayan cambiado, no creo mucho ellos siguen queriendo como trabajar entre hombres”.

La entrevistada 7 expresa “si ha habido cambios, pero todavía estamos muy lejos de lo que pudiera esperarse o ser, yo creo que no hemos avanzado en el sentido de que se sigue limitando por ejemplo en el área de las especialidades, hay especialidades que dicen no, pues

3. MIPS son las siglas para referirse a los Médicos Internos de Pregrado.

son especialmente para hombres, estás exclusivamente para mujeres, cuando realmente no existe algo que te dijera por qué una mujer no puede ser uróloga, por ejemplo. Anteriormente no existían, luego hay una, ahora hay muchas mujeres que se lanzan a esa especialidad. Pero por ejemplo otro lado, no sé, pediatría y dices sabes que la mujer por cuestiones propias, maternales, y demás situaciones puede ser que se desempeñe o se desenvuelva más en esa especialidad, aunque no necesariamente es de esa forma. Entonces yo creo que dice mucho de ser que hay mujeres jefaturas en área de pediatría, en área de gine por ejemplo, aunque sigue siendo minoría, los puestos administrativos en área operativa, obviamente somos demasiadas mujeres laborando. Yo creo que cada vez, las generaciones nuevas están saliendo demasiado en porcentaje son más las mujeres, pues obviamente va a haber más mujeres trabajando.”

Para abordar la participación de las mujeres en posiciones de liderazgo se les realizó la siguiente pregunta ¿Cómo cree que la transformación de las mujeres médicas puede contribuir a la transformación social en otros campos y en la sociedad en general? Las entrevistadas en general consideraron que podría ser: al desafiar estereotipos y promover el cambio y que las médicas promueven un impacto positivo por su atención.

La entrevistada 3 comparte: “entonces entendemos las necesidades. Que debemos de cubrir en la promoción de la salud, verdad. Entonces pienso yo que es muy importante la sensibilidad, de esa fibra que tenemos las mujeres para poder sacar adelante el país.”

El comentario de la entrevistada 6 fue: “Pues te digo, yo creo que las mujeres médicas damos el extra siempre y siempre le metemos

un poco más de pasión que los hombres. Y siempre vemos a nuestras mamás, a nuestros niños, sus familias, sus sentires, sus miedos, o sea, nos atrevemos un poco más a desnudarnos mutuamente, verdad a preguntar Oye, ¿qué está pasando? ¿Por qué te noto estresada?, verdad. Y ahí es donde a la mejor una mamá, te platica que la acaban de correr o que el esposo la golpea o que le quitaran los pasaportes, o sea, entonces creo que el hecho de que tú estés ahí y que no solamente con las mujeres, sino también con otros hombres, verdad. O sea que le hagas decir si algo te pasa o alguna injusticia, yo te voy a proteger por el hecho de que eres persona. O sea, no es como que estoy aquí solamente para cuidar a las mujeres, a lo mejor uno agarra como estandarte las mujeres porque nos sentimos en desventaja o sentimos, nos sentimos más desprotegidas, pero creo que es importante”

Algunas afirman que son ejemplo para otras mujeres y niñas de que es posible trabajar en la medicina. Específicamente la entrevistada 2 expone: “Pues le dice a la sociedad que nuestra voz vale. Que podemos llegar hasta donde nosotras queramos y que este, no importa si somos casadas, si somos divorciadas, si somos solteras, si tenemos hijos, porque lo que se está viendo es nuestro trabajo. Entonces sí, creo que este que es un buen punto, que todavía nos falta mucho, pero que vamos bien. Vamos por buen camino si lo entonces definitivamente consideras que si impacta, claro, es un impacto positivo”.

Sin embargo, en general lo que más se repitió fue: Persisten barreras, Discriminación de género, Desigualdad de oportunidades, Brecha salarial, Falta de apoyo a nivel institucional, Carga de trabajo desigual y Falta de mujeres en puestos de liderazgo.

Finalmente, cuando se les cuestionó de recomendaciones que pudieran darles a las mujeres jóvenes que están interesadas en seguir una carrera en la medicina, destacaron que la carrera sea elegida por vocación. La entrevistada 1 declara: “Que sí eligen la carrera es porque les gusta, o sea, tienen un llamado a querer ayudar a la gente en términos de salud. De quitar dolor, de sanar, de salvar este y estar consciente. Es que es una carrera larga este que hay que dedicarle el corazón, verdad el 100%. Y que sí se puede, verdad que sí”. La recomendación de la entrevistada 6 fue: “Pues que están seguros de lo que quieran hacer. Medicina es una carrera donde hay que meterle. Desde mi punto de vista, necesitas tratar seres humanos, no enfermedades”.

También coincidieron en hablar de Perseverancia y consistencia ante los desafíos, es así que la entrevistada 2 enfatiza que sin importar las circunstancias es posible procurar apoyos para sacar adelante la carrera si ese es el deseo “Primero tienen que pensar en eso, en creer en ellas y siempre hay opciones para que puedan sacar una carrera. Hay opciones siempre”, la entrevistada 7 dice “Que no se pongan los límites que alguien más por ser mujer cree que tenemos. Yo creo que las mujeres somos muy capaces en todo sentido. Yo creo que medicina no es una especialidad para hombres como muchos años se creyó” y la entrevistada 5 señala que quienes entren a la medicina por perseguir alguna meta económica podrán verse en un error.

Discusión

Los resultados obtenidos apuntan que si bien se ha observado una disminución en la discriminación esta aún existe y afecta la vida de las médicas. Pues, decidir que quieren estudiar, en qué área especializarse,

donde trabajar y hasta donde pueden llegar, son aspectos que se ven limitados por los estereotipos y las costumbres patriarcales. En la opinión de Mora Mora (2023) la solución, aunque parezca obvia es educar a las personas en equidad para llegar a futuros más justos y de menor rezago. Por su parte Jiménez Juárez (2023) comenta en relación con la perspectiva de género que “permite descubrir que la asignación de estereotipos y roles de género provoca discriminación, tanto para hombres como mujeres, lo que les limita a ambos, en mayor o menor medida, el ejercicio de sus derechos humanos” (p. 61).

México ha realizado avances importantes en la legislación para garantizar los derechos de las mujeres en las últimas décadas. Las medidas que si cuentan con perspectiva de género observan y cuestionan las violencias, desigualdades, sesgos que enfrentan las mujeres, las barreras que les impiden llegar a su potencial máximo, y con esto beneficiarse no solo a ellas mismas, si no permiten además el avance de la sociedad en su conjunto (Knaul et al., 2022). Para lograr una verdadera transformación social de las mujeres médicas, se requiere de políticas públicas y cambios estructurales que aborden las desigualdades de género, promuevan la corresponsabilidad en el hogar y el trabajo, y garanticen entornos laborales más equitativos e inclusivos.

En resumen, la transformación social de las mujeres médicas implica avances significativos en su presencia y participación en la profesión, pero también enfrenta retos persistentes relacionados con la desigualdad de género. Para consolidar este proceso de cambio, es fundamental contar con políticas y acciones que aborden las barreras estructurales y culturales que limitan el desarrollo y el liderazgo de las mujeres en el campo de la medicina.

Conclusión

Para avanzar hacia una mayor corresponsabilidad, es necesario implementar políticas públicas que promuevan cambios culturales y de comportamiento a nivel social. Políticas públicas que fomenten una distribución más equitativa de las responsabilidades domésticas y familiares, reconociendo el valor del trabajo doméstico y promoviendo la participación igualitaria de hombres y mujeres en la vida familiar. Políticas públicas y medidas de apoyo que reconozcan y aborden los desafíos específicos que enfrentan las mujeres médicas en su entorno laboral y promuevan un ambiente de trabajo saludable y de apoyo.

Es crucial incorporar una perspectiva feminista en la investigación y la práctica médica para comprender y abordar las condiciones de vida y trabajo que afectan el bienestar emocional y mental de las mujeres médicas. Esto implica cuestionar los estereotipos de género y las desigualdades que influyen en su salud. Estas medidas contribuirán a crear entornos más saludables y equitativos para las mujeres médicas, fortaleciendo su bienestar emocional y mental. Superar la brecha entre teoría y práctica en el campo del cambio social es un desafío fundamental, que implica desarrollar enfoques más flexibles, participativos e interdisciplinarios, capaces de articular el conocimiento teórico con las realidades concretas y las experiencias de los diferentes actores sociales involucrados.

En concreto, la corresponsabilidad doméstica y familiar es un elemento clave para avanzar hacia una sociedad más justa, equitativa y con mejor calidad de vida. Requiere de un abordaje integral que involucre a todos los actores sociales, desde las familias hasta las instituciones públicas, con el fin de promover cambios culturales y de

comportamiento que permitan una distribución más equilibrada de las responsabilidades en el hogar.

Si bien México ha realizado avances en la legislación para garantizar los derechos de las mujeres, aún queda un largo camino por recorrer para lograr la igualdad de género y erradicar la violencia contra las mujeres. Es necesario fortalecer la implementación de las leyes existentes, incorporar la perspectiva de género en todas las políticas públicas y promover la participación activa de la sociedad civil para construir un México más justo e igualitario para todas las mujeres.

A lo largo de la historia, las mujeres han luchado incansablemente por abrirse paso en el ámbito de la medicina, tradicionalmente dominado por hombres. A pesar de enfrentar numerosos obstáculos y discriminaciones, su perseverancia y dedicación han dado como resultado una transformación social profunda que ha beneficiado tanto a la profesión médica como a la sociedad en su conjunto. La transformación social de las mujeres médicas ha sido un proceso largo y arduo, pero también ha sido un camino de empoderamiento, lucha y logros. Hoy en día, las mujeres médicas son una parte fundamental del sistema de salud y su trabajo contribuye de manera significativa al bienestar de las personas en todo el mundo. Sin embargo, aún queda mucho por hacer para garantizar la equidad de género en la profesión médica y eliminar las barreras que enfrentan las mujeres que aspiran a dedicarse a esta noble profesión.

Referencias

Blesa Matienzo, M. D. (2020). Salud, bienestar y estilo de vida desde un enfoque de género. *Avances en psicología*, 28(2), 205-212. <https://doi.org/10.33539/avpsicol.2020.v28n2.2249>

- Boix Vilella, S., Barrera García, R., & Serrano Rosa, M. Á. (2023). Housework, childcare and psychosocial health variables according to gender of teachers and non-teachers. *Academo (Asunción)*, 10(1), 47-59. <https://revistacientifica.uamericana.edu.py/index.php/academo/article/view/738/564>
- Ensuncho Hoyos, C. F., & Almanza Barilla, J. C. (2021). El sistema educativo como sistema esencial para el desarrollo y la transformación social. *Revista Oratores*, (14), 144–156. <https://doi.org/10.37594/oratores.n14.540>
- Graue Wiechers, E., Alarcón Fuentes, G., Guevara Guzmán, R., & Ostrosky Wegman, P. (2014). La feminización de la medicina en la educación médica y áreas biomédicas. En T. Corona Vazquez, M. E. Medina-Mora, P. Ostrosky Wegman, E. J. Sarti Gutiérrez, & P. Uribe Zúñiga (Eds.), *La mujer y la salud en México* (Primera edición, pp. 127–150). Intersistemas Editores: CONACYT, Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología.
- Jiménez Juárez, C. (2023). Trabajadoras despedidas por motivos de embarazo y el acceso a la seguridad social como medida cautelar en México. *Revista de Derecho Procesal del Trabajo*, 6(8), 47–88. <https://doi.org/10.47308/rdpt.v6i8.844>
- Knaul, F. M., Arreola-Ornelas, H., Essue, B. M., Nargund, R. S., García, P., Gómez, U. S. A., Dhatt, R., Calderón-Villarreal, A., Yerramilli, P., & Langer, A. (2022). The feminization of medicine in Latin America: ‘More-the-merrier’ will not beget gender equity or strengthen health systems. *The Lancet Regional Health - Americas*, 8, 100201. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100201>
- Love, A., Bernstein, S. B., & King-White, R. (2021). “Two heads are better than one”: A continuum of social change in sport management.

Sport Management Review, 24(2), 345-364. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2020.02.005>

México, ¿cómo vamos? (2023). *Observatorio de las condiciones laborales de las mujeres en el sector salud*. <https://mexicocomovamos.mx/wp-content/uploads/2023/12/Observatorio-Mujeres-en-el-Sector-Salud.pdf>

Mora Mora, E. M. (2023). La evolución de los derechos femeninos en México. *Análisis Plural*, 5. <https://doi.org/10.31391/ap.vi5.82>

Ng-Sueng, L. F., Vargas-Matos, I., Mayta-Tristán, P., Pereyra-Elías, R., Montenegro-Idrogo, J. J., Inga-Berrosipi, F., Ancalli, F., Bonilla-Escobar, F., Diaz-Velez, C., Gutierrez-Quezada, E., Gomez-Alhach, J., Muñoz-Medina, C. E., Sanchez-Pozo, A., Vidal, M., & Red LIRHUS. (2016). Gender Associated with the Intention to Choose a Medical Specialty in Medical Students: A Cross-Sectional Study in 11 Countries in Latin America. *PLOS ONE*, 11(8), e0161000. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0161000>

Nosotr@s por la Democracia, & Médicos en Formación. (2021, junio 9). *Resultados de la encuesta realizada a médicos en formación y estudiantes de enfermería al corte del primer cuatrimestre 2021*. <https://www.nosotrxs.org/resultados-de-la-encuesta-nacional-de-medicos-en-formacion-2021/>

Sepúlveda-Vildósola, A. C., González, H.-M., López-Sepúlveda, M. F., & Martínez-Escobar, C. B. (2022). Trends in Medical Specialization and Employability in Mexico According to Gender. *Archives of Medical Research*, 53(2), 205–214. <https://doi.org/10.1016/j.arcmed.2021.10.003>

- Steiner-Hofbauer, V., Katz, H. W., Grundnig, J. S., & Holzinger, A. (2023). Female participation or “feminization” of medicine. *Wiener Medizinische Wochenschrift*, 173(5–6), 125–130. <https://doi.org/10.1007/s10354-022-00961-y>
- Valladares, L. (2021). Scientific literacy and social transformation: Critical perspectives about science participation and emancipation. *Science & Education*, 30(3), 557-587. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11191-021-00205-2>
- Wang, L., Wang, H., Shao, S., Jia, G., & Xiang, J. (2020). Job burnout on subjective well-being among Chinese female doctors: The moderating role of perceived social support. *Frontiers in psychology*, 11, 435. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00435>
- Wiedmann, M. C., Gerometta, R., & Paniagua González, I. (2023). La feminización de la medicina en las facultades de Latinoamérica. *Revista de Investigación Científica y Tecnológica*, 7(1), 119–130. [https://doi.org/10.36003/Rev.investig.cient.tecnol.V7N1\(2023\)9](https://doi.org/10.36003/Rev.investig.cient.tecnol.V7N1(2023)9)

CONTRANARRATIVAS NO PARLAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE O DISCURSO DO DEPUTADO FEDERAL NIKOLAS FERREIRA NO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2023

Isadora da Silva Prestes¹

Narrativas e contranarrativas são constantemente disseminadas entre atores individuais e coletivos em diversas esferas sociais. No parlamento, este fenômeno não é diferente, enquanto alguns legisladores se mostram favoráveis às agendas das mobilizações e dos movimentos sociais, outros, por consequência, se opõem às conquistas dos mesmos, buscando a manutenção do *status quo* ou a regressão dos direitos conquistados pelos movimentos para determinados estratos sociais (Luvizotto, 2022).

1. Publicitária. Especialista em Gestão de Vendas e Marketing (Unipar/PR).
Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp.
isadora.prestes@unesp.br

Tendo em vista que o conflito de ideias é inevitável em um ambiente democrático, aqueles que ferem a existência, privam direitos e excluem grupos socialmente, não estão protegidos sobre a ceara da liberdade de expressão (Stroppa & Rothenburg, 2015). No entanto, embora a liberdade de expressão sirva como fundamento para tais contranarrativas e sejam saudáveis para o regime democrático, frequentemente observa-se que, muitos atores ultrapassam seus limites, transgredindo os direitos fundamentais e a constituição ao proferirem discursos de ódio direcionados a grupos minoritários. Entende-se por discurso de ódio aquela narrativa que estimula

o ódio racial, a xenofobia, a homofobia e outras formas de ataques baseados na intolerância e que confrontam os limites éticos de convivência com o objetivo de justificar a privação de direitos, a exclusão social e até a eliminação física daqueles que são discriminados” (Stroppa & Rothenburg, 2015, p. 456)

A Constituição Federal dispõe que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, p. 15). Dessa forma, a punição da discriminação dos direitos e liberdades fundamentais abrange diversas esferas, como a discriminação racial, étnica, de gênero, religiosa, de orientação sexual, entre outras. Dessa forma, pode-se inferir que o discurso de ódio atinge estratos sociais minoritários. Esses grupos são, muitas vezes, silenciados pela sociedade, uma vez que não se encontram totalmente amparados pelo Estado garantindo igualdade. Nesse sentido, Stroppa & Rothenburg (2015, p. 458) afirmam que

é preciso superar a percepção de que a liberdade de expressão é apenas uma liberdade negativa, ou seja, que existe liberdade apenas quando não há uma interferência externa, identificada, sobretudo, com atuação do Estado, que impeça o sujeito de fazer o que quiser. Há que compreender que o Estado, ao contrário de ser inimigo da liberdade de expressão, pode exercer um papel positivo para aqueles grupos que, sem a garantia do Estado, não conseguem se expressar no espaço público porque há um “efeito silenciador” promovido pelo discurso dos grupos dominantes.

Cotidianamente somos perpetrados com narrativas discriminatórias contra grupos minoritários. Isto é evidente, por exemplo, na articulação de discursos machistas e sexistas dirigidas para mulheres. Além disso, merece menção os discursos de ódio direcionados às mulheres trans, que sofrem ainda mais preconceitos e discriminações em sociedade. Cabe destacar que as discriminações para com este estrato social se caracterizam como transfobia. Recentemente o Supremo Tribunal Federal determinou que atos contra a comunidade LGBTQIAPN+, como a transfobia, por exemplo, sejam enquadrados como crime de injúria racial, com penas que variam de 2 a 5 anos. Tal ato foi considerado um grande avanço para combater discursos de ódio perpetrados contra este grupo, uma vez que os dados de violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ são alarmantes no Brasil. O país foi eleito pelo 14º ano consecutivo como o que mais mata pessoas trans no mundo, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2022). Dessa forma, garantir amparo legal para com essa comunidade é um grande passo para proteger este grupo contra a discriminação e a violência.

Um caso de repercussão nacional que excedeu os limites da liberdade de expressão e que foi considerado discurso de ódio contra mulheres trans, ocorreu no Congresso Federal, repercutindo também

nas redes sociais e na sociedade civil. O discurso do Deputado Federal Nikolas Ferreira em homenagem às mulheres no dia 08 de março de 2023 (Dia Internacional da Mulher) de pouco mais de 3 minutos, foi considerado um discurso transfóbico e machista. O pronunciamento que deveria ter caráter de homenagem, foi rejeitado por grupos feministas e pela comunidade LGBTQIAPN+. Utilizando uma peruca amarela, o deputado declara estar em seu lugar de fala e se auto intitula deputada Nikole. Visando hostilizar a agenda trans, Nikolas afirmou que as mulheres estão perdendo seu lugar de fala para homens que se sentem mulheres. Ancorou seu discurso na biologia e na religião para defender seus ideais transfóbicos e machistas e afirmou que o feminismo pouco fez para a libertação das mulheres. Em tom de deboche e de forma caricata, o deputado que compõem a bancada liberal do Congresso, se tornou o assunto do Dia Internacional da Mulher de 2023. Wilson Gomes escreveu para a revista Cult (2023, par. 5):

o deputado queria a fúria dos progressistas, o orgulhoso apoio dos reacionários e, claro, visibilidade. Conseguiu tudo. Com menos de 3 minutos de discurso, só se falou dele no Dia Internacional da Mulher. Tudo somado, foram três minutos extremamente produtivos de trabalho de um deputado que foi eleito justamente para esta tarefa, e mais nada.

O discurso do deputado o colocou como um dos assuntos mais comentados no Twitter (atual X) no Dia Internacional da Mulher. Além disso, segundo a CNN Brasil, apenas um dia após a fala do parlamentar, ocorreu um aumento de 20 mil seguidores em sua conta no Instagram, número 3x maior do que a média diária registrada que contabiliza 6.170 novos usuários/dia na mesma rede social (CNN, 2023).

Diversos deputados protestaram contra o discurso de Nikolas Ferreira, unindo-se para a relatoria de uma notícia-crime destinada à Rosa Weber, Ministra do Supremo Tribunal Federal.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo analisar o discurso proferido pelo Deputado Federal Nikolas Ferreira no Dia Internacional da Mulher (celebrado no dia 08 de março de 2023), buscando identificar proselitismos e antipatias que o parlamentar ancora em sua narrativa para elege-lo como um ator que compõem os contramovimentos feministas. Para isso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório (Gil, 2009), da pesquisa documental (Briet, 2016) e da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

Procedimentos Metodológicos

A fim de cumprir com o objetivo de analisar o discurso proferido pelo Deputado Federal Nikolas Ferreira no Dia Internacional da Mulher, buscando identificar as camadas de preconceito presentes nessa narrativa que o elegem (ou não) como um ator que compõem os contramovimentos feministas, este trabalho inspira-se metodologicamente nos procedimentos de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011).

No livro Análise de Conteúdo, Bardin (2011, p. 15) define metodologia como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a (conteúdos e conteúdos) extremamente diversificados”. Esta pesquisa seguirá três etapas definidas pela autora (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos.

A primeira etapa é composta pela organização do material e a visualização do que encontramos disponível para a realização da pesquisa. Nesta etapa, podemos avaliar o que faz ou não sentido para a análise e quais informações ainda precisamos colher. Na segunda etapa, categorizaremos e decodificaremos os materiais já selecionados na etapa anterior. Por fim, na terceira e última etapa, no tratamento dos resultados obtidos, o pesquisador pode interpretar o material por meio da inferência, ou seja, concluindo um tema/assunto em decorrência de outras conclusões já reconhecidas como verdadeiras.

Assim, a pré-análise consiste na escolha dos argumentos utilizados por Nikolas Ferreira ao longo de seu discurso no Dia Internacional da Mulher de 2023 identificando proselitismos e antipatias que o elegem como um ator que se contrapõem às agendas dos feminismos. Ao todo, foram selecionados 5 comentários do parlamentar que se enquadram com o objetivo proposto neste trabalho para a posterior exploração do material e inferência. Na exploração do material, os conteúdos abordados farão parte do referencial teórico tratado. Nesta etapa, com auxílio da análise bibliográfica de caráter exploratória (Gil, 2009) e da pesquisa documental (Briet, 2016), contextualizaremos o leitor a respeito dos conceitos de contramovimentos sociais, contramovimentos feministas, liberdade de expressão, discurso de ódio e transfobia e, por último, simultaneamente categorizaremos o discurso do Deputado e interpretaremos os resultados obtidos. Tal método é pertinente para compreender proselitismos e antipatias arraigados na sociedade e que ainda hoje são difundidos, promovendo discursos de ódio contra maiorias minorizadas (Santos, 2020), bem como identificar as objeções do Deputado Federal em relação às conquistas das mulheres na sociedade.

Contramovimentos Sociais Feministas

No âmbito das Ciências Sociais, os Contramovimentos são definidos como ações coletivas organizadas pela sociedade civil ou organizações sociopolíticas as quais “conjugam das mesmas opiniões e que, em geral, defendem a manutenção do *status quo* ou a estabilidade de determinado grupo social, e pautas contrárias às pautas dos movimentos sociais, disputando espaço e visibilidade na esfera pública” (Luvizotto, 2022, p. 68). Silva e Pereira definem contramovimento como “ação coletiva de caráter contestatório assim como o movimento social a que se opõe” (2020, p. 33). Rezende (2016) afirma ainda que os contramovimentos não se opõem diretamente ao movimento social em si, mas os avanços oriundos de suas lutas. Nesse sentido, muitos autores que abordam os conceitos de contramovimentos reforçam que são “as conquistas de um movimento que tornam uma preocupação genérica em um ameaça concreta e urgente, oportunizando a constituição de um contramovimento social” (Silva & Pereira, 2020, p. 36). Ou seja, quando o Estado se torna favorável às demandas reivindicadas pelos movimentos sociais, tem-se um solo fértil para o surgimento dos contramovimentos, os quais se opõem aos preceitos já debatidos e conquistados (Tarrow, 2009) pelos movimentos sociais na esfera pública. Como exemplos de contramovimentos podemos citar o movimento antivacina² e o

2. Segundo dados do Instituto Butantan, constata-se que a vacina contra a influenza enfrenta um cenário desafiador no que diz respeito à sua aceitação pela população. No estado de São Paulo, por exemplo, os índices de adesão têm se revelado baixos, situando-se abaixo dos 30% já no segundo mês de campanha. Tais números ainda se encontram consideravelmente distantes da meta de imunização estabelecida, que visa alcançar a cobertura de 90% da população. Nesse sentido, o contramovimento pode ter interferido na adesão populacional visando a imunização.

movimento antiaborto³, propagados tanto *on* como *off-line*. Além deles, cabe destacar um contramovimento que tem recebido crescente atenção: o contramovimento feminista, compreendidos como contramovimentos antifeministas por autores como Bonet-Martí (2021)⁴. Para o autor o antifeminismo é definido “como aquele contramovimento que surge em oposição às ideias, políticas e pessoas que compõem o movimento feminista” (2021, p. 62). Apesar de não ser de natureza recente, suas repercussões têm se intensificado devido à visibilidade de conteúdos produzidos por atores que produzem narrativas e conteúdos contrários às agendas disseminadas pelos movimentos feministas. Em contraposição aos feminismos, os contramovimentos tencionam a esfera pública e disputam espaços de visibilidade com os movimentos feministas, questionando, criminalizando e desmoralizando suas agendas.

Como afirma Aragusuku (2022) são muitas as manifestações de resistência ao movimento feminista. Tais contramobilizações englobam uma ampla gama de pessoas e/ou grupos os quais se unem de maneira dinâmica para contestar as demandas promovidas pelo movimento. Nesse sentido, o contramovimento feminista é composto de forma

-
3. O qual é permitido no Brasil apenas em casos de gestações ocorridas por violação sexual, risco à vida da mulher e feto anencéfalo. No entanto, é importante destacar que em 2023, o Governo Brasileiro desligou-se da Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, uma aliança que se opõe ao aborto e advoga pelo reconhecimento da família como alicerce da sociedade. Tal deixa tem repercutido nos movimentos contra e pró-aborto.
 4. Cabe ressaltar que em uma de suas obras, Bonet-Martí (2021) realizou uma classificação de contramovimentos antifeministas definindo-os em 6 categorias, sendo elas: Antifeminismos de Estado, Antifeminismos Religiosos, Antifeminismos Masculinistas, Antifeminismos Pós-feministas, Antifeminismos Interseccionais e Antifeminismos Cibernéticos.

bastante heterogênea por atores individuais⁵ e coletivos⁶ (Aragusuku, 2022). Tendo em vista que, as agendas do movimento feministas sofrem oposição por diferentes setores na sociedade, os atores contrários as suas pautas podem possuir valores e interesses diversos⁷, mesmo diante de uma causa comum: o gênero (Aragusuku, 2022).

O Congresso Nacional é um dos agentes que pode contribuir com a disseminação de narrativas e contranarrativas sobre diversos temas, incluindo aqueles que se relacionam com os feminismos. Por meio dos parlamentares, agendas favoráveis ou contrárias aos direitos das mulheres são amplamente divulgadas no Congresso Nacional, ecoando para outros ambientes e principalmente para a sociedade civil.

Os Deputados Federais, por exemplo, em seu papel de legislar e fiscalizar a atuação do poder executivo (Soares, 2011), contribuem para o debate e a promoção de agendas que se relacionam com os direitos femininos, direitos esses que impactam diretamente a sociedade civil. Enquanto parte dos congressistas se mostra favorável as pautas em defesa

-
5. Quando nos referimos à atores individuais podemos citar, por exemplo, padres e pastores, ativistas católicos e evangélicos, parlamentares liberais-conservadores (Aragusuku, 2022).
 6. Como atores coletivos podemos citar, por exemplo, igrejas católicas e evangélicas, movimentos conservadores, associações pró-família tradicional, entre outros (Aragusuku, 2022).
 7. Como exemplo, podemos tomar a questão do aborto. O movimento feminista luta pela legalização e a ampliação do acesso ao aborto como uma questão de autonomia e direitos reprodutivos das mulheres, enquanto a igreja e parte de seus fiéis, bem como algumas bancadas conservadoras no senado, por exemplo, se opõem a essa pauta, dizendo que a vida começa na concepção. Nesse caso, aceitar o aborto seria violar o direito à vida do recém-concebido. No entanto, existem grupos como “Católicas pelo direito de decidir”, que lutam pela legalização do aborto e à autonomia das mulheres sobre o próprio corpo, indo contra às premissas eclesásticas. Dessa forma, tem-se claro que os valores e interesses podem ser diversos e até mesmo antagônicos entre um grupo comum contrário ainda às agendas feministas.

das mulheres, outros por sua vez, se opõem a essas agendas, proferindo mensagens de ódio contra esse grupo com o objetivo de “estigmatizar, escolher e marcar um inimigo, manter ou alterar um estado de coisas, baseando-se numa segregação” (Schäfer et al., 2015 p. 147).

No parlamento, proselitismos e antipatias que visam anular, segregar e diminuir as mulheres são constantemente proferidos por congressistas com o objetivo de perpetuar preceitos machistas e sexistas oriundos do sistema patriarcal que estamos inseridos, uma vez que, ocorrem nas narrativas desses sujeitos tentativas de naturalização, de silenciamento e conseqüentemente de apagamento dos ganhos auferidos pelos movimentos feministas e pelas suas pautas ainda ecoantes, a fim de preservar as desigualdades de gênero e suas diferentes formas de opressão. Por isso, o movimento feminista tem se mostrado fundamental na luta contra tais narrativas, ampliando o debate sobre a equidade de gênero.

Cabe destacar que certas narrativas disseminadas por parlamentares contribuem para integrá-los enquanto atores individuais constituintes de contramovimentos feministas, o que fomenta, por conseguinte, a proliferação de contranarrativas de gênero na esfera social. Jordi Bonet-Martí (2021) aponta que, assim como agendas favoráveis aos feminismos são apresentadas e discutidas no Congresso, também se observam ideais antagônicos aos preceitos feministas no parlamento. Portanto, as narrativas difundidas por representantes políticos exercem considerável influência no Congresso, recaindo também na sociedade civil. Dessa forma, enquanto os feminismos de Estado, representados por parlamentares pró-feminismo, empenham-se em promover políticas públicas em prol dos direitos das mulheres (Bonet-Martí, 2021),

os contramovimentos feministas de Estado, representados por atores contrários às agendas feministas no Congresso, lutam para restringir direitos já conquistados ou em constante debate, como a “restrição dos direitos sexuais e reprodutivos, a proibição de educação sexual nas escolas, políticas familiares conservadoras, criminalização da comunidade LGTBiq+” (Bonet-Martí, 2021, p. 66) entre outras questões que se contrapõem às agendas dos feminismos em tempos hodiernos. Contranarrativas de gênero disseminadas no Parlamento transcendem os delineamentos convencionais entre as correntes políticas de direita e esquerda⁸ (Bonet-Martí, 2021) e os parlamentares adeptos do contramovimento alicerçam suas narrativas à ideais conservadores, machistas e patriarcais arraigados nas estruturas sociais, com o objetivo de institucionalizar agendas que se opõem as conquistas e as lutas dos feminismos (Aguiar & Pereira, 2019). É o que acontece com o discurso proferido pelo Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL), onde o parlamentar transcende os direitos individuais de liberdade de expressão e passa a ferir maiorias minorizadas (Santos, 2020). Na próxima seção, debateremos sobre os limites da liberdade de expressão e discurso de ódio.

Liberdade de expressão e discurso de ódio

A preservação da liberdade de expressão encontra respaldo em diversos tratados internacionais. Dentre eles, podemos citar, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, nos quais o Brasil figura

8. No entanto, de acordo com Dupuis-Déri (2013), a maioria das agendas contrárias aos feminismos se concentram principalmente na direita e na extrema-direita do Congresso.

como signatário. Na Constituição Federal, o direito de expressão está presente tanto no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos por meio do artigo 5º, nos incisos IV, V, e IX como no capítulo destinado a Comunicação Social, por meio do artigo 220.

Dessa forma, pode-se afirmar que o “reconhecimento constitucional do direito de expressão compreende a possibilidade de exteriorização de crenças, convicções, ideias, ideologias, opiniões, sentimentos e emoções, pelas mais diversificadas plataformas informativas hoje existentes” (Stroppa & Rothenburg, 2015, p. 452). Nesse sentido, a proteção conferida pelo direito à liberdade de expressão, não se limita apenas ao ato de pensar, mas abrange também a possibilidade de compartilhar livremente tais perspectivas (Stroppa & Rothenburg, 2015). Cabe destacar que a liberdade de expressão não apenas promove um ambiente de diversidade de pensamento, mas também desempenha um papel crucial na construção de sociedades democráticas e progressistas, onde confronto de ideias é inevitável. No entanto expressões que incitam ódio, estimulam o preconceito e discriminam estratos sociais não são amparadas pelo leque da liberdade de expressão e são intitulados discurso de ódio ou *Hate Speech*.

Para Rosane Leal da Silva, Andressa Nichel, Carlise Kolbe Borchardt & Anna Clara Lehmann Martins (2011, p. 447) discurso de ódio ou *Hate Speech* “é uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor”. Winfried Brugger (2007, p. 118) afirma que “o discurso do ódio refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou

religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”.

Daniel Sarmento (2006, p. 02) afirma que o discurso de ódio se configura por meio de “manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivadas por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência física ou mental ou orientação sexual, dentre outros fatores”. Nesse sentido, pode-se inferir que o discurso de ódio se caracteriza pela manifestação de ideias que estimulam a discriminação de estratos sociais, das quais podem abranger diversas categorias, mas se voltam principalmente contra grupos minoritários.

Diante de tantas definições, é cabível afirmar que o discurso de ódio afronta o direito à igualdade, fragilizando, por conseguinte “a efetividade dos princípios da não discriminação e da dignidade da pessoa humana, estando a possibilidade de limitação a tais discursos conectada ao ideal madisoniano/democrático da liberdade de expressão do pensamento” (Napolitano & Stroppa, 2017, p. 324).

Nesse contexto, torna-se indispensável a identificação de parâmetros que possibilitem a classificação de um discurso como sendo ou não uma manifestação de ódio, uma vez que as “ideias e opiniões impopulares não podem se tornar reféns das concepções politicamente corretas, sob pena de minar a abertura e a pluralidade exigidas pelo regime democrático e que orientam a formatação jurídica da sociedade brasileira” (Napolitano & Stroppa, 2017, p. 324).

Pensando nisso, a Artigo 19 elaborou os denominados “Princípios de Camden sobre a Liberdade de Expressão e Igualdade”, que, no princípio 12, se volta unicamente para a intervenção estatal quando interpelado por assuntos de cunho odioso. De acordo com os princípios,

“todos os Estados devem adotar legislação que proíba qualquer promoção de ódio religioso, racial ou nacional que constitua uma incitação à discriminação, hostilidade ou violência (discurso do ódio)” (Artigo 19, 2009, p. 10). Estes princípios recomendam que os estados atentem para 7 diferentes critérios para a classificação de um discurso como sendo de natureza odiosa, sendo eles: a severidade, intenção, conteúdo ou formato do discurso, extensão do discurso, probabilidade de dano, iminência e contexto. No Brasil, processos criminais contra pessoas que proferem discurso de ódio estão abarcados na lei nº 7.716/1989, a qual define preconceitos de raça e cor. Em 2019, o STF equiparou a LGBTfobia a mesma lei, criminalizando também esses tipos de conduta contra a comunidade LGBTQIAPN+.

Na próxima seção, analisaremos o discurso proferido por Nikolas Ferreira no Dia Internacional da Mulher em 2023, identificando proselitismos e antipatias do Deputado Federal frente as conquistas e agendas dos feminismos.

Análise de Conteúdo

Em um discurso que durou pouco mais que 3 minutos, Nikolas Ferreira, Deputado Federal mais votado do Brasil nas eleições de 2022, proferiu diversos comentários ofensivos contra as mulheres e a comunidade trans no Dia Internacional da Mulher de 2023, data celebrada no dia 08 de março. Em tom jocoso e caricato, o parlamentar se utiliza de uma peruca amarela para “ter lugar de fala”, como proferido por ele (OCP News, 2023). Para a análise do material, retirou-se trechos do discurso do Deputado que o enquadram como um ator individual que se opõem as agendas dos feminismos. Cabe destacar que o discurso

completo do parlamentar (OCP News, 2023) se encontra disponível em nota de rodapé para visualização. Ao todo, foram retirados do material completo, 5 comentários que serão analisados na sequência. O critério de seleção utilizado foi o de encontrar em seu discurso proselitismos e antipatias para com grupos minoritários, visando compreender as camadas de preconceito presentes nessa narrativa que o elegem como um ator que compõem os contramovimentos feministas.

Adotando um tom de deboche, o Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL) se colocou em frente à tribuna da casa, utilizando uma peruca amarela, declarando, ironicamente que, a partir daquele momento identificava-se como mulher. Em sua intervenção, o parlamentar zombou da comunidade trans, afirmando sarcasticamente: *“Hoje, no Dia Internacional das Mulheres, a esquerda disse que eu não poderia falar, pois eu não estava no meu local de fala. Então, eu solucionei esse problema aqui. Hoje, eu me sinto mulher. Deputada Nikole. E tenho algo muito interessante para falar: as mulheres estão perdendo o seu espaço para homens que se sentem mulheres”*.

O Deputado também faz um alerta sobre as potenciais sanções que poderá enfrentar por transfobia *“Eu, por exemplo, posso ir para a cadeia, Deputados, caso eu seja condenado por transfobia. E por quê? Por que eu xinguei? Eu pedi pra matar? Não. Pois no dia Internacional das Mulheres, há dois anos, eu parabeneizei as mulheres XX. Ou seja, é uma imposição”*.

Dado que a cis-heteronormatividade é concebida como uma construção social, ela estabelece parâmetros normativos para as categorias de gênero e orientação sexual, promovendo a padronização das identidades de maneira binária e biologicamente essencialista. Nesse contexto,

indivíduos que não aderem à cisgeneridade e à heterossexualidade não são reconhecidos (Rocha et al., 2020). No entanto, o binarismo de gênero, assim como qualquer ideologia “produz um ocultamento da realidade social, destinado a esconder das pessoas o modo real como as relações sociais são produzidas” (Almeida, 2017, p. 08). Neste contexto, apesar da presença de distinções biológicas, estas não exercem um papel determinante, uma vez que o gênero é compreendido como uma construção social vinculada a “valores culturais relativos que variam no tempo e entre as diversas sociedades humanas” (Abílio, 2016, p. 129).

Assim, a concepção binária de gênero sustenta diversos preconceitos, contribuindo para um padrão de verdade que, por sua vez, gera inúmeros privilégios e contribui para a desigualdade social inerente ao sistema capitalista, evidenciada em vários contextos sociais (Almeida, 2017). Um dos privilégios mais comuns do binarismo, atribui ao homem uma condição superior em relação à mulher e, por consequência, percebe os demais gêneros como aberrações que devem ser invisibilizadas, silenciadas e apagadas da realidade social (Hintze, 2020). É o que percebemos também no discurso de Nikolas Ferreira. A omissão da realidade social e de seus argumentos ancorados nos padrões biológicos contribuem para a ampliação de estigmas, preconceitos e para a marginalização da comunidade trans e travesti na sociedade. Além disso, para a ampliação do ódio para com esses grupos, tendo em vista que “a não conformidade com a cis-heteronormatividade expõe tal população à exclusão social e diferentes formas de violência e violação de direitos fundamentais e constitucionais” (Rocha et al., 2020, p. 67).

Para exemplificar a “imposição” social, Nikolas recorre a grandes marcas que parabenizaram mulheres transexuais em suas campanhas

publicitárias no Dia Internacional da Mulher: *“A Apple, por exemplo, hoje ela está homenageando um homem que se sente uma mulher que inclusive é um ativista da obesidade. A Hershey’s, também colocou um homem que se sente uma mulher na propaganda”*.

Apesar de ser comumente associada a fins comerciais, a publicidade tem raízes profundas na sociedade, sendo, portanto, “um elemento básico para compreender as relações de consumo e a realidade atual” (Giacomini Filho, 1991, p. 13). Nesse sentido, peças publicitárias que “promovem inclusão social, costumam atrair não apenas os olhares comerciais, mas também a atenção dos consumidores” (Rickli & Prestes, 2023, p. 17).

Embora por muito tempo, as campanhas publicitárias tenham contribuído para reforçar preconceitos e omitir a presença de maiorias minorizadas (Santos, 2020), atualmente, este panorama tem mudado e a publicidade passou a ter um papel “fundamental para a desconstrução de um cenário marcado por estereótipos deteriorados e anacrônicos” (Rickli & Prestes, 2023, p. 17). Nesse sentido, grupos sociais marginalizados pela sociedade civil passaram a ser retratados em peças publicitárias. É o que acontece também com transexuais e travestis. Para Duarte & Silva (2017, p. 158),

muitas marcas estão permitindo um espaço para o debate de gênero, sexualidade, transfobia, preconceito, entre outros. É perceptível uma inclusão do tema, mesmo que sutil. As trans estão sendo incluídas aos poucos dentro da sociedade e da cultura de forma não mais marginal, mas como pessoas que possuem algum talento que deve ser respeitado e exibido.

Nesse contexto, não há uma imposição social, como destacado por Nikolas Ferreira. Pelo contrário, existe a necessidade de atender

às demandas sociais, considerando a existência das transexualidades e a importância de ouvir e respeitar essas experiências. Além disso, as homenagens a mulheres transexuais em peças publicitárias de empresas como Apple e Hershey's, por exemplo, têm o propósito de promover a visibilidade de suas agendas, contribuindo para a diversidade e mitigando os estereótipos e estigmas ainda presentes socialmente sobre esses grupos. Este esforço visa, por conseguinte, reduzir as diversas formas de violência perpetradas contra a comunidade trans.

Ao se opor a grandes conquistas do movimento feminista, Nikolas critica o movimento, afirmando que as mulheres não devem nada a ele. Para além, cabe destacar que o Deputado fundamenta suas objeções em convicções religiosas, argumentando que as mulheres retratadas na Bíblia não são devidamente valorizadas pelo feminismo. Ele sustenta que a sociedade deveria se espelhar nas figuras bíblicas como modelos a serem seguidos: *“Mulheres, vocês não devem nada ao feminismo. Pelo contrário, o feminismo exalta mulheres que nada fizeram pelas mulheres. [...] Maria, Rute, Ester, todas essas mulheres são deixadas de lado pelo feminismo”*.

O parlamentar nega o reconhecimento de prerrogativas fundamentais, como o direito ao voto, direitos reprodutivos e participação na esfera pública, ao afirmar que o feminismo não proporcionou benefícios substanciais às mulheres. Além disso, embasa sua argumentação em fundamentos cristãos, o que se distancia das premissas dos feminismos, considerando a contribuição histórica do cristianismo para a opressão feminina. Simone de Beauvoir afirma que “ a ideologia cristã não contribuiu pouco para a opressão da mulher. Há, talvez, no Evangelho um sopro de caridade que se estende tanto às mulheres como aos

leprosos; são os pequenos, os escravos e as mulheres que se apegam mais apaixonadamente à nova lei” (Beauvoir, 2009, p. 107). A ativista bell hooks⁹ afirma que a religião desempenha um papel significativo na formulação das concepções sobre os papéis de gênero na sociedade. Para ela “mais do que outras religiões, a doutrina cristã, que tolera o sexismo e a dominação masculina, inspira as formas como aprendemos tudo sobre os papéis dos gêneros nesta sociedade” (hooks, 2018, p. 120). Nesse sentido, ao escolher privilegiar grandes nomes bíblicos, Nikolas reforça suas raízes ao ideal conservador, fortemente presente em seu discurso. Para além, ao negligenciar as conquistas e os avanços do feminismo, o parlamentar se apresenta enquanto um ator individual que compõem o contramovimento de gênero.

Finalmente, Nikolas encerra seu discurso adotando uma postura machista e debruçando-se sobre os papéis de gênero impostos socialmente: *“Então, mulheres, retomem a sua feminilidade, tenham filhos, honrem a maternidade, formem família porque dessa forma vocês colocaram luz no mundo e serão, com certeza, mulheres valorosas”*.

O Deputado finaliza seu discurso perpetuando estereótipos de gênero ao enaltecer concepções tradicionais sobre o papel da mulher em sociedade ao afirmar que a essência da feminilidade está intrinsecamente vinculada à maternidade e à formação familiar. Esta abordagem negligencia a diversidade de escolhas e aspirações femininas. Ao preconizar que as mulheres devem “retomar sua feminilidade” e encorajá-las a

9. A utilização do nome bell hooks em letras minúsculas faz parte da postura pessoal optada pela autora. Ela adotou esse pseudônimo em homenagem à sua bisavó e o utiliza em minúsculas como uma expressão política, rompendo com as normas linguísticas e acadêmicas tradicionais que creditam aos nomes próprios a necessária utilização de maiúsculas. O presente texto respeita a decisão tomada pela autora.

maternar como um meio para “iluminar o mundo”, o discurso adota uma perspectiva limitada e prescritiva sobre o significado de ser mulher. Para Barroco (2009, pp. 174-175), estes ideais reforçam a essência moral do conservadorismo, onde

a família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a de manutenção da propriedade. A mulher exerce o papel de agente socializador responsável pela educação moral dos filhos; por isso, essa perspectiva é radicalmente contrária aos movimentos femininos, entendendo-os como elemento de desintegração familiar. A moral adquire, no conservadorismo, um sentido moralizador [...]. É assim que se apresentam sob diferentes enfoques e tendências, objetivando a restauração da ordem e da autoridade, do papel da família, dos valores morais e dos costumes tradicionais (Barroco, 2009, pp. 174-175).

Cabe destacar que as estruturas patriarcais presentes em sociedade contribuem fortemente para a perpetuação destes estereótipos que ainda hoje privilegiam o gênero masculino e colocam as mulheres em uma posição de inferioridade e submissão. Nesse sistema, “a submissão é prescrita como o comportamento normal, moral e natural das mulheres” (Garcia, 2018, p. 13). Dessa forma, tal frente

produz, significa, hierarquiza e trata o ‘masculino’ como valor fundante da moral e, em consequência disso, o ‘feminino’ como inferior ao ‘masculino’ (em seus desdobramentos mais evidentes: a mulher como inferior ao homem, os demais gêneros como aberrações ou invisíveis) (Hintze, 2020, s.p.).

No passado, a mulher era unicamente responsável pelo “espaço privado, ou seja, pelo cuidado da casa, dos filhos e do marido. Enquanto ao homem, cabia o espaço público da produção, das grandes decisões

e do poder” (Soares, 2021 p. 04). Para além, o maternar era a única função que lhe garantia reconhecimento. Neste período, “a maternidade se tornou, para elas, ao longo da história, uma das únicas funções valorizadas socialmente, permitindo-as o reconhecimento. Esse fenómeno promoveu-lhes o sentimento de pertencimento a uma posição de aparente prestígio dentre do âmbito social” (Finelli et al., 2015, p. 55).

Ancorando-se inicialmente na biologia, posteriormente no evangelho, e por fim na promoção da família tradicional, Nikolas Ferreira finaliza seu discurso reforçando seus ideais tradicionalistas: “Deus, pátria e família”, princípios fortemente reforçados durante o mandato do ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro.

Durante todo o seu discurso, Nikolas Ferreira, levanta argumentos arraigados em proselitismos e estereótipos presentes na sociedade sexista, machista e patriarcal. Para além, ao se utilizar de uma peruca o Deputado ridiculariza a comunidade trans, contribuindo para a perpetuação de estereótipos associados a esse grupo. Para Rios, tais estereótipos são “percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções” (2007, pp. 27-28). Para além, Albuquerque Jr. afirma que a estereotipia:

é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (2010, p. 30).

Visando ridicularizar grupos minoritários, como a comunidade trans e as mulheres, o Deputado buscava visibilidade e a atração de grupos sociais que corroboram com essa narrativa, visando apresentar-se enquanto súdito do ex-presidente da república, o qual adotou a mesma abordagem para disseminar ideais machistas, sexistas, misóginos, LGBTfóbicos, dentre outros. Tendo em vista que, para eles, tudo o que foge do padrão branco, cis e heterossexual, é considerado abjeto e, portanto, deve ser silenciado e apagado das estruturas sociais. Cardoso (2016, p. 103) afirma que durante a eclosão do conservadorismo no Brasil

intensificam-se os ataques a direitos conquistados, ameaçam-se os pilares da democracia, ataca-se tudo o que é visto e entendido como risco à ordem e harmonia social. Assim, gays, lésbicas, negros/as, transgêneros, religiões de matriz africana, comunistas, socialistas, presos/as, pobres, mulheres, entre outros/as, são vistos/as como ameaças a serem exterminadas com repressão, violência e disciplina. Instaura-se a defesa do justicamento com as próprias mãos, evoca-se a punição e o sofrimento (Cardoso, 2016, p. 103).

Para além, o Deputado se apresenta enquanto um ator individual que se opõem as agendas dos feminismos ao afirmar que o movimento nada fez para a liberdade das mulheres, bem como ao ser contrário as agendas da comunidade LGBTQIAPN+, especialmente ao grupo transgênero, pauta também presente nas agendas feministas. Nesse sentido, podemos inferir que o Deputado excede os limites da liberdade de expressão e fere grupos sociais como as mulheres cisgênero e transgênero, utilizando sua visibilidade, alcance e voz no parlamento para ampliar pautas em torno da discriminação e do preconceito contra esses grupos, especialmente contra a comunidade trans, o que excede a câmara dos

Deputados e invade a sociedade civil, causando danos significativos e, muitas vezes irreparáveis contra esse grupo.

Considerações

Em um único discurso proferido pelo Deputado Federal Nikolas Ferreira, é perceptível identificar diversos proselitismos e antipatias para com as mulheres cis e transgênero. Na ocasião, o parlamentar, que deveria parabenizar as mulheres e levantar a pauta de igualdade de gênero, acaba por se utilizar de estereótipos para promover discursos de ódio e ampliar as violências para com esses grupos, ainda hoje subalternizados pela sociedade. O material, que excedeu a Câmara dos Deputados, reverberou nas redes sociais e também na sociedade civil, deu voz para atores que se identificam com o discurso de Nikolas, ampliando, por consequência, a discriminação e as violências para com a comunidade trans.

Com o objetivo de retroceder as conquistas adquiridas pelas mulheres e pela comunidade LGBTQIAPN+, o Deputado se apresenta contrário as agendas dos feminismos, ancorando-se a valores tradicionais, na religião cristã e no preconceito para se opor as conquistas das mulheres em ocupar espaços de poder, antes destinados apenas ao sexo masculino. Além disso, o parlamentar defende a formação da família e a manutenção de costumes tradicionais, ao vincular diretamente a feminilidade à maternidade e à estrutura familiar. Essa abordagem machista e patriarcal limita as escolhas das mulheres, contribuindo para a perpetuação de padrões que podem comprometer a autonomia e a igualdade de oportunidades no contexto de gênero. Além disso, suas declarações transfóbicas visam retroceder direitos da comunidade

LGBTQIAPN+ e estão intimamente ligadas as agendas disseminadas pela extrema direita no Brasil, que negligenciam tudo o que foge dos padrões impostos socialmente, oferecendo a essas minorias sociais, uma posição subalternizada.

Nesse contexto, é possível inferir que a falta de clareza quanto aos parâmetros que delineiam a liberdade de expressão, contribuem para manifestações de violência e discursos de ódio dirigidos a grupos socialmente marginalizados. Diante disso, torna-se imperativo estabelecer limites éticos a fim de garantir que a liberdade de expressão não seja utilizada como pretexto para a propagação de mensagens prejudiciais que atentem contra a dignidade e os direitos de grupos minoritários, como as mulheres cis e transgênero.

Além disso, é importante destacar que a figura de Nikolas Ferreira desempenha um papel significativo na sociedade civil. Enquanto representante político, o parlamentar molda a opinião pública, mobiliza cidadãos e impacta a percepção da população sobre questões fundamentais. Nesse contexto, ao reconhecer a relevância dos legisladores, torna-se inconcebível a disseminação de discursos transfóbicos, machistas, sexistas e tantas outras narrativas que ferem grupos sociais no parlamento, uma vez que tal postura contraria os princípios fundamentais de igualdade e respeito pelos direitos humanos.

Um legislador que opta por difundir discursos machistas e transfóbicos não apenas contribui para a marginalização e o sofrimento das mulheres e da comunidade trans, mas também subverte os valores democráticos e inclusivos que a sociedade almeja. Logo, é imprescindível a ampliação desta pesquisa, com o propósito de compreender o Congresso como um agente de importante impacto para a disseminação

de narrativas e contranarrativas em sociedade. Dessa forma, este trabalho não deve ser considerado conclusivo, mas sim um ponto de partida para novas reflexões e descobertas.

Referências

Aguiar, B. S. de, & Pereira, M. R. (2019). O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. *Agenda Política*, 7(3), 8–35.

Albuquerque Jr, D. M. de. (2010). *A invenção do nordeste e outras artes*. Cortez.

Almeida, G. (2017). *Série: Assistente Social no combate ao preconceito: transfobia*. Conselho Federal de Serviço Social.

Aragusuku, H. A. (2022). *Um panorama do contramovimento antigênero no Brasil: emergência, redes e narrativas* [Trabalho apresentado]. 46º Encontro Anual da ANPOCS.

Artigo 19. (2009). *Campanha Global pela Liberdade de Expressão*. Princípios de Camden sobre Liberdade de Expressão e Igualdade.

Barroco, M. L. S. (2009). *Ética: fundamentos sócio-históricos*. Cortez.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Beauvoir, S. de. (2009). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.

Bonet-Martí, J. (2021). Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 18(1), 61–71. <https://doi.org/10.5209/tekn.71303>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Briet, S. (2016). *O que é a documentação?* Briquet de Lemos.

Brugger, W. (2007). Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Revista de Direito Público*, 15(117).

Cardoso, P. F. G. (2016). O projeto ético-político em tempos de radicalização do conservadorismo: resistência e intransigência na luta por emancipação. *Revista Emancipa: o cotidiano em debate*, 1.

Finelli, L. A. C., Silva, J. L. da, & Amaral, R. de A. (2015). Trajetória da família brasileira: o papel da mulher no desenvolvimento dos modelos atuais. *Humanidades*, 04(2), 52–60.

Garcia, M. (2018). *Não nascemos submissas, nos tornamos*. Subta.

Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Giacomini Filho, G. (1991). *Consumidor versus propaganda*. Summus.

- Gomes, W. (2023). Nikolas Ferreira, a transfobia e a “diafonofobia”. *Revista Cult*. <https://revistacult.uol.com.br/home/nikolas-ferreira-transfobia-diafonofobia/>
- Hintze, H. (2020). *Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira*. Paco Editorial.
- hoks, b. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rosa dos tempos.
- Luvizotto, C. K. (2022). Comunicação Digital e Cidadania: A Atuação de Movimentos Sociais e Contramovimentos Durante a Pandemia de Covid-19. *Revista Comunicação Midiática*, 17(1), 61–72.
- Napolitano, C. J., & Stroppa, T. (2017). O Supremo Tribunal Federal e o discurso de ódio nas redes sociais: exercício de direito versus limites à liberdade de expressão. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 7(3).
- OCP News. (9 de março de 2023). *Veja o discurso de Nikolas Ferreira no Dia Internacional da Mulher* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=ZePHDgwfPMI&t=7s>
- Rezende, P. (2016). *Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo*. Ciências Sociais/USP.
- Rickli, A. D., & Prestes, I. da S. (2023). *A publicidade dá o tom: Faber-Castell e sua estratégia de inclusão, representatividade e diversidade*. Apprehendere.

- Rios, R. R. (2007). O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In F. Pocahy (Org.), *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea: Políticas, teoria e atuação* (pp. 27–48). Nuances.
- Rocha, G. L., Lanza, H. R., & Ribeiro, S. D. (2020). Transfobia, masculinidades e violência sob a ótica da psicanálise. *Reverso*, 42(79), 67–74.
- Santos, R. (2020). *Maiorias minorizadas: um dispositivo de racialidade*. Telha.
- Sarmiento, D. (2006). *A liberdade de expressão e o problema do hate speech*. PUC.
- Schäfer, G., Leivas, P. G., & Santos, R. H. dos. (2015). Discurso de ódio: Da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. *Revista de Informação Legislativa – RIL*, 52(207), 143–158.
- Silva, R. L. da, Nichel, A., Borchardt, C. K., & Martins, A. C. L. (2011). Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Rev. Direito GV*, 7(2), 445–468.
- Silva, M. K., & Pereira, M. M. (2020). Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, 08(20), 26–49. <https://doi.org/10.20336/rbs.647>

- Soares, J. de R. B. (2011). O papel do deputado federal na República Federativa Brasileira. *Revista de Informação Legislativa – RIL*, 48(191), 245–254.
- Soares, A. L. S. (2021). O papel da mulher ao longo da história: Influências no conceito de família bem como nas relações de parentesco. *Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis*, 1–36.
- Stroppa, T., & Rothenburg, W. C. (2015). Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. *Revista Eletrônica do Curso de Direito (UFMS)*, 10(2).
- Tarrow, S. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Vozes.

ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE E REPERTÓRIO DE AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19¹

*Caroline Kraus Luvizotto²
Alana Nogueira Volpato³*

Movimentos sociais emergem ou ganham força em momentos de crise, calamidades ou de forte repressão às liberdades individuais e coletivas e a pandemia de Covid-19 instaurou novas perspectivas e desafios para a participação cidadã, para a atuação dos movimentos sociais e para o ativismo. A pandemia de Covid-19 alterou o percurso dos movimentos sociais a partir de 2020, interrompendo abruptamente

-
1. As reflexões apresentadas neste texto refletem os resultados de duas pesquisas financiadas pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processos 2021/04774-7 e 2019/00781-9).
 2. Doutora em Ciências Sociais pela Unesp – Universidade Estadual Paulista. Pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP. caroline.luvizotto@unesp.br
 3. Doutora em Comunicação pela Unesp – Universidade Estadual Paulista. Mestre em Comunicação alana.volpato@unesp.br

os protestos nas ruas, as marchas, as manifestações e as reuniões costumeiras para traçar estratégias para a mobilização popular, alterando a visibilidade e a esfera pública (Luvizotto, 2022).

Como ações coletivas contestatórias que realizam reivindicações na arena pública, direcionadas tanto ao centro do sistema político institucional como à própria sociedade, movimentos sociais precisam conquistar visibilidade e atenção pública. Como a esfera pública contemporânea é configurada, sobretudo, por diferentes meios de comunicação e esses meios não oferecem as mesmas condições de acesso aos espaços socialmente visíveis para todos os atores sociais e políticos, entendemos a visibilidade como um recurso escasso que movimentos sociais precisam ativamente e deliberadamente conquistar.

Considerando os processos de midiática pelos quais a mídia se tornou uma instituição relativamente autônoma com lógicas próprias que é frequentemente acionada por outras instituições; considerando as interações cotidianas que são, cada vez mais, midiáticas; e assumindo que a mídia se configura como um elemento estruturante da própria sociedade, os espaços de visibilidade midiática são ambientes fundamentais da política contemporânea. Por isso, movimentos sociais buscam obter visibilidade e direcionar a atenção pública por meio de repertórios de ação e de comunicação, que envolvem os meios de comunicação de massa, os ambientes digitais, as manifestações em espaços públicos e seus próprios meios de comunicação. Em cada uma dessas possibilidades, precisam desenhar estratégias para conquistar visibilidade, negociando com os critérios de acesso e as lógicas das mídias que constroem a ação dos atores que pretendem conquistar um lugar no debate público (Volpato, 2022).

A pandemia de Covid-19 instaurou um contexto incerto e, no que se refere aos movimentos sociais, dificultou a percepção de oportunidades ou ameaças (Tarrow, 2011; Tilly, 2006). No Brasil, observou-se a diminuição de oportunidades políticas para os movimentos sociais, mas, por outro lado, provocou mobilização da sociedade civil em geral, para além do ativismo, já que a pandemia se configurou como ameaça social e sanitária. Entretanto, a compreensão da ameaça social e sanitária não foi tomada imediatamente no Brasil, uma vez que autoridades e parte da população negavam o perigo da doença, o que conduziu os movimentos sociais a ações para além de respostas a necessidades emergenciais, visando também elaborar e difundir uma narrativa de que existia uma ameaça de fato. Estabeleceu-se uma disputa de narrativas entre movimentos sociais civil e contramovimentos em torno da gravidade e das formas de enfrentamento da pandemia.

Este estudo buscou compreender o repertório de ação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19 (2020-2021) a partir da análise das estratégias de mobilização e visibilidade publicizadas em suas redes sociais. Especificamente, foram analisados os movimentos sociais Ação da Cidadania, Greenpeace Brasil e Levante Popular da Juventude. Inicialmente, foi realizada a revisão sistemática da literatura que abordou os conceitos de midiaticização, movimentos sociais e sua dimensão performática, e visibilidade. Em seguida foi feito o monitoramento do perfil do Facebook dos três movimentos sociais. Posteriormente, realizou-se a classificação e a codificação dos conteúdos informacionais das postagens de acordo com as categorias e os critérios estabelecidos a partir da metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), apoiada pelos estudos de Pleyers (2020). Ao final, realizou-se a

inferência, que consistiu na interpretação dos resultados alcançados e que neste estudo contou com uma abordagem quali-quantitativa para promover uma confluência de dados.

No Brasil, durante a pandemia de Covid-19, o repertório de ação dos movimentos sociais se deu, a partir dos três movimentos sociais analisados, em torno de sete tipos de ação: 1) Ações de protestos; 2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores; 3) Ações de ajuda mútua e solidariedade; 4) Ações de monitoramento das ações do governo; 5) Ações de educação popular e conscientização; 6) Ações de Comunicação Pública; e 7) Ações de manutenção das pautas do movimento. Com base nos resultados, argumentamos que estratégias de visibilidade se desenrolam em arenas que se organizam em torno de estruturas de oportunidade política, discursiva e midiática, que se ajustam de forma dinâmica, oferecendo conjuntos de constrangimentos e incentivos para os movimentos sociais e demais atores sociais e políticos.

A pandemia e o repertório de ação dos movimentos sociais

O primeiro caso conhecido de infecção pelo novo coronavírus, SARS-CoV2, foi identificado em Wuhan, na China, no mês de dezembro de 2019 e rapidamente a infecção se espalhou pelo mundo, configurando-se como pandemia, segundo declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020.

Em artigo publicado sobre o tema, intitulado “Política Anticapitalista na Época da Covid-19”, o teórico e pesquisador britânico David Harvey (2020) analisa os impactos da pandemia para as sociedades contemporâneas. Seu artigo enfatiza os danos imediatos que a pandemia de Covid-19 impôs para a economia e para a vida social

cotidiana, especialmente para os trabalhadores e os mais vulneráveis, indicando que é imperativo substituir a cultura do consumo exagerado por uma cultura com valores de sustentabilidade. A pandemia tornou as necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis da nossa sociedade, como os idosos, os pobres, os sem-teto, as mulheres, as crianças e os imigrantes ilegais, por exemplo, mais evidentes, comprometendo ainda mais sua condição de vida.

Segundo o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), a superação da pandemia concentra-se na solidariedade e na cooperação, tanto para combater o vírus e mitigar os efeitos, quanto para superar os problemas causados para a comunidade global. Para o sucesso das respostas de saúde pública diante da pandemia é fundamental “o respeito pelos direitos humanos em todos os âmbitos, incluindo os direitos econômicos, sociais e culturais, bem como os direitos civis e políticos” (ACNUDH, 2020, par. 2).

Em consonância com esse pensamento, defendemos a importância fundamental dos movimentos sociais e ativistas que mobilizam pessoas e recursos para levar informação e garantir os direitos a inúmeros grupos sociais e às populações vulneráveis, criando uma rede online e off-line de solidariedade e colaboração.

Os movimentos sociais, aqui compreendidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e manifestar suas demandas” (Gohn, 2003, p. 13), articulam valores de cidadania e participação. Suas ações podem se manifestar na forma de protestos, greves, manifestações, ocupações de espaços públicos ou privados, podendo usar ou não de violência. Os movimentos sociais são matrizes geradoras de

saberes, constituindo-se em portadores legítimos das demandas sociais. De acordo com Horn (2013, p. 19), os movimentos sociais são “formas de ação coletiva que surgem em resposta a situações de desigualdade, opressão e/ou demandas sociais, políticas, econômicas ou culturais não atendidas”.

Em seu artigo “A Pandemia é um campo de batalha. Movimentos sociais no bloqueio Covid-19”, Pleyers (2020) analisa a atuação de movimentos sociais em diferentes países durante o período de bloqueio, que equivale às chamadas quarentenas ou estados de calamidade e de emergência decretados por diversos países nos primeiros meses da pandemia. A primeira forma de atuação dos movimentos sociais nesse período está relacionada às ações de protesto. De acordo com o autor, “a maioria dos ativistas esperou pelo fim do bloqueio para se juntar a reuniões e protestos. Em alguns países, eles reiniciaram os protestos sob o bloqueio, apesar dos riscos sanitários e da proibição de aglomerações” e indica que isso aconteceu, por exemplo, em países como Israel, Grécia, Chile, Líbano e Equador (Pleyers, 2020, p. 04).

A segunda forma de atuação de movimentos sociais durante o período de bloqueio concentra-se nas ações em defesa dos trabalhadores. Essas ações tinham como foco levar informação e garantir o direito não só dos trabalhadores de áreas essenciais que não podem parar durante a pandemia, a exemplo das áreas da saúde, transporte e produção de alimentos, mas também de todos os trabalhadores e trabalhadoras que passaram a trabalhar a partir de suas casas, ou que perderam os seus empregos. Ações desse tipo ocorreram em países como Estados Unidos, Hong Kong, França e Bélgica.

Pleyers (2020) considera que a terceira frente de ação dos movimentos sociais durante a pandemia tem foco na ajuda mútua e na solidariedade. “Neste período de crise, movimentos populares, organizações de base e de cidadãos têm assumido um papel de liderança no engajamento de apoio mútuo, dando suporte a necessidades básicas e solidariedade em sua comunidade e fora dela”. Em todos os continentes, movimentos sociais e organizações da sociedade civil articularam ações para levar informação sobre a pandemia, sobre saúde física e mental, sobre direitos civis e políticos, sobre segurança e prevenção da violência e estabeleceram grupos locais para ajuda mútua. Embora essas ações tenham ocorrido em todo mundo, Pleyers (2020) afirma que elas foram fortemente identificadas em países do Sul Global e enfatiza o exemplo do Brasil, onde foram observadas ações importantes na Favela de Paraisópolis (SP) e no Complexo do Alemão (RJ) (Pleyers, 2020, p. 05).

“A sociedade civil e os movimentos sociais também atuam como vigilantes das políticas públicas e dos governos” (Pleyers, 2020, p. 07). Desde o início da pandemia de Covid-19, movimentos sociais, intelectuais e organizações da sociedade civil analisaram e produziram relatórios sobre a forma como os governos estavam enfrentando a crise sanitária e social, levando informação e dando suporte a participação cidadã e, segundo o autor, esse é o quarto tipo de atividade exercida pelos movimentos sociais durante a pandemia: o monitoramento das ações do governo. O autor destaca ações que ocorreram nos Estados Unidos, nos países da União Europeia e nas Filipinas, por exemplo.

A quinta forma de atuação dos movimentos sociais em tempos de pandemia de Covid-19 listada pelo autor é aquela que concentra ações de educação popular e conscientização. “A educação popular e a

conscientização são talvez o papel mais potente dos movimentos sociais, já que a pandemia é combinada com uma ‘infodemia’, uma disseminação de informações falsas, notícias falsas e teorias da conspiração” (Pleyers, 2020, p. 08). Os estudos de Pleyers indicam que inúmeras redes de movimentos nacionais e internacionais estavam altamente engajadas no compartilhamento de experiências, de análises, e de checagem de informações por meio de plataformas online e mídias sociais. Novamente o autor destaca experiências brasileiras e plataformas digitais que reúnem experiências internacionais durante o período.

Este panorama geral da atuação dos movimentos sociais estabelecido por Pleyers (2020) nos fornece subsídios para afirmar que a atuação dos movimentos sociais é fundamental para a manutenção das democracias e dos direitos civis em tempo de crise. No primeiro ano da pandemia de Covid-19 esta atuação se deu, majoritariamente, via internet. Informação e comunicação tornaram-se essenciais para a conquista e a manutenção de direitos e para o exercício da cidadania e, na atualidade, grande parte de sua importância deriva do potencial da internet e de sua estrutura informacional como a descentralização do acesso, a interconectividade e a simultaneidade que modificaram a ação comunicacional ao permitir que os sujeitos produzam e divulguem seus próprios conteúdos de forma cada vez mais rápida, interativa e participativa.

Visibilidade de movimentos sociais na esfera pública midiaticizada

A mídia se tornou uma instituição relativamente autônoma com lógicas próprias que é frequentemente acionada por outras instituições e organizações sociais e as interações cotidianas são, cada vez mais,

midiatizadas. Para compreender como se dá o processo de midiatisação entorno dos movimentos sociais, é preciso olhar para o conjunto heterogêneo de atores que, direta ou indiretamente, com variados níveis de institucionalização e diferentes chances de influência, participam desses processos.

De acordo com Thompson (2008, p. 17), a visibilidade constitui um campo dinâmico de disputas configurado por interações midiatisadas e “novas maneiras de agir e interagir trazidas com a mídia”, moldadas pela variação no espaço e no tempo, bem como pelas características específicas de cada meio de comunicação, levam a novas formas de visibilidade. A reconfiguração das interações possibilitada pelo desenvolvimento da mídia eletrônica e digital altera as condições de visibilidade, que deixa de ser vinculada a copresença. Pessoas, opiniões, situações e acontecimentos passam a se tornar publicamente acessíveis para atores que não compartilham o mesmo contexto espaço-temporal. Com isso, a visibilidade passa por uma ampliação espacial e por um alargamento temporal, deixando de ser tipicamente recíproca e podendo assumir um caráter unidirecional (Thompson, 2008).

Para Henriques (2012), a visibilidade é um recurso que permite que grupos sociais se insiram em discussões, defendam suas ideias, desenvolvam seus argumentos e iniciem debates. Freitas (2017, p. 340) afirma que “do ponto de vista sociológico, qualquer movimento só existe quando é visível. Se não houver visibilidade, as lutas e demandas levantadas não existem para o Estado”. Para obterem reconhecimento como interlocutores políticos, os movimentos sociais precisam criar fatos para ocupar espaços nos meios de comunicação. A mídia cumpre o papel de dar existência pública aos acontecimentos, questões ou

atores que, do contrário, seriam anônimos e distantes do conhecimento da opinião pública.

A visibilidade midiática é uma exigência para o reconhecimento público desses grupos (Cogo, 2007). Por meio dela, é possível conquistar novos membros, legitimar o movimento frente a sociedade civil (Prudêncio, 2009), reivindicar direitos, interferir nas decisões do poder público institucional, divulgar sua visão de mundo, obter apoio (Peruzzo, 2017), tornar públicas as ações do movimento, obter status de interlocutor legítimo na política (Henriques, 2005), promover os vínculos identitários que conectam os cidadãos às causas, desconstruir uma imagem estereotipada (Luvizotto, 2017), pressionar políticos, entre outros aspectos essenciais para a consecução dos objetivos dos movimentos sociais.

A visibilidade se tornou um recurso fundamental para que atores sociais, grupos, movimentos sociais e organizações possam conquistar ou direcionar atenção, participar das discussões públicas e influenciar o sistema político e a sociedade. Se o espaço do visível é um dos meios pelos quais o poder opera, também nele o poder pode ser disputado. Diferentes atores e organizações buscam visibilidade não só para pressionar políticos, mas para justificar suas ações diante dos públicos e buscar legitimidade (Barrichello, 2008).

Para ampliar sua influência junto ao sistema político e à sociedade, movimentos sociais precisam considerar as formas pelas quais se inserem na esfera de visibilidade pública. Certamente, não podem controlar todas as variáveis que definem para onde se dirige a atenção pública ou como serão percebidos, mas podem fazer escolhas que lhes permitam transitar nesse espaço evitando consequências indesejadas e

buscando alcançar resultados próximos aos pretendidos. Movimentos tornam-se visíveis em relação a outros atores, com interesses convergentes ou divergentes. Precisam considerar a disposição dos demais sujeitos e dos objetos de discussão quando elaboram suas estratégias que, para Smithey (2009) também levam a reações de aliados ou oponentes. Dessa forma, as dinâmicas instauradas pela movimentação dos atores fazem com que eles participem da conformação do próprio campo de visibilidade.

As disputas de visibilidade assumem contornos específicos no atual contexto de midiatização que, para Carlón (2019), proporcionou a entrada de mais participantes nos processos de comunicação midiática, contribuindo para a circulação de enunciados diversos no espaço público e, conseqüentemente, mais divergências e desacordos. Além de considerarem oportunidades do ambiente político e cultural em que estão inseridos, movimentos sociais são capazes de criar suas próprias oportunidades diante de um contexto desfavorável, o que significa que as estruturas não são capazes de explicar, por si só, as formas de contestação, que também dependem da agência, das interações e dos atores envolvidos (Jasper, 2004; Smithey, 2009). Por isso, atores que dividem um mesmo contexto de interação condicionado por estruturas constroem percepções diferentes de como agir, considerando seus objetivos, conhecimentos, afinidades, recursos, entre outros (Della Porta & Pavan, 2021).

Movimentos sociais podem assumir diferentes dinâmicas de acordo com seus estilos de liderança, sua identidade coletiva, propósito, atores mobilizados, orientação estratégica geral, as mudanças que buscam e os meios pelos quais acreditam que elas podem ser alcançadas.

Variam em diferentes modos de operação que emanam dos interesses que fazem com que atores se articulem em um grupo mais ou menos homogêneo, construindo uma identidade coletiva para lidar com problemas comuns a essa coletividade (Volpato, 2022).

Castells (2013) considera o desempenho dos movimentos sociais contemporâneos a partir da conexão multimodal de redes off-line e online. Os movimentos não dependiam, até então, da internet e não encontram nela sua causa, mas a possibilidade da conexão, interação e rompimento das barreiras de tempo e espaço, mantêm vivos os movimentos sociais e tornou possível o ativismo durante a pandemia de Covid-19. Compreendemos que o ativismo digital exercido pelos movimentos sociais no contexto da pandemia de Covid-19 foi uma estratégia de visibilidade que possibilitou maior representatividade, uma vez que os movimentos sociais se constituem e atuam a partir da diversidade dos sujeitos envolvidos no processo, potencializando o acesso à informação e as formas de participação, atuando como uma força contra hegemônica no campo da comunicação. Na próxima seção, apresentamos o repertório de ação do movimento social que compõe o corpus deste estudo.

Procedimentos metodológicos, resultados e discussão

Os resultados apresentados na parte empírica deste estudo integram a pesquisa “Informação e Comunicação nos movimentos sociais a partir da pandemia de Covid-19: perspectivas e desafios para o ativismo no Brasil”⁴. A pesquisa busca caracterizar o repertório de

4. A pesquisa conta com o financiamento da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2021/04774-7).

ação e o ciberativismo de movimentos sociais brasileiros durante os dois primeiros anos da pandemia de Covid-19. O corpus da pesquisa é composto pelos seguintes movimentos sociais: Ação da Cidadania; Greenpeace Brasil; e Levante Popular da Juventude.

Com o auxílio da ferramenta Fanpage Karma, ferramenta para monitoramento e análise de mídias sociais, foram coletadas todas as postagens dos movimentos sociais em suas páginas do Facebook durante os dois primeiros anos da pandemia de Covid-19, exatamente de 12 de março de 2020 a 11 de março de 2022. Com esse período, foi possível verificar a performance e o repertório do ciberativismo de cada movimento social selecionado durante os dois primeiros anos de pandemia, que equivale ao período de lockdown ou quarentena; a adaptação dos movimentos sociais ao “novo normal”, período do lockdown até o início da vacinação da população brasileira; e o período pós-vacinação, que compreende o último ano de nossa coleta, correspondendo ao retorno das atividades pré-pandemia. A quantidade total postagens resgatadas é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 1

Quantidade total de postagens a serem analisadas

Movimento Social	Quantidade de postagens
Ação da Cidadania	930
Greenpeace Brasil	2.132
Levante Popular da Juventude	3.304
	Total: 6.366

Elaboração própria.

As 6.366 postagens coletadas via Fanpage Karma passaram pelas etapas de Categorização e Inferência, de acordo com o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), seguindo o referencial teórico-metodológico de Pleyers (2020). Para além das categorias previstas na proposta de Pleyers (2020) para compreender o repertório de ação dos movimentos sociais na pandemia de Covid-19, quais sejam: 1) Ações de protestos; 2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores; 3) Ações de ajuda mútua e solidariedade; 4) Ações de monitoramento das ações do governo; 5) Ações de educação popular e conscientização; os dados analisados oferecem subsídio para a criação de duas novas categorias, e que nos parece fundamental para pensar as estratégias de mobilização e comunicação digital dos movimentos sociais no Brasil: 6) Ações de comunicação pública e 7) Ações de manutenção das pautas dos movimentos. O Quadro 2 indica as categorias de análise para o repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil a partir da pandemia de Covid-19:

Quadro 1

Categorias de Análise do repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil

1) Ações de protestos
2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores
3) Ações de ajuda mútua e solidariedade
4) Ações de monitoramento das ações do governo
5) Ações de educação popular e conscientização
6) Ações de comunicação pública
7) Ações de manutenção das pautas dos movimentos

Elaboração própria.

As postagens que compõem o corpus da pesquisa utilizam diferentes modalidades de conteúdo disponibilizadas pelo Facebook: imagens - para postagens que possuem fotografias, desenhos ou artes digitais, acompanhadas ou não de links e texto; vídeos - acompanhados ou não de links e texto; links - para postagens que usam a visualização automática de imagens do Facebook, acompanhadas ou não de textos; e status - para postagens que são compostas apenas de texto. Os movimentos sociais selecionados possuem preferências distintas sobre os recursos. Da mesma forma, pode-se observar quais modalidades apresentam melhores resultados em termos de engajamento, ou seja, de interações com a publicação, por meio dos botões de reação, comentários e compartilhamentos.

Enquanto Ação da Cidadania recorre, na maioria das postagens, ao uso de imagens (54,7%) e links (24,6%), e Greenpeace ao uso de links (41,9%) e imagens (38,6%); o Levante Popular da Juventude tem uso predominante de imagens (71,8%), seguidas de vídeos (20,9%). Os recursos que levam a mais interação dos usuários se mostram variados e nem sempre acompanham a tendência de uso dos recursos na elaboração das postagens. Apenas no caso do Greenpeace, com os links, os recursos mais utilizados são, também, os que apresentam mais engajamento dos usuários. Ação da Cidadania, embora utilize principalmente imagens e links apresenta mais engajamento para vídeos. No Levante Popular da Juventude, que recorre amplamente a imagens, os vídeos também apresentam mais engajamento.

Na análise de conteúdo, partimos da classificação inicial feita por Pleyers (2020). Com base nos dados gerados, consideramos necessário criar duas novas categorias que contemplassem o esforço dos movimentos

em seguir com suas lutas específicas durante o período: a primeira foi a categoria Ações de manutenção das pautas do movimento, que reúne todas as postagens em que a pandemia e seus desdobramentos não são abordados; e a segunda foi a categoria Ações de Comunicação Pública, assumindo para si a responsabilidade de promover informação sobre campanhas de saúde ou políticas públicas relacionadas à Covid-19, por exemplo.

Para cada uma das 7 categorias, agrupamos os dados em subcategorias que expressam diferentes aspectos da atuação dos movimentos sociais, detalhando as estratégias utilizadas. Notamos que a manutenção de pautas ocupou o maior espaço na comunicação digital dos movimentos, mesmo no primeiro ano do período da pesquisa, mantendo essa diferença no ano seguinte, conforme demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2

Conteúdos e Repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil

Pandemia Categorias	Protesto	Direito dos trabalhadores	Solidariedade	Monitoramento do Governo	Educação e Conscientização	Comunicação Pública	Manutenção das Pautas
1º Ano	293	6	194	112	62	34	2448
2º Ano	96	64	666	293	270	79	1843

Elaboração própria.

Considerando as postagens das seis categorias que abordam a pandemia e seus desdobramentos (Ações de protestos; Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores; Ações de ajuda mútua e solidariedade; Ações de monitoramento das ações do governo; Ações de educação popular e conscientização; e Ações de Comunicação Pública), a categoria Ações de ajuda mútua e solidariedade foi preponderante na atuação

dos movimentos sociais com relação à pandemia, seguida pelas Ações de monitoramento das ações do governo e pelas Ações de protestos, conforme demonstrado na Tabela 3:

Quadro 3

Conteúdos e Repertório de ação dos movimentos sociais relacionados à pandemia

Movimentos Sociais Categorias	Protesto	Direitos dos Trabalhadores	Solidariedade	Monitoramento do Governo	Educação e Conscientização	Comunicação Pública
Greenpeace	9	15	182	39	74	13
Levante	380	48	383	330	208	100
Ação	0	7	295	36	50	5
Total	389	70	860	405	332	118

Elaboração própria.

Nossa análise sugere que durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, os movimentos sociais corpus desta pesquisa, aqui tratados como paradigmas empíricos para nosso problema de pesquisa, responderam aos desafios impostos pela crise sanitária com uma variedade de ações que refletiram sua maior ou menor capacidade de mobilização e engajamento. Os movimentos sociais se viram diante da necessidade de adaptar suas estratégias de mobilização e ação para o ambiente digital, aproveitando as oportunidades e enfrentando os desafios oferecidos pela comunicação online. As sete modalidades de ação que compõem o repertório dos movimentos sociais foram exploradas através das plataformas digitais, proporcionando vantagens e desvantagens significativas.

Uma das vantagens da comunicação digital para os movimentos sociais durante a pandemia foi a ampliação do alcance e da visibilidade

de suas ações. As redes sociais e outras ferramentas online permitiram que os movimentos alcançassem um público mais amplo e diversificado, ultrapassando barreiras geográficas e aumentando o engajamento com suas causas. A comunicação digital facilitou a organização e a mobilização rápida de manifestações e protestos virtuais, proporcionando uma plataforma para a expressão coletiva de descontentamento e demandas por mudança.

No entanto, a comunicação digital também apresentou limitações para os movimentos sociais. A polarização e a desinformação nas redes sociais frequentemente dificultaram a disseminação de mensagens e causas dos movimentos, colocando em risco a credibilidade e a eficácia de suas ações. Além disso, a dependência das plataformas de mídia social sujeitou os movimentos sociais a políticas de censura e algoritmos, que poderiam restringir a visibilidade de suas postagens e reduzir seu impacto.

Os números sugerem que boa parte da atuação dos movimentos sociais, a exemplo do ativismo praticado pelos movimentos analisados, concentrou-se em levar apoio material ou financeiro às pessoas mais necessitadas, aquelas que perderam seus empregos ou que estavam impedidas de trabalhar e manter a subsistência da família. Em um país tão desigual quanto o Brasil, essas ações representaram a sobrevivência de milhares de cidadãos.

De acordo com Della Porta (2020, p. 04) em todos os países afetados pela pandemia de Covid-19, “diante das evidentes insuficiências do Estado e, mais ainda, do mercado, as organizações dos movimentos sociais são constituídas em grupos de apoio mútuo, promovendo ações sociais diretas, ajudando os mais carentes”, produzindo, assim, resistência

e vínculos de solidariedade, sendo essenciais para a manutenção da democracia neste momento de crise.

Como um meio de participar na política, a visibilidade pública ressalta o aspecto performático dos discursos, exigindo uma competência comunicativa dos atores que se inserem nos debates da esfera pública. Durante o primeiro ano de pandemia, em especial, a comunicação dos movimentos sociais se deu majoritariamente via internet, por meio de canais oficiais, como por exemplo, suas redes sociais. O repertório de ação e as estratégias de visibilidade ficaram restritas à comunicação digital.

Considerações finais

Na última década, o potencial democratizador da comunicação digital somado às ações off-line, nas ruas, possibilitou visibilidade e conferiu voz a inúmeros movimentos sociais e ativistas e a sociedade global presenciou diversos protestos, manifestações, marchas e a mobilização popular em torno de causas variadas. A constituição de um espaço público midiático impactou novas lógicas referentes à ordem democrática global e às práticas cidadãs. Fortes expectativas de contribuições significativas, transformadoras e incrementais às democracias no mundo todo rondaram desde o início o desenvolvimento do ciberespaço. Por outro lado, também foram comuns desde o início, e têm ganhado força, posicionamentos contrários que enxergam no desenvolvimento da rede mundial de computadores um crescimento e um fortalecimento de valores alinhados à ordem neoliberal na qual princípios democráticos perdem espaço ou devem ser desprezados em favor do capital (Luvizotto & Sena, 2022).

Os processos de midiaticização trazem implicações para pensar as relações entre movimentos sociais e visibilidade, por transformarem as dinâmicas de produção e circulação de sentidos com um sistema midiático complexo, que abrange desde os meios tradicionais de massa às tecnologias digitais. A midiaticização leva a uma série de experimentações sociais com a mídia que, a partir do séc. XXI, é percebida como uma instituição autônoma, desenvolvendo lógicas próprias em torno das atividades de comunicação que organiza, como formação de opinião, entretenimento, informação, debate, trocas simbólicas. Ao participarem de interações midiaticizadas, diferentes atores recorrem aos recursos materiais e simbólicos da mídia, incluindo as regras e normas, explícitas ou implícitas, disponibilizadas socialmente por essa instituição. As lógicas de mídia passam a ser utilizadas por atores externos a esse campo social, influenciando suas práticas e sendo, ao mesmo tempo, reelaboradas, levando a resultados variados (Braga, 2015).

As diferentes mídias constituem a principal fonte de informação sobre política, oferecendo enquadramentos específicos sobre a realidade e selecionando, dentre diversos acontecimentos, aqueles que ganharão relevância pública por se tornarem amplamente visíveis ao conjunto da população. Além disso, são mediadoras das relações entre governantes, instituições, organizações civis e cidadãos e participam desse processo com suas lógicas próprias de funcionamento (Volpato, 2022).

A revisão sistemática da literatura desenvolvida para este estudo, sugere que é frequente e fundamental o uso da internet pelos movimentos sociais e indicam que foi amplamente utilizada pelos cidadãos durante a pandemia. Seja antecipando o cenário ou reagindo a acontecimentos imprevistos, as pessoas responsáveis por desempenhar as

atividades de comunicação nos movimentos sociais agem de acordo com sua experiência, as bases políticas-ideológicas do movimento e seu repertório de comunicação, entendido como o conjunto de estratégias e táticas mobilizadas para interagir com outros atores e participar de espaços políticos. Neste sentido, torna-se fundamental compreender o desempenho dos movimentos sociais frente os impactos da pandemia, enfatizando a importância da comunicação digital no contexto.

Alguns elementos são essenciais para compreender o repertório de ação dos movimentos e contramovimentos sociais, como por exemplo, as relações de poder, os discursos políticos e a produção simbólica na construção da esfera pública e na formação da opinião pública. A esfera pública é vista como um espaço de negociação, disputa e construção de significados, no qual os movimentos e contramovimentos sociais se inserem e constroem suas ações e estratégias. Isso pode ser observado durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, quando movimentos e contramovimentos sociais se engajaram em um intenso embate na esfera pública, utilizando uma variedade de estratégias e recursos para promover suas agendas e influenciar a opinião pública. Entre os elementos centrais que permearam essa dinâmica estão as relações de poder, que moldaram as interações entre diferentes atores sociais, influenciando o alcance e a eficácia de suas ações. Tais relações de poder não apenas determinaram a capacidade dos movimentos sociais de mobilizar recursos e conquistar apoio, mas também influenciaram a forma como suas mensagens foram recebidas e interpretadas pelo público em geral.

A construção de conhecimento concernente ao atual período histórico, a partir do advento da pandemia de Covid-19, será fundamental para subsidiar políticas públicas nas mais diversas instâncias

sociais e também munir as gerações futuras de saberes advindos da atual experiência no campo da cidadania. Pela importância dos movimentos sociais para a manutenção das sociedades democráticas, é imperativo compreender a dinâmica social estabelecida a partir da pandemia de Covid-19, para que sejam assegurados os valores cidadãos durante e após a crise. Esses valores serão fundamentais para a reconstrução da sociedade brasileira e fortalecimento da nossa democracia.

Referências

- ACNUDH. (2020). *Covid-19 e a dimensão de direitos humanos*. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. 2020, 02 abril. Recuperado em 05 de julho, 2021, de <https://acnudh.org/pt-br/covid-19-e-a-dimensao-de-direitos-humanos/>.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barrichello, E. M. M. da R. (2008). Apontamentos em torno da visibilidade e da lógica de legitimação das instituições na sociedade midiaticizada. In M. E. B. Duarte & M. L. D. de Castro (Orgs.), *Em torno das mídias*. Sulina.
- Braga, J. L. (2015). Lógicas da mídia, lógicas da midiaticização? In A. Fausto Neto, N. R. Anselmina & I. L. Gindin (Orgs.), *Relatos de investigaciones sobre mediatizaciones* (pp. 15-32). UNR Editora.
- Carlón, M. (2019). Crisis de la democracia representativa? Mediatización y circulación. In P. C. Castro (Org.), *Midiaticização e reconfigurações da democracia representativa* (pp. 19-39). EDUEPB.

- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Cogo, D. (2007). Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, 64-73.
- Della Porta, D. (2020, março 26). Movimientos sociales en tiempos de Covid-19: otro mundo es necesario. *Open Democracy*. <https://www.opendemocracy.net/es/movimientos-sociales-en-tiempos-de-covid-29-otro-mundo-es-necesario/>.
- Della Porta, D., & Pavan, E. (2021). Social movements, communication, and media. In L. Lievrouw, & B Loader (Orgs), *Routledge Handbook of Digital Media and Communication* (pp. 307-318). Routledge.
- Freitas, V. (2017). Ser visível é questão central. In E. C. Geraldês, J. K. L. L. de Sousa, R. de C. dos Reis, & V. Negrini (Eds.), *Um grito no ar: comunicação e criminalização dos Movimentos Sociais*. FAC-UnB.
- Gohn, M. da G. (2003). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Vozes.
- Harvey, D. (2020). *Anti-Capitalist Politics in the Time of COVID-19*. Retrieved from Global University.
- Henriques, M. S. (2005). *Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social* [Trabalho apresentado]. XXVIII Congresso

Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, RJ. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/110500648619188691648262921728209604489.pdf>

Henriques, M. S. (2012). A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. *Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, 12(1).

Horn, J. (2013). *Gender and social movements: Overview report*. Institute of Development Studies.

Jasper, J. (2004). A Strategic Approach to Collective Action: Looking for Agency in Social-Movement Choices. *Mobilization*, 9(1), 1-16.

Luvizotto, C. K. (2017). Luta árdua, penosa e duradoura. In E. C. Geraldês, J. K. L. L. de Sousa, R. de C. dos Reis, & V. Negrini (Eds.), *Um grito no ar: comunicação e criminalização dos Movimentos Sociais*. FAC-UnB.

Luvizotto, C. K. (2022). Ciberativismo e comunicação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19 In C. K. Luvizotto, & C. Assis (Orgs.), *Urgência Afirmativa*. Ria Editorial.

Luvizotto, C. K., & Sena, K. E. R. (2022). Cidadania Digital e tecnologia em rede: entre comunicação, algoritmos e aplicativos cívicos. *Liinc em Revista*, 18(2), e6070.

Peruzzo, C. M. K. (2017). *Movimentos populares entre a omissão, a superficialidade ou a criminalização da mídia*. In E. C. Geraldês, J. K. L. L. de Sousa, R. de C. dos Reis, & V. Negrini (Eds.),

Um grito no ar: comunicação e criminalização dos Movimentos Sociais. FAC-UnB.

Pleyers, G. (2020). The Pandemic is a battlefield. Social movements in the Covid-19 lockdown. *Journal of Civil Society*, 16(4), 295-312. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17448689.2020.1794398>.

Prudencio, K. (2009). Comunicação e mobilização política na internet. *Extensão em Foco*, (4), 97-105. <http://dx.doi.org/10.5380/ef.v0i4.24885>.

Smithey, L. A. (2009). Social Movement Strategy, Tactics, and Collective Identity. *Sociology Compass*, 3(4), 658-671. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2009.00218.x>.

Tarrow, S. (2011). *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge University Press.

Thopson, J. B. (2008). A nova visibilidade. *MATRIZES*, 1(2), 15-38. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p15-38>

Tilly, C. (2006). *Regimes and Repertoires*. University of Chicago Press.

Volpato, A. N. (2022). *Estratégias de visibilidade de movimentos sociais da juventude na sociedade midiaticizada* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)].

MOVIMENTOS E CONTRAMOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIEDADE EM MIDIATIZAÇÃO

Carla Negrim Fernandes de Paiva¹

Frente ao contexto em que a midiatização integra a estrutura social de forma a trazer consequências para campos de atuação específicos e a constante relação de influência entre esses e as instâncias midiáticas, este estudo tem por objetivo refletir sobre a relação entre o processo de midiatização da sociedade e a comunicação angariada por movimentos e seus opositores, aqui estudados como contramovimentos sociais.

A intensidade da geração de conhecimento e trocas informacionais vivenciadas na contemporaneidade apresentam a necessidade de discussão acerca da interação entre movimentos e contramovimentos sociais junto a uma esfera em processo de midiatização e os possíveis impactos causados nos processos participativos cidadãos. Portanto,

1. Mestra e Doutoranda em Comunicação.
Programa de Pós-graduação em Comunicação - UNESP.
carlanegrim@gmail.com

através de uma abordagem teórica, este estudo pretende refletir sobre o atravessamento da mídia em outros campos sociais e a reorganização deles a partir da assimilação de novos padrões.

O campo midiático passa a ser desafiado por outros participantes que tencionam os padrões de interação anteriormente estabelecidos para gerar conversas e interações através de suas perspectivas e que, anteriormente, eram controladas por outras lógicas. Ao contrapelo do que é habitual, os campos sociais inventam outros modos e táticas a partir das tecnologias midiáticas disponíveis, modificando a hegemonia de seu uso através do processo de midiaticização.

Diante desse cenário, compreende-se que o processo de midiaticização da sociedade permite que os sujeitos sociais tenham contato com discursos e posicionamentos de forma intensa e instantânea através da circulação de produtos midiáticos em ambientes variados, o que resulta em menor possibilidade de controle e uma diversidade de resultados que podem ser alcançados. A introdução de tecnologias da comunicação na rotina de cidadãos e ativistas provoca transformações na produção de informações marcada na interação entre movimentos e seus opositores.

Este artigo terá início com a reflexão sobre o processo de midiaticização da sociedade a partir de diferentes teorias, considerando sua perspectiva institucional e socioconstrutivista. Posteriormente, apresenta uma breve introdução a respeito de movimentos sociais para, então, se atentar mais especificamente aos contramovimentos e sua conceituação e sua relação simbiótica com os movimentos sociais. Por fim, apresentam-se reflexões que têm como ponto de partida a geração de fluxos midiáticos contemporâneos e as transformações causadas na relação e comunicação propostas por atores sociais.

O processo de midiaticização da sociedade

De acordo com Martino (2019), a midiaticização é considerada um processo de entrelaçamento e transformação ao envolver uma constante negociação de práticas e sentidos da sociedade e da mídia. “O processo de midiaticização acontece quando alguns aspectos das práticas sociais são reconfigurados para se ajustar às demandas decorrentes de sua articulação com o ambiente midiático” (Martino, 2019, p. 27). Portanto, as práticas sociais se articulam com o ambiente da mídia ao ganharem novos contornos, desde as atividades mais corriqueiras como a comunicação e relações cotidianas até a midiaticização de diferentes esferas, como a política e religião, por exemplo.

As definições sobre o complexo processo de midiaticização podem ser compreendidas através de diferentes perspectivas teóricas e Martino (2019) demonstra a necessidade de articular uma conceitualização na tentativa de superar as dicotomias sobre o termo nos estudos de comunicação. O acionamento do termo implica em um rigor conceitual necessário para engajar-se em um quadro teórico e também compreender suas implicações para a pesquisa empírica.

O termo “lógica da mídia” encontra-se empregado em pesquisas ao se referir à penetração de lógicas midiáticas na cultura e sociedade, como uma mudança que acontece de forma inercial. Braga (2015) questiona esse uso indiscriminado do termo, ao defender que é inegável a presença de tais lógicas no processo, entretanto, não se trata de um procedimento A que incide sobre B por não se revelar como uma característica unidirecional, mas que inclui diferentes apropriações desenvolvidas pelos participantes em um processo comunicacional. Não há uma esfera determinante garantindo que as práticas sociais

sejam independentes da mídia e essa, por sua vez, não possui um lugar central no referido processo.

Para refletir sobre a intersecção da mídia em diferentes esferas sociais e a reconfiguração delas mediante a absorção de novos modelos e suas repercussões para os participantes desse fenômeno, a teoria de Hjarvard (2012, 2014) salienta como a mídia se estabelece como uma instituição enquanto sua esfera de influência se estende para outras instituições e esferas da sociedade. Esse fenômeno é descrito como um processo social impulsionado por uma variedade de agentes que utilizam e mobilizam os recursos midiáticos para suas atividades, de modo que a sociedade passa a ser permeada pela mídia, a qual não pode ser vista de forma isolada das instituições sociais e culturais.

Para elucidar a interação da mídia com diversos setores sociais, Hjarvard (2012) argumenta que as várias instituições devem se adaptar às dinâmicas da mídia e, embora esta tenha conquistado uma certa autonomia e autoridade ao reivindicar sua independência, ela continua a ser parte integrante da sociedade e desempenha um papel fundamental ao se entrelaçar com outras instituições. Ao examinar a relação entre os meios de comunicação e outros domínios sociais, o autor emprega uma abordagem institucional para entender o processo de midiatização, contextualizando-o historicamente no momento em que a mídia adquiriu sua autonomia como instituição, marcando uma fase em que os meios de comunicação começaram a exercer uma influência preponderante sobre outras esferas. “Esse processo é marcado por uma dualidade em que os meios de comunicação se integram às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também obtêm o reconhecimento como instituições sociais por direito próprio” (Hjarvard, 2012, p. 64).

Torna-se cada vez mais inviável conceber os meios de comunicação como entidades isoladas das diversas esferas da sociedade, dado seu entrelaçamento com outras práticas. A interdependência que certos setores sociais têm dos recursos de comunicação, ainda que de maneira geral e sutil, é descrita por Hjarvard (2012, p. 67) como midiatização indireta e ela se desenvolve quando “uma determinada atividade é cada vez mais influenciada, no que diz respeito à forma, ao conteúdo ou à organização, pelos símbolos ou mecanismos midiáticos”. A mídia tem atuado como um elemento estruturante de práticas sociais e culturais e, decorrentes de uma nova lógica midiática que sustenta e afeta a dinâmica da própria sociedade, surgem novas formas de sociabilidade. Eventos cotidianos e sociais seguem lógicas como a presença nas mídias sociais digitais para publicização de ações, de forma a construir um espetáculo que garanta a participação através desses ambientes. Entretanto, a midiatização não é percebida apenas levando em consideração o aparato tecnológico ou entendida através de sua perspectiva instrumental, mas também na esfera estrutural, como o comparecimento da mídia no âmbito político. De acordo com Braga (2012, p. 36), “é preciso um componente diretamente social no processo”.

Ao recusarem a ideia de predominância absoluta da mídia, Hepp et al. (2015) concordam com a necessidade de considerar outras interações em diferentes contextos, visto que a midiatização não é uma via de mão única e seus resultados podem ser diversos a depender do domínio social ou cultural. Ainda os autores afirmam que a pesquisa de midiatização não é sobre os efeitos da mídia, mas sua inter-relação com as mudanças da cultura e sociedade. Não se trata de uma “força motriz” advinda da mídia e dos meios de comunicação uma vez que

outros processos devem ser considerados e eles podem encontrar sua expressão nas mídias. “Em poucas palavras, a pesquisa de midiaticização não é sobre ‘efeitos lineares’, mas sobre a análise de ‘influências inter-relacionadas’” (Hepp et al., 2015, p. 319).

Ao considerar as perspectivas institucional e socioconstrutivista, Hepp (2012, 2014) desenvolve uma conceituação crítica do processo de midiaticização a partir do termo “força moldante”. “‘Midiaticização’ não descreve uma teoria fechada da mudança da mídia, mas, muito mais abertamente, um certo panorama de investigação da inter-relação entre a mudança comunicativa da mídia e a mudança sociocultural” (Hepp, 2012, p. 08). Sem reduzir o processo a uma lógica midiática, o autor reflete sobre a institucionalização da mídia e a reificação da comunicação, levando em consideração não apenas a mídia de massa, mas incluindo a internet e a comunicação móvel. A reificação refere-se ao conjunto de aparatos técnicos que se torna influente na ação humana (como a interface de um aplicativo ou infraestruturas de comunicação que podem ser uma força de modelagem da mídia).

As atuais dinâmicas comunicacionais influenciam na constituição da sociedade e no modo como se acessa e produz conhecimento, gerando modificações nas estruturas comunicacionais com a instalação de novas lógicas e mudanças em diversas esferas, inclusive na prática da participação política e social. Ao apresentar os estudos de midiaticização da sociedade, discutimos como essas formas de participação se dão relacionadas a esse processo social e cultural a partir de mudanças de configurações midiáticas e suas consequências para contextos cotidianos e de diversos atores sociais.

Movimentos e contramovimentos sociais

Os movimentos sociais são uma forma de participar ativamente em processos cidadãos e que, apesar das diversas perspectivas teóricas, podem ser caracterizados como ações coletivas que ambicionam mudanças sociais. Embora possuam abordagens distintas, as teorias podem se complementar sem fragmentar o objeto de estudo, permitindo assim que autores de diferentes linhas dialoguem e avancem em direção a uma convergência ao adotarem conceitos uns dos outros. “As mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas” (Alonso, 2009, p. 72). Os movimentos sociais se caracterizam por uma organização descentralizada e flexível, com contornos ambíguos e englobam conexões tanto formais quanto informais entre ativistas e organizações, através das quais circulam recursos, valores, informações (Alonso, 2009).

Dimensões específicas são enfatizadas por uma teoria de acordo com o contexto em que é formulada, aspecto que é relevante na América Latina, como pontuam Goss e Prudêncio (2004). Enquanto que nessa região são comuns problemas de ordem material e lutas por democratização política em países que vivenciaram ditaduras militares, em outras partes do globo, como Europa e Estados Unidos, as demandas coletivas apontavam para uma abordagem cultural na formação de identidades, uma vez que nesses países as questões materiais já estavam em grande parte resolvidas.

Devido à mobilização, visibilidade e transformações sociais e políticas almeçadas por movimentos sociais e, eventualmente, alcançadas, eles suscitam a oposição de certos grupos, compreendidos como

contramovimentos, que pretendem impor uma contramobilização ao se opor às ações e ao sucesso do movimento social. Diversos autores sustentam que os contramovimentos devem ser analisados por meio dos mesmos recursos e categorias analíticas utilizados para a compreensão de movimentos, pois sua dinâmica interacional produz convergências de valores, táticas e objetivos (Aragusuku, 2022; Lo, 1982; Mottl, 1980). Compreende-se que existe uma relação de influência e jogo de ações entre movimentos e contramovimentos sociais, contudo, esse último sendo negligenciado pelo campo de estudos de movimentos sociais que, de forma geral, centra-se em mobilizações de caráter progressista e pelo foco na análise das características, processos e organizações dos movimentos (Silva & Pereira, 2020).

Os ditos Contramovimentos confrontam as ações dos movimentos visados e se organizam também em torno de temáticas de seu interesse, promovendo assim um embate político de ideias. A conceituação e compreensão da atuação dos contramovimentos, de acordo com Silva e Pereira (2020), contribuem para confrontar a tendência “movimento-cêntrica” e para análise de configurações conflitivas para além de uma perspectiva de movimento social *versus* Estado.

Por definição, contramovimentos são compostos por indivíduos e organizações que compartilham das mesmas preocupações e surgem em oposição aos movimentos sociais, portanto, fazem reivindicações concorrentes a respeito de questões políticas, de forma a disputar a atenção da mídia e da opinião pública (Meyer & Staggenborg, 1996). Movimentos sociais contestatórios não são mais os atores que majoritariamente disputam o espaço público, essa forma passa a ser empregada também por grupos contrários que formam uma rede para

expressar suas insatisfações e compor um antagonismo no cenário social. Dorf e Tarrow (2014) acrescentam que os contramovimentos objetivam a defesa do *status quo* e da estabilidade, por esse motivo, alcançam mais sucesso na arena política e social.

Logo, ao imergir no debate acerca do surgimento e constituição de um contramovimento, pode-se compreender que eles não apenas se concentram em manter a estabilidade e resistir às mudanças, mas sua emergência relaciona-se também a capacidade de mobilização, apoio e visibilidade conseguidos pelo movimento social perante o público. A simples ação na defesa de propostas seria uma forma de ameaçar os afetados pelas mudanças buscadas. Entretanto, defende-se também que é necessário ir além do alcance de grande visibilidade e concentrar-se especialmente no alcance político obtido pelo movimento social. Ou seja, “a oposição ao movimento se mobiliza à medida que os movimentos obtêm sucessos políticos. . . . Não é a mobilização do movimento, mas a mudança política real que cria as queixas e sugere oportunidades de mudança” (Banaszak & Ondercin, 2010, p.07).

Silva e Pereira (2020) destacam a perspectiva relacional entre movimento social e contramovimento, a fim de analisar os efeitos desse e como ambos os atores se influenciam mutuamente em uma relação simbiótica, na definição de suas estratégias, de acordo com os resultados ou visibilidade alcançados. É um recurso interativo que possibilita que um reaja às ações ou sucesso do outro e, tal relação endógena pode inspirar a criação de novos contramovimentos (Banaszak & Ondercin, 2010). Nessa dinâmica, Aragusuku (2022) salienta o aspecto não categórico assumido por esses contramovimentos ao envolver uma diversidade de indivíduos, organizações e redes políticas que se unificam em torno

da oposição às demandas promovidas por movimentos feministas e LGBTQIAPN+, por exemplo. Movimentos e contramovimentos são compostos por atores coletivos e também individuais que não requerem um vínculo formal com uma organização e isso não os destitui de outros lugares de pertencimento.

A relação conflituosa e interacional estabelecida entre os movimentos pode gerar oportunidades e possibilidade de vitórias como consequência desse confronto. O caso estudado por Dorf e Tarrow (2014) demonstra como a pauta sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo nos Estados Unidos surgiu a partir de um contramovimento antecipatório conservador. Em meados dos anos 1990, os opositores aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ colocaram em evidência a questão do casamento, o que impulsionou ativistas a se mobilizarem a favor da união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Reflexões acerca da geração de fluxos midiáticos em uma esfera em processo de midiaticização

A batalha na busca de mudanças eventualmente travadas entre os atores sociais e a mútua influência em suas estratégias e visibilidade, pode determinar o sucesso de uma cobertura favorável, ou não, na mídia e nos meios de comunicação. A cobertura da mídia tornou-se essencial para garantir o comparecimento na esfera pública para obter reconhecimento e criar espaços de presença a fim de assegurar participação e visibilidade de suas discussões políticas. É através da presença na mídia que um movimento ganha existência pública e garante o conhecimento por parte da opinião pública e a possibilidade de disputa por interesse.

A mídia tem atuado como um elemento estruturante de práticas sociais e culturais e, decorrentes de uma nova lógica midiática que sustenta e afeta a dinâmica da própria sociedade, surgem novas formas de sociabilidade. Eventos cotidianos e sociais seguem lógicas como a presença nas mídias sociais digitais para publicização de ações, de forma a construir um espetáculo que garanta a participação através desses ambientes.

Com a participação da sociedade, os indivíduos desenvolvem relações interacionais para os usos dos meios, em especial através da tecnologia para a difusão e circulação de mensagens que são apropriadas e ressignificadas. Nas relações de produção e recepção, os espectadores não mais são vistos como passivos, mas sim ativos que influenciam no entendimento do que é passado. A recepção torna-se um lugar de reconhecimento e apropriação de mensagens, para além de um modelo de ida e volta da comunicação (Braga, 2012).

De acordo com Braga (2012), os receptores fazem seguir adiante as reações desenvolvidas a partir do que recebem, fazendo com que produtos da mídia sejam retomados em outros ambientes, processo esse nomeado de “fluxo adiante”. Ele pode acontecer sob a forma de um comentário tecido no perfil de uma rede social digital, debates e análises cotidianas, entre outros e, tais percepções e pontos de vista que permanecem em fluxo contínuo, sempre adiante, são mediados por elementos de inserção cultural de cada indivíduo, a citar a história de vida e inserção de classe, por exemplo.

O relacionamento que a sociedade tem com aquilo que a circunda, com sua realidade e percepção do real, é mediado através dos pontos de vista que produzem sentido a partir do que é vivenciado. Tais mediações

podem ser entendidas, inclusive, como espaços de resistência para críticas, enfrentamento, reivindicações e reflexões acerca da mídia e seus produtos. A mediação, conforme sustenta Barros (2012), traz o sentido das interações sociais que se dão por intermédio da mídia. Portanto, compreende-se que mídia e sociedade não são instâncias independentes, de forma que não há um ator determinante, pois é uma relação de constante disputa. As interações são permeadas pela mídia e sua lógica, e essa, por sua vez, é influenciada pela lógica dos atores sociais.

Fluxos e contrafluxos são gerados pela midiatização e a disputa entre atores e suas mediações, a pensar como exemplo na resposta desejada nos receptores a partir de determinada mensagem, entretanto a compreensão e reflexão frente a informação transmitida geram outro efeito divergente ao esperado inicialmente. São reações comuns a campanhas publicitárias ou campanhas políticas, por exemplo, com os novos significados atribuídos às mensagens facilitadas pelos aparatos e sistemas digitais na apropriação e reelaboração de conteúdo (Barros, 2012).

Outra fonte de mediação são os próprios movimentos sociais (Silva, 2012), entendidos como espaços de resistência acerca de assuntos de interesse público, de cunho social, político, entre outros. E que são também permeados e influenciados pela mídia. Para que os movimentos alcancem a visibilidade e aderência desejadas as suas pautas, é necessário buscar visibilidade na arena pública que, por sua vez, é estruturada por oportunidades midiáticas que determinam os acontecimentos que ganharão relevância pública. Portanto, as ações dos movimentos sociais estão sujeitas as dinâmicas que são perpassadas pela midiatização e necessitam, portanto, negociar com lógicas da mídia para conquistar o espaço público desejado. Houve um processo de maior potencial

mobilizatório e atuação de movimentos na mídia junto a interconexão da sociedade na busca por participação através de sites e plataformas digitais que, por sua vez, para além de cumprirem funções sociais e comerciais, estruturam o modo de organização social e repertórios de ações dos movimentos. Entende-se, portanto, que a midiática se relaciona ao envolvimento de participantes em processos e práticas, como pontua Braga (2012), através de ações organizadas e ativações críticas.

Cogo (2004) salienta que, para além de serem dispositivos técnicos, mídias como a televisão e a internet atribuem visibilidade às ações de campos sociais e instituições, de forma a assegurar a estruturação de realidades a esses campos. A autora cita como movimentos sociais que atuam na era desse protagonismo midiático constroem-se em torno da exigência da visibilidade pública que é atribuída pela lógica dos meios de comunicação. A partir do tensionamento e uso de tais lógicas, os atores sociais constroem espaços de conflitos e negociações entre os interesses que circulam na esfera social. Desses processos de disputa surgem as estratégias e políticas de visibilidade midiática, cujas dinâmicas incluem na agenda pública uma multiplicidade de demandas (Cogo, 2004).

Essa atuação compõe o repertório de ação de movimentos sociais e contramovimentos para a sensibilização da opinião pública. De acordo com Meyer e Staggenborg (1996), cada lado oferece seus *slogans* para a mídia com o intuito de impor seu próprio quadro simbólico e mobilizar apoiadores. Os autores citam como exemplo um protesto social ou outra atividade de grande visibilidade que pode chamar a atenção e interesse da mídia e colocar a questão na arena pública. Essa atenção pode abrir uma janela política e criar oportunidades de sucesso, entretanto, movimentos sociais que o alcançam são os mais propensos a provocar e

gerar contramovimentos. O surgimento de opositores pode, inclusive, ser incentivado pela cobertura da mídia à medida que os jornalistas buscam visões divergentes às reivindicações do movimento para debates e confrontos, por exemplo, gerando oportunidades de maior publicização (Meyer & Staggenborg, 1996).

Movimentos sociais são mais propensos a serem incluídos na cobertura midiática quando se baseiam em temas mais amplos e culturalmente ressonantes. A rotina de profissionais da comunicação que atuam através de estrutura e cobertura convencionais de notícias (levando em consideração o que é rentável e não necessariamente de qualidade) pode representar um entrave para ativistas que pretendem incluir suas pautas nas notícias, cujas opiniões estão longe do convencional. A identidade e linguagem definidas para uma organização de movimento social afetam a possibilidade dessa de angariar a cobertura midiática, pois precisam ser bem elaboradas e flexíveis para adaptações no ambiente político (Rohlinger, 2002).

Melhor compreender a presença de contramovimentos é imperativo, visto que suas dinâmicas são um elemento crítico em assuntos políticos e sociais contemporâneos e interferem na estrutura de oportunidades políticas ao criarem obstáculos e conflitos junto aos movimentos sociais. É através do aprofundamento a respeito dessa dinâmica que será possível contribuir para o entendimento de como ocorre a mudança social.

Conclusão

Ao discutir o processo de midiaticização da sociedade a partir de diferentes perspectivas, como focada nas interações e também na sobreposição de lógicas institucionais e a assimilação dessas por demais campos

sociais, relacionamos o processo em questão com a importância da mídia configurada em um contexto que pode alterar a atuação e representação de movimentos sociais e contramovimentos e seus repertórios de ação através da comunicação e interação estabelecidas a partir de mudanças em diversos campos sociais, decorrentes das lógicas midiáticas.

Acredita-se que as dinâmicas de midiaticização e sua influência nas ações de comunicação dos movimentos sociais, que visam a mobilização e visibilidade para suas reivindicações, constituem-se importante material de pesquisa e que podem levar a compreender a relação interacional entre esses atores. O aprofundamento de estudos sobre movimentos sociais e contramovimentos parte das bases já consolidadas acerca da midiaticização e sua lógica que perpassa a vida social e comparece em diversos campos da vida cotidiana. Movimentos e atores sociais necessitam lidar com essas lógicas para garantir visibilidade e interconexão com os receptores cercados por ambientes de poder dominados por interesses de determinados atores.

A introdução de tecnologias da comunicação na rotina de cidadãos e ativistas provoca transformações na produção de informações e, melhor compreender processos que possuem a comunicação como suporte para estabelecer o sucesso de uma pauta social ou entraves à organização civil, é um passo na ampliação do escopo sobre a mútua influência entre mídia e sociedade e os possíveis dilemas estratégicos impostos nas dinâmicas acionadas.

Referências

Aragusuku, H. A. (2022). *Um panorama do contramovimento antigênero no Brasil: emergência, redes e narrativas* [Trabalho apresentado]. 46 Encontro Anual da ANPOCS, Campinas, SP, Brasil.

- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, (76), 49-86.
- Banaszak, L. A., & Oser, H. L. (2010). *Explaining movement and countermovement events in the contemporary U.S. Women's Movement* [Trabalho Apresentado]. American Political Science Association Meeting, Washington-DC. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1668884.
- Barros, L. M. (2012). Recepção, mediação e midiaticização: conexão entre teorias europeias e latino-americanas. In M. A. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação & Midiaticização* (pp. 79-106). EDUFBA/COMPOS.
- Braga, J. L. (2012). Circuitos versus campos sociais. In M. A. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação & Midiaticização* (pp. 31-52). EDUFBA/COMPOS.
- Braga, J. L. (2015). Lógicas da mídia, lógicas da midiaticização? In A. Fausto Neto, N. R. Anselmina, & I. L. Gindin (Orgs.), *Relatos de investigaciones sobre mediaticizaciones* (pp. 15-32). UNR Editora.
- Cogo, D. (2004). Mídia, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In C. M. K. Peruzzo (Org.), *Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina* (pp.41-56). Angellara Editora.
- Dorf, M. C., & Tarrow, S. (2014). Strange bedfellows: How an anticipatory countermovement brought same-sex marriage into the public arena. *Law & Social Inquiry*, 39(2), 449–473.

- Goss, K. P., & Prudêncio, K. (2004). O conceito de movimentos sociais revisitado. *Em Tese*, 2(1), 2004.
- Hepp, A. (2012). Mediatization and the “moulding force” of the media. *Communications*, 37(1), 1-28, 2012.
- Hepp, A. (2014). As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”. *MATRIZES*, 8(1), 45-64. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p45-64>.
- Hepp, A., Hjarvard, S., & Lundby, K. (2015). Mediatization: theorising the interplay between media, culture and society. *Media, Culture & Society*, 37(2), 314-322.
- Hjarvard, S. (2012). Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, 5(2), 53-91. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91>.
- Hjarvard, S. (2014). Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. *MATRIZES*, 8(1), 21-44.
- Lo, C. Y. H. (1982). Countermovements and Conservative Movements in the Contemporary U.S. *Annual Review of Sociology*, 8, 107–134.
- Martino, L. M. de S. (2019). Rumo a uma teoria da midiaticização: exercício conceitual e metodológico de sistematização. *Intexto*, (45), 16-34. <https://doi.org/10.19132/1807-858320190.16-34>
- Meyer, D. S., & Staggenborg, S. (1996). Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. *American Journal of Sociology*, 101(6), 1628–1660.

- Mottl, T. L. (1980). The Analysis of Countermovements. *Social Problems*, 27(05), 620-635.
- Rohlinger, D. A. (2002). Framing the Abortion Debate: Organizational Resources, Media Strategies, and Movement-Countermovement Dynamics. *The Sociological Quarterly*, 43(4), 479-207.
- Silva, G. (2012). Pode o conceito reformulados de bios midiático conciliar mediações e midiáticação? In M. A. Mattos, J. Janotti Junior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação & Midiatização* (pp. 107-122). EDUFBA/COMPOS.
- Silva, M. K., & Pereira, M. M. (2020). Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, 8(20), 26-49.

BATALHA/NASCENTES - UMA EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL ATRAVÉS DE OLHARES PERIFÉRICOS EM BAURU-SP

*Igor Teixeira Nunes Fernandes¹
Kahena Quintaneiro Bizzotto²
Vinicius Alves Thomas³*

O presente artigo examina e fundamenta teoricamente a jornada do coletivo Formando Mentes Coletivas que embarcou de forma inédita em uma criativa e socialmente significativa experiência ao produzir o curta-metragem: “Batalha/Nascentes”. Este artigo tem como proposta investigar a experiência deste coletivo na sua primeira produção

-
1. Produtor Cultural pelo Senac Bauru. Formação incompleta em Ciências Sociais pela Unesp - Marília. itn.fernandes@unesp.br
 2. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília. Doutoranda em Comunicação pela FAAC Unesp - Bauru. k.bizzotto@unesp.br
 3. Produtor Cultural e Educador Social pelo Senac Bauru. Em formação Audiovisual pela Anhanguera Bauru. formandomentescoletivas@gmail.com

audiovisual, que buscou representar as vivências de pessoas marginalizadas, predominantemente negras, LGBTQIAPN+ e residentes das periferias de Bauru, interior de São Paulo. O filme destaca as batalhas diárias enfrentadas por esses indivíduos, com elementos das batalhas de rima, o fundamento do movimento *hip-hop* e fazendo referência ao rio Batalha, simbólico na cidade onde a produção foi realizada.

A importância da nossa história - reflexões sobre o Movimento Hip-Hop:

É importante iniciarmos essa reflexão teórica conhecendo os fundamentos, a história e o surgimento do Movimento *Hip-Hop* que são base para o trabalho desenvolvido, segundo Spency Pimentel, em *O livro Vermelho do Hip-Hop* o movimento surge nas periferias dos Estados Unidos em 1970, influenciado e referenciado pela história e trajetória do movimento dos Panteras Negras. Surge como uma forma de produção e manifestação cultural daqueles que foram largados à própria sorte pelo governo estadunidense. O autor relata que:

Os Black Panthers, com toda a repressão, logo enfraqueceram-se, mas plantaram sua semente no *Hip-Hop* [ênfase adicionada], como vimos. Recentemente, em maio de 99, o breaker Crazy Legs, um dos fundadores da Rock Steady Crew, gangue de break pioneira, visitou São Paulo e, rememorando os primórdios do Hip Hop em Nova York, revelou que muitos dos primeiros b.boys, rappers e grafiteiros eram os irmãos mais novos dos Black Panthers. (Pimentel, 1997, p. 4)

Com as referências do *Blues*, *Soul* e *Funk* o *Bronx*, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, era uma área afetada pela

desindustrialização, pobreza, desemprego e segregação racial. Esses fatores criaram um ambiente propício para a formação de uma cultura de resistência e auto expressão. Influenciados também pela cultura jamaicana levada para o Bronx pelos seus conterrâneos, a tradição oral através do hábito de contar histórias e passar o conhecimento pela fala permaneceu forte, assim como a utilização dos equipamentos de som. Nomes emblemáticos como Kool Herc, Cindy Campbell e Africa Bambaataa se tornaram pioneiros no movimento *Hip-Hop*. Pimentel explica:

Na Jamaica de Kool Herc, os DJs costumavam recitar versos improvisados sobre versões dub (espécie de remixagem artesanal) de seus reggaes prediletos. Revivendo os griots africanos, os DJs jamaicanos mandavam mensagens políticas e espirituais enquanto tocavam as músicas prediletas do seu público. Só que em Nova York, naquele tempo, o que fazia sucesso eram o funk, o soul e outros ritmos afro-americanos. (Pimentel, 1997, p. 7)

Com os equipamentos, nomeados posteriormente de Sound System, levados por Kool Herc a cultura e os bailes do *Bronx* se transformaram, foi nesse momento que uma nova técnica surgiu, os *Breaks*, utilizando dois discos idênticos o Dj podia se aproveitar apenas da parte instrumental das músicas.

Nos bailes black eram proporcionados um espaço de celebração e comunidade, onde as pessoas podiam se reunir, dançar e ouvir música, sendo base o surgimento para diversos outros estilos musicais e movimentos culturais. O rap (*rhythm and poetry*) se desenvolveu concomitantemente ao processo do *Sound System*, sendo Africa Bambaataa um de seus propulsores, com a técnica do *Freestyle* (estilo livre) de rimar improvisadamente, ao ritmo da batida.

Os DJs desempenharam um papel central, manipulando discos de vinil para criar novos sons e batidas. Os MCs (Mestres de Cerimônias) improvisavam rimas sobre essas batidas, dando origem ao rap. Essa forma de expressão tornou-se uma maneira poderosa para os artistas transmitirem suas histórias, perspectivas e críticas sociais.

Já o *graffiti* surgiu como uma forma de expressão artística nas ruas do *Bronx*, com jovens artistas pixando seus nomes ou codinomes, essa técnica é chamada até os dias atuais de *tag*, em trens e paredes da cidade. Essa forma de arte visual tornou-se uma parte integrante da cultura *hip-hop*, transmitindo mensagens políticas, sociais e culturais.

O Breaking com seus *bboys* e *bgirls*, desenvolveu-se como uma forma de dança improvisada que acompanhava a música tocada pelos DJs nos bailes black. Com movimentos acrobáticos e rítmicos, o breakdance tornou-se uma manifestação através da dança que atualmente está presente como categoria das Olimpíadas. Pimentel afirma sobre o *Breaking*:

De qualquer modo, aquela dança de rua tornou-se algo além de simples arte, passando a ter um significado social: ela ajudava a manter os jovens longe da marginalidade, evitando mortes! Os sociólogos que analisaram o movimento concordam: quando os jovens do *Hip-Hop* se reúnem para ver quem dança, desenha, compõe, canta melhor, ou é o DJ mais habilidoso, vemos o coração do movimento, pois essa competição é algo positivo ao incentivar uma atitude constante de criação e de invenção a partir de recursos bastante limitados. (Pimentel, 1997, p. 9)

Portanto, de acordo com Spency Pimentel (1997), o surgimento do Movimento *Hip-Hop* foi um processo orgânico e colaborativo, impulsionado pela criatividade, resiliência e necessidade de auto expressão

das comunidades urbanas marginalizadas do *Bronx*. Esses elementos se fundiram para criar uma cultura única e influente que ultrapassou fronteiras geográficas e se tornou uma voz poderosa para a juventude em todo o mundo.

No Brasil, o Movimento *Hip-Hop*, antes mesmo de se tornar um movimento social, chega no país através dos filmes e programas de televisão, influenciando aos jovens a se aventurarem nos passos de *Breaking*. Lourenço, relata que:

O Hip Hop no Brasil despontou na periferia de São Paulo e desenvolveu-se ao longo dos anos 80, mas tornou-se popular somente na década de 90. A estação São Bento do Metrô, no centro de São Paulo, é considerada o berço e referência da cultura Hip Hop no Brasil. (Lourenço, 2010, p. 3)

Em Bauru, interior paulista, a influência do movimento *hip-hop* se faz presente até os dias atuais, com o desenvolvimento do movimento na Estação São Bento de São Paulo, diversos bauruenses iam de trem até a Estação para aprender, usufruir da arte e trazer as referências para sua cidade natal. Em matéria o Social Bauru, mídia do município, informou que:

A cultura hip hop chegou aqui pelas linhas do trem, assim como muita coisa que compõe o que conhecemos hoje por Bauru. Era por esse meio de transporte que bauruenses se deslocavam até São Paulo e procuravam pela estação São Bento, um dos principais pontos da cultura hip hop no Brasil dos anos 80 e 90. (Moscoski, 2022, p. 1)

O grupo Racionais Mcs foi uma dessas grandes referências, não apenas para o interior paulista mas também para que o Rap se espalhasse

por todo o Brasil. Seguindo a movimentação nacional e internacional surgiu em Bauru movimentos, coletivos independentes do Movimento *Hip-Hop* e Organizações Não Governamentais (ONGs) como por exemplo o Quilombo do Interior, pioneira nesse processo seguida pelo Instituto Acesso Popular e co-fundador da Casa do *Hip-Hop*, local em que acontecia o Cursinho Popular da Casa.

Um marco importante dessa história que nos leva para o surgimento do coletivo Formando Mentes Coletivas foi o processo de construção e luta pela Lei Municipal nº 6358, 8, de 24 de maio de 2013 que: “Institui a Semana Municipal do Hip Hop, a ser realizada anualmente, no mês de novembro que passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Bauru e dá outras providências (*Lei nº 6.358, 2013*)”

E segundo seu edital de contratação mais recente, a Semana do Hip-Hop tem como objetivo:

fomentar as manifestações artísticas tendo como temática os pilares da Cultura Hip Hop que são o Rap (música), o DJ, o Breaking (dança), o Grafite (arte visual) e o Conhecimento, prestigiando o trabalho desses artistas por meio de contratações, bem como de promover ações de divulgação, formação e capacitação, fortalecendo a produção do movimento Hip Hop de Bauru e região (*Editais No 528/2023, p. 1*)

Desde o ano de 2013 a Semana do *Hip-Hop* vem se fortalecendo e colocando o interior paulista como fomentador do movimento *Hip-Hop*, atualmente, no ano de 2024, na cidade de Bauru possuem batalhas de rima durante todo o mês sendo elas: Batalha do Santa às segundas-feiras, Batalha da Zonas às terças-feiras, Batalha do Rasi às

quartas-feiras, Batalha do Bosque toda última quinta-feira do mês e Batalha dos 13 às sextas-feiras.

O coletivo Formando Mentes Coletivas teve parte de seus integrantes em todos esses processos de construção do movimento desde o surgimento das organizações não governamentais, atuações em cursinhos populares e atuação ativa nas batalhas de rima. Atualmente o coletivo foi selecionado para compor a comissão organizadora da Semana do *Hip-Hop* do ano de 2024. Em referência a essa atuação municipal, que tem como base e fundamento o movimento social, será apresentado de forma que o coletivo FMC atua na cidade e por que decide investir nas produções audiovisuais como forma de contar a sua própria história.

Uma breve trajetória do Coletivo Formando Mentes Coletivas

O coletivo Formando Mentes Coletivas - FMC, que está em processo de institucionalização para se tornar um instituto, tem sua base em Bauru desde 2018 e atualmente possuem 5 (cinco) setores de atuação com projetos realizados e captação de recursos tendo como base a cultura e o movimento *Hip-Hop* sendo: 1. Ensino e Pesquisa 2. Projetos Sociais e de fortalecimento da comunidade 3. Emissora e produção de mídia e artística 4. Produção cultural e de eventos 5. Articulação e internacionalização. Para além das pessoas que trabalham diretamente, o coletivo conta com parcerias com a equipe de artistas vinculados que são fortalecidos pelas produções do coletivo em relação à produção de mídia como clipes, produções audiovisuais e participação em eventos com um foco em questões de inclusão e representatividade nos eventos da cidade de Bauru.

O trabalho do coletivo se iniciou como espaço cultural independente Formando Mentas Coletivas – FMC Bauru surgiu no ano de 2018 como uma forma de sobrevivência financeira de pessoas negras e da periferia através da cultura, que se tornou um grande coletivo de formação, acolhimento e incentivo pra juventude negra. Com diversas atividades culturais gratuitas dentro da cultura *Hip-Hop* e da comunidade LGBTQIAPN+, a construção de um espaço diverso, em que a única lei é o respeito por todas e todos e que tem feito a diferença na vida de muitos jovens. O eclético idealiza um espaço seguro para o diálogo e trocas de ideias de diferentes frentes culturais.

O espaço físico, enquanto aberto, nasceu da urgente necessidade de haver um local que pudesse agregar todas as populações marginalizadas da cidade, de maneira que se fomentasse e desse apoio aos artistas independentes, à juventude bauruense e aos movimentos sociais.

Um espaço para realizarem trabalhos que pudessem dar retornos positivos à comunidade. FMC Bauru é reconhecido popularmente como quilombo urbano, independente do espaço que ocupe é um movimento de fortalecimento periférico, em defesa da sobrevivência do povo negro, da comunidade lgbtqiapn+, que pensa no registro da história daqueles que por muitos anos foi apagada através do epistemicídio. O local possuía em suas paredes manifestações artísticas de diversos artistas da cidade e de processos que contam muita história sobre a sua construção, também havia uma biblioteca permanente, que estava em constante desenvolvimento.

Através dessa ideia, por todo o período que esteve em funcionamento atividades como: 1. cine debates; 2. formações antirracistas; 3. apresentações artísticas; 4. oficinas de hip hop: *breaking, stencil* e

graffiti; 5. sarais de poesia e slams; 6. Exposições artísticas; 7. Apresentações teatrais; 8. Batalhas de Rima eram frequentes no local. A participação direta da comunidade da periferia bauruense era essencial, assim como todas as atividades culturais proporcionadas, democratizando o acesso à arte e cultura no interior paulista.

O projeto “Batalha/Nascentes⁴” foi importante para o coletivo, pois, somente em 2022, conseguiram financiamento através do Programa de Estímulo à Cultura 2022 da Prefeitura Municipal de Bauru. Esta conquista foi um marco significativo, pois permitiu a realização da primeira produção audiovisual do grupo. Além disso, o projeto incluiu a realização de oficinas de formação audiovisual como contrapartida, visando compartilhar conhecimento e habilidades dentro da comunidade. A parceria da Associação Cultural de Tradições Afro-Brasileira de Bauru e da produtora Embarca Mídia foram fundamentais para a concretização do projeto.

A produção do curta-metragem começou com a elaboração do roteiro, uma etapa que envolveu a colaboração do cinegrafista Igor Fernandes, e dos roteiristas Agnes Santana e Paulo Eduardo Tonon, pessoas comprometidas com o cinema e com uma sólida experiência

4. Elenco: @wanderflorencooficial @letixx.fotografia @mandingaverso @oficialbronca @_taaaat_ @caveira_014 @juningvs @a.ma.maria @iceluana @brooklin_mc @marcia_abreu014 @davisomc014 @davisao.mc @_____00_helderyano004 @drezzapegos @abnermozart @taliba.ns @shottas86br @n.s_fidow @dgordao_shottas86 Cinegrafista e direção: @leelo.gi Foto e cinegrafista: @agidknun Beats e Sonorização: @kaadu_zeex Roteiro e maquiagem: @santinabitches Produção: @bizzotto.k Figurino: @clubgareji Roteiro: @edpaolow Edição: lucas_de_melo e @leelo.gi Apoio: @galeriabeirandoteto @014bpm Batalha: @batalha.rasi014 Esse projeto foi financiado pelo Programa de Estímulo à Cultura - PEC 2022 da Secretaria de Cultura. @culturabauruoficial Agradecemos também a Associação Cultural de Tradições Afro-Brasileira de Bauru.

na cultura hip-hop local. O enredo foi cuidadosamente pensado para retratar o esforço e as lutas das mães negras em busca de proporcionar oportunidades para seus filhos no meio artístico, uma narrativa que ressoa com a realidade cultural contemporânea. A escolha do elenco também foi significativa, com a participação de Vinão Mandinga, Bronca Mc, Leticia Abreu Juntamente com a sua mãe Márcia Abreu fizeram uma cena entre mãe e filha e outros artistas de Bauru sem experiência prévia em atuação, refletindo o compromisso do coletivo em representar autenticamente as comunidades periféricas.

A contratação de profissionais experientes em produção, como Jessica Bayo, Kahena Bizzotto, Victor Thiago Lemes e Carlos Eduardo, contribuíram para a execução eficiente do projeto. O filme não apenas apresenta uma narrativa poderosa sobre as batalhas enfrentadas por indivíduos marginalizados, mas também promove a inclusão e a diversidade dentro da indústria audiovisual. Além disso, após a finalização do curta-metragem, como forma de contrapartida para a sociedade, as oficinas de formação audiovisual proporcionaram um espaço para capacitação e empoderamento dentro da comunidade, deixando um legado duradouro, para além do próprio filme.

A produção do curta-metragem enfrentou diversos desafios, desde a busca por financiamento até a coordenação de uma equipe diversificada e a gestão de recursos limitados. No entanto, esses obstáculos foram superados para que o produto final fosse entregue com qualidade. A experiência também proporcionou aprendizados valiosos, destacando a importância da representatividade e inclusão nas produções audiovisuais e o poder transformador da arte como uma forma de expressão e ativismo social.

A experiência do coletivo Formando Mentes Coletivas na produção de “Batalha/Nascentes” exemplifica o potencial do cinema como uma ferramenta para a mudança social e o empoderamento comunitário. Ao dar voz às comunidades marginalizadas e promover a inclusão e diversidade dentro da indústria audiovisual, o projeto não apenas produz um impacto significativo na representação cultural, mas também inspirou e capacitou aqueles envolvidos. “Batalha/Nascentes” não é apenas um curta-metragem, mas uma declaração de resistência, que ressoa além das telas e deixa um legado duradouro na comunidade de Bauru, interior de São Paulo.

Após essa breve apresentação do coletivo Formando Mentes Coletivas e seu projeto de produção do curta-metragem: Batalha/Nascentes, se faz importante refletir sobre as representações das pessoas negras, principalmente as mulheres negras, no cinema e quais referências e perspectivas foram utilizadas para a produção do curta-metragem.

A produção audiovisual independente como estratégia de midiaticização:

Longe de aprofundar teoricamente na área da produção audiovisual, este artigo pretende trazer referências e reflexões importantes que tem o objetivo de fundamentar a experiência de produção do curta-metragem Batalha/Nascentes na área da comunicação social em uma sociedade midiaticizada e em que o audiovisual tem tido cada vez mais relevância.

Conforme Volpato (2022) analisa, as mídias e as interações midiaticizadas amparam os processos de visibilidade e invisibilidade de processos políticos contemporâneos, como se expressam nos movimentos sociais que lutam por formas de acesso a direitos sociais e na

disputa de circulação de sentidos. Expõe que: “É por meio dos discursos e argumentos que circulam na esfera pública, que a opinião pública, permanentemente em construção, constitui um poder comunicativo que permeia o poder político institucional” (Volpato, 2022, p. 27). Explica ainda:

A esfera de visibilidade pública aparece, portanto, como um pré-requisito para que as discussões referentes aos problemas sociais ganhem relevância. Essa nos parece uma abordagem produtiva para compreender as estratégias de visibilidade, já que enfatiza como a regulação do que é dado a ver por interações sociais diversas, muitas delas midiaticizadas, representa uma forma de ingresso às discussões que acontecem na esfera pública, independente da presença de aspectos normativos dos processos de deliberação que dali se originam. (Volpato, 2022, p. 29)

Acredita-se que o audiovisual pode ser parte desse processo de gerar visibilidade. Refletindo mais especificamente sobre a produção audiovisual na cidade de Bauru e realizando uma conexão sobre os processos de mediação apresentado por Volpato, Zamberland explica sobre o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 54.654 de 7 de agosto de 2009, e de que forma esse programa impacta na produção audiovisual da cidade de Bauru. O autor informa que: “A cidade de Bauru, localizada no centro do estado, com cerca de 400 mil habitantes, conquista seu primeiro APL, na área de Comunicação Social, voltado ao setor audiovisual, em 2021” (Zamberland, 2023, p. 17).

Segundo o autor, os Arranjos Produtivos Locais são formados através de uma forte produção cultural e local em áreas diversas que envolvam a criatividade, podendo envolver coletivos, empresas e o

poder público que podem estimular a criação de polos de inovações e criações através da cooperação (Zamberland, 2023). No Brasil temos como forma de incentivo federal políticas públicas para o desenvolvimento destes Arranjos Produtivos Locais.

Na cidade de Bauru temos como referência o único Arranjo Produtivo Local no setor da Comunicação Social e o primeiro reconhecido no audiovisual (Zamberland, 2023). A história do audiovisual em Bauru se inicia com produtores independentes e o surgimento de uma emissora de televisão, em 1960. Depois disso as emissoras foram sendo criadas e desenvolvidas, assim como cursos de audiovisual e comunicação social como atualmente conhecemos, como por exemplo na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Em relação aos dados sobre a forte influência do setor audiovisual em Bauru, Zamberland informa que:

Ao buscarmos comparações com outras cidades de médio porte da região centro-oeste, como Botucatu, Marília e Presidente Prudente, o número de registros em atividades cinematográficas, de rádio e televisão em Bauru é o mais elevado. O município concentra 17,5% dos registros regionais, uma predominância 76% superior à representação do segundo colocado, Botucatu, com 9,9%. A diferença pode conotar que há uma cadeia proeminente dos empreendimentos em audiovisual constituída em Bauru e que as condições locais têm possibilitado a formação de aglomerações no setor. (Zamberland, 2023, p. 85)

Apesar de Bauru possuir um forte estímulo na área do audiovisual, esses processos criativos e a possibilidade de sonhar com um futuro e uma carreira na área é dificultada para os jovens negros das periferias das cidades, que diferente dos jovens do restante do país que se mudam para a cidade para cursar uma universidade na área, o futuro reserva subempregos.

Vinícius Alves Thomas, conhecido popularmente como Vinão Mandinga Verso, poeta, Mc e um dos protagonistas do curta-metragem *Batalha/Nascentes*, relatou para a produção deste artigo, sobre sua origem bauruense e seu contato com a arte desde a infância, sua primeira rima de improviso foi aos 6 (seis) anos de idade. Com 13 anos quando se aproximou do skate, foi apresentado ao Movimento *Hip-Hop* na cidade e aos 15 anos ganhou sua primeira batalha de rima. Aos 16 anos lançou sua primeira música e teve a oportunidade de lançar de forma independente seu primeiro álbum. Atualmente, na fase adulta o protagonista nos relatou que a capoeira angola e o teatro tiveram forte influência para sua atuação no curta-metragem, podendo simular e teatralizar seu personagem. A cena em que Vinão Mandinga Verso estreia no cinema independente representa a corrida contra o tempo e ao mesmo tempo a fuga das violências sofridas por um jovem negro no cotidiano, a cena foi gravada durante a madrugada no centro da cidade.

Cada participante foi importante para o processo de construção e execução do filme *Batalha/Nascentes*, o processo se desenvolveu nas seguintes etapas:

1. pré-produção - reuniões de alinhamento teórico-prático, preparação do roteiro e treinamento dos participantes
2. Gravação do curta-metragem (até 5 diárias). 3 diárias realizadas com o elenco e produção completa, + 3 diárias de captação de drone, independente do set. O filme finalizou com 6 cenas + as captações de drone.
3. Produção das gravações: Entre técnico de iluminação, produtores, maquiadoras, cinegrafistas e figurantes, nosso set contou com cerca de 10 pessoas por diária e 2 carros fazendo a logística de todos os participantes, nas diárias contamos

com catering e tratamento especial aos nossos atores e atrizes que estavam estreando nos cinemas. Ao todo tivemos a participação de uma equipe de 26 pessoas, fora os colaboradores externos.

4. Início da pós-produção: ocorreu no final de novembro de 2023, e teve a duração de 1 (um) mês, desenvolvemos reuniões sobre a trilha sonora, e sobre como a edição de vídeo se daria.
5. Edição, sonorização e finalização: O processo de edição ocorreu em 30 dias e foi realizado por Lucas Melo e Igor Fernandes. O processo de sonorização foi realizado por DJ Kadu, produzindo para o curta uma trilha sonora totalmente autoral. Os últimos ajustes e adequações foram realizados com a equipe reunida para aprovação do diretor.
6. Oficina de introdução ao audiovisual como contrapartida: A oficina de contrapartida foi denominada de *Workshop: Audiovisual Até o Teto*, que ocorreu na Galeria Beirando Teto e contou com a participação de 10 pessoas, mediante inscrição prévia. O *workshop* proporcionou discussões ricas sobre o processo de produção audiovisual e possibilitou aos participantes manusearem equipamentos profissionais de áudio e vídeo.
7. Divulgação do lançamento do curta-metragem: Foi divulgado pelo site (<https://www.fmc-comunica.com.br/>) e instagram da FMC Comunica (@fmc_comunica) o evento de lançamento do curta “Batalha/Nascentes”, que ocorreu na Galeria Beirando Teto, dia 26/12/2023, com entrada gratuita.
8. Lançamento do curta-metragem durante evento na cidade: Evento de lançamento gratuito previsto para ocorrer na data 26/12/2023 às 19 horas no Ponto de Cultura Galeria Beirando Teto, espaço que recebe e expõe obras e produções de artes visuais e audiovisuais de diversos artistas da região 014.
- Produção do relatório de prestação de contas do projeto: Apresentação do demonstrativo financeiro referente aos gastos do projeto. Toda a execução foi de acordo e dentro

das normas do Edital de Estímulo à Cultura da cidade de Bauru do ano de 2022. Em que o Projeto naquela época intitulado Batalha (curta-metragem autoral periférico), que teve como Proponente a Associação Cultural de Tradições Afro Brasileira de Bauru e responsável: Paulo Eduardo Tonon Garcia co-fundador do Formando Mentes Coletivas, que logo se tornará oficialmente um Instituto.

Uma breve reflexão sobre onde estão as mulheres negras no cinema brasileiro:

Uma associação interessante que pode ser realizada é com o ensaio: “O Olhar opositivo - a espectadora negra”, de bell hooks, que aborda a interseção da raça, gênero e classe na experiência de pessoas negras ao assistir produções audiovisuais. hooks discute como as expectativas sociais e culturais moldam a forma como diferentes grupos de pessoas, especialmente mulheres negras, percebem e são representadas no cinema hollywoodiano.

A autora fala ainda sobre a herança escravocrata na população negra dos Estados Unidos mas que pode ser também referenciada no Brasil, refletindo sobre a forma com que pessoas negras escravizadas eram ordenadas e punidas a partir de seu olhar. Cita que por anos a forma de olhar do povo negro foi vista como ameaça e que por muitos anos o olhar foi repreendido pelos colonos, o que impactou na subjetividade de toda a comunidade. Cita sua experiência: “O ‘olhar’ sempre foi político na minha vida. Imagine o terror que a criança sente quando, após repetidas punições, vem a entender que o olhar pode ser perigoso (hooks, 1992, p. 2)”.

Quando aplicamos essas ideias ao cinema brasileiro independente, vemos paralelos e possíveis conexões. O cinema independente

muitas vezes busca representar narrativas diversas, explorando temas e perspectivas marginalizadas que podem ser negligenciadas ou distorcidas na mídia dominante. No contexto brasileiro, e especificamente na produção do curta-metragem *Batalha/Nascentes* inclui questões de raça, classe, gênero, sexualidade e identidade cultural.

Assim como hooks argumenta que o cinema de Hollywood muitas vezes retrata as mulheres negras de forma estereotipada ou unidimensional, o cinema brasileiro independente tem o potencial de oferecer representações mais autênticas e complexas dessas experiências, no curta metragem *Batalha/Nascentes* tem-se a representação de três mulheres negras em seu cotidiano, duas mães e uma jovem negra que vivenciam e fazem parte do movimento *Hip-Hop* da cidade de Bauru.

A ideia foi demonstrar como as mulheres negras são parte importante e essencial para que o movimento *Hip-Hop* permaneça vivo, pois são as que cuidam e zelam a vida dos e das jovens negras que muitas vezes passam por experiências de discriminação ao participarem de batalhas de rima. Envolvendo a criação de personagens negros com profundidade emocional, complexidade e humanidade, em oposição aos estereótipos e caricaturas representadas em muitos filmes de Hollywood, o curta-metragem *Batalha/Nascentes* .

Além disso, tanto hooks quanto o cinema brasileiro independente desafiam as normas dominantes de narrativa e representação. hooks incentiva uma análise crítica das imagens e narrativas cinematográficas, destacando como elas podem perpetuar relações de poder desiguais. Da mesma forma, o cinema independente brasileiro muitas vezes busca subverter as convenções cinematográficas tradicionais, oferecendo novas perspectivas e questionando as estruturas de poder existentes.

Em Bauru, buscou-se dar ênfase na importância da vida desses personagens negros e representar como a cidade pode ser violenta em relação àqueles que tentam fomentar a cultura nas periferias. Aponta para a importância de dar voz e visibilidade às experiências e perspectivas das pessoas marginalizadas que constroem um movimento rico e importante como o Movimento Hip-hop. Ao desafiar as normas e oferecer representações mais autênticas e inclusivas, pode contribuir para um diálogo mais amplo sobre identidade, poder e justiça social no interior paulista.

A escolha do elenco teve relação direta com a perspectiva de fortalecimento, financeiro e curricular, de pessoas das periferias de Bauru e forte significado para a auto-estima das pessoas participantes, que antes dessa produção não acreditavam serem capazes de estarem frente às câmeras ou em um set de gravação.

A equipe para a produção do curta-metragem *Batalha/Nascentes* de 16 minutos, envolveu 26 (vinte e seis) pessoas e entre as 18 (dezoito) pessoas envolvidas no elenco, 10 (dez) delas se identificam como negras, a produção envolveu 6 (seis) pessoas negras. Contabilizando uma maioria de pessoas negras na equipe geral e levando em consideração a diversidade de gênero, o projeto envolveu 4 (quatro) pessoas transexuais, garantindo assim um olhar único sobre o Movimento *Hip-Hop*.

Conclusão

A trajetória do Coletivo Formando Mentes Coletivas é um testemunho vivo do poder transformativo do Movimento *Hip-Hop* e sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento cultural de comunidades e instituições. Desde sua tímida participação na luta pelo surgimento da Semana Municipal do *Hip-Hop* em Bauru até seu papel ativo na

organização e fortalecimento das batalhas de rima na cidade, o coletivo se propõe a ter um compromisso com os valores e pilares da cultura.

Ao longo dos anos, o coletivo expandiu sua atuação para diversos setores, desde ensino e pesquisa até produção cultural e eventos, sempre mantendo o *Hip-Hop* como alicerce central de suas atividades. A decisão de investir na produção audiovisual como forma de contar sua própria história reflete não apenas um desejo de preservar e disseminar a herança cultural do Movimento *Hip-Hop*, mas também uma estratégia para promover inclusão e representatividade nos eventos da cidade, levando sempre o respeito como seu principal lema.

Assim, o Coletivo Formando Mentes Coletivas exemplifica o poder do engajamento comunitário e da colaboração coletiva para impulsionar mudanças significativas e duradouras. Em um cenário onde o *Hip-Hop* continua a inspirar e capacitar indivíduos e comunidades, o coletivo destaca-se como um farol de esperança e criatividade para todos aqueles que fazem parte ou são tocados pelo trabalho, traçando um caminho possível para um futuro mais inclusivo e vibrante para a juventude negra. Em homenagem e compromisso à Tetê Oliveira, escrevemos a nossa história.

Referências

Almeida, C. (2017, maio 26). O olhar opositivo – a espectadora negra, por bell hooks. *fora do quarto*. <https://foradequadro.com/2017/05/26/olhar-opositivo-a-espectadora-negra-por-bell-hooks>

Edital No 528/2023. Chamamento Público No 080/2023 11a Semana Municipal do HIP HOP - 2023 - Lei no 6358/2013 Processo No 46.349/2023. Prefeitura Municipal de Bauru. Secretaria Municipal

de Cultura. https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_cultura/editais/27/edital.pdf

Lei nº 6.358, de 24 de maio de 2013. Prefeitura Municipal de Bauru. Institui a Semana Municipal do Hip Hop, a ser realizada anualmente, no mês de novembro que passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Bauru e dá outras providências. https://sapl.bauru.sp.leg.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=6539&texto_original=1

Lourenço, M. L. (2010). Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos. *Psicologia para América Latina*, (19) http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000100014&lng=pt&tlng=pt

Mosciski, Y. (2022, 03 de novembro). Hip hop chegou em Bauru pelas linhas do trem há mais de 30 anos; Social Bauru. *Social Bauru*. <https://www.socialbauru.com.br/2022/11/03/hip-hop-chegou-em-bauru-pelas-linhas-do-trem-ha-mais-de-30-anos/>

Pimentel, S. K. (1997) *O livro vermelho do hip hop* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade de São Paulo].

Volpato, A. N. (2022) *Estratégias de Visibilidade de movimentos sociais da juventude na sociedade midiaticizada* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru.

Zamberlan, V. S. (2023). *Cluster criativo em mídia: um estudo de caso do Arranjo Produtivo Local do audiovisual em Bauru* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)]. <https://repositorio.unesp.br/items/ae69766d-6ca8-498b-b1ca-9226071ce6b2>

INSTITUIÇÕES TRANSFORMADORAS

DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: EFEITOS DOS DISCURSOS DE INFLUENCIADORES DE FINANÇAS

Érika de Moraes¹

Um tema proeminente na sociedade contemporânea é a forte popularização de influenciadores sobre finanças e investimentos, entre os quais a jornalista brasileira Nathalia Arcuri apresenta-se como desbravadora, ao fundar o canal “Me Poupe!” e a empresa de mesmo nome. Outras personalidades já buscavam tratar do assunto de maneira acessível, em meios mais tradicionais como os livros, a exemplo de Gustavo Cerbasi (2014), autor do best seller “Casais inteligentes enriquecem juntos”, enquanto Arcuri potencializa o tratamento massivo do tema pelas vias do entretenimento. Assim, desde por volta do ano 2015,

1. Doutora em Linguística (Análise do Discurso).
Docente na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura,
Artes, Comunicação e Design, Bauru e PPGEL Ibilce, São José do Rio Preto.
erika.moraes@unesp.br

surge uma infinidade de influenciadores, ou aspirantes a influenciadores, que reproduzem o discurso sobre a popularização da chamada ‘educação financeira’ e, ao mesmo passo, alimentam uma espécie de ‘pirâmide’ na qual aqueles que ‘aprendem as fórmulas’ passam a oferecê-las a outros (mediante busca de remuneração) e assim sucessivamente.

Este trabalho objetiva mostrar que o acesso a certa concepção de educação financeira, pautada em uma visão capitalista liberal, é exposto como um pilar da cidadania, ou seja, alguém é verdadeiramente cidadão se empoderado pela possibilidade de escolha que o dinheiro materialmente oferece. Sem negar a importância de acesso ao conhecimento sobre finanças, e mesmo sobre o funcionamento da sociedade capitalista, interessa demonstrar que os discursos implicados por estes influenciadores partem de certos pressupostos sem questioná-los, ou seja, é divulgado certo ‘conhecimento’, apresentando dicas, soluções e fórmulas, sem considerar a complexidade do que constitui um sujeito como cidadão.

A fim de explorar o argumento, o trabalho trata especificamente de um vídeo intitulado “Absurdos financeiros que vão te levar para o buraco”, do canal “A cara da Riqueza”, cuja análise demonstra que, mesmo quando o apresentador questiona outros, não problematiza o pré-construído, ou seja, o discurso que, de modo adjacente, associa a cidadania a um empoderamento financeiro. Compreende-se que o arsenal teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, aliado a considerações sobre a comunicação midiática e a psicanálise, proporcione uma discussão crítica sobre o tema, enfatizando os efeitos de sentido que se compõem na sociedade contemporânea.

Comunicação, discurso e subjetividade

Temas sobre finanças e investimentos estão entre os principais mobilizados na contemporaneidade por influenciadores. Muitas vezes, são abordados sob o pretexto da educação financeira, uma vez que assim se apresentam como um discurso correto e defendido por pessoas bem-intencionadas. Ocorre que este caráter supostamente inquestionável oculta o pré-construído sobre o que se entende por educação financeira, tema que se apresenta como necessariamente alinhado a uma concepção capitalista neoliberal.

A fim de esmiuçar os sentidos desses discursos, as análises aqui propostas são empreendidas a partir do respaldo teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa (AD). Trata-se de uma tradição que não dissocia o aparato conceitual de sua metodologia, ou seja, conforme já demonstravam autores considerados fundadores, especialmente Pêcheux (1997, 1999), e continuam a desenvolver autores contemporâneos (Charaudeau, 2016; Maingueneau, 2005), o próprio *corpus* de trabalho alimenta os conceitos a serem mobilizados, em relação de reciprocidade.

Essa tradição envolve a concepção de um tripé caracterizado pelo entrelaçamento entre a linguagem, a história e a psicanálise. Para esta análise, conceitos clássicos como o de interdiscurso, efeitos de sentido, pré-construído são conectados aos estudos mais recentes sobre o Ethos Discursivo (Maingueneau, 2005 & 2018), estabelecendo relações entre esses conceitos. O *corpus* delimitado é, portanto, representativo de uma discursividade que não se esgota, dialogando assim com outros trabalhos prévios e posteriores, como é característico deste empreendimento teórico.

Para a AD, o interdiscurso está no cerne dos efeitos de sentido, o que leva Maingueneau (2005) a enfatizar o “primado do interdiscurso”. Entende-se, assim, que as relações interdiscursivas são fundamentais no processo comunicacional e determinantes de sentidos que se cristalizam como “memória”, considerada, conforme as bases propostas por Pêcheux (1999 [1983], p. 50), “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”.

Ao defender o primado do interdiscurso, Maingueneau (2005) demonstra também que o caráter polêmico é constitutivo dos discursos. Em outras palavras, o discurso, ao instituir sua própria legitimidade, polemiza com outros que, por sua vez, são deslegitimados pelo discurso primeiro. É assim que um discurso que defenda, por exemplo, certa concepção de educação ou cidadania, em sua autoafirmação, polemiza com (e desconstrói) outros sentidos possíveis.

Considerando o entrelaçamento entre linguagem, história e a psicanálise freudiana, é válido retomar Silva (2021, p. 258), para quem a pesquisa psicanalítica comprometida com a crítica social tem como desafio “aquele das relações entre a dimensão social e a dimensão singular e subjetiva do sofrimento”. A teoria psicanalítica se vincula à história ao compreender a “historicidade dos sofrimentos individuais e sua dependência do contexto social em que surgem” (Silva, 2021, p. 259). Os discursos defendidos por influenciadores sobre finanças constituem o indivíduo que só é cidadão ao ser interpelado como *homo economicus*, o que é pautado por uma ideologia capitalista marcada por uma matriz neoliberal.

Estudos existentes dão conta de que o modelo neoliberal, se por um lado demonstrou eficiência na superação de crise econômica, por outro resultou em consequências desastrosas do ponto de vista social. É o caso apontado por Tony Judt, historiador britânico do século XX, sobre o governo de Margaret Thatcher ter danificado a tessitura da vida pública britânica, já que “cidadãos foram transformados em acionistas, ou ‘especuladores’, e suas relações interpessoais com a coletividade passaram a ser medidas com base em patrimônio e reivindicações, não em serviços e deveres” (Judt, 2008, p. 544).

Para Silva, a racionalidade política instaurada com o neoliberalismo exige a produção de um sujeito com valores morais compatíveis, ou seja, um sujeito “que foi produzido especificamente pela formação discursiva neoliberal, com suas formas de verdade, seus valores morais, suas instituições sociais” (Silva, 2021, p. 259).

Conforme historiciza o autor, as transformações que ocorreram no Brasil, na transição do nacional-desenvolvimentismo para o neoliberalismo fizeram com que a função esperada do estado passasse a ser a de um regulador mínimo, protetor da economia de mercado. Ainda segundo o autor, tais transformações vieram acompanhadas de outras profundas relacionadas aos próprios valores compartilhados pela sociedade.

Com base nessa contextualização, o autor defende que “o neoliberalismo depende da produção de sujeitos que entendam como naturais as formas de precarização social” (Silva, 2021, p. 266). Emergem, assim, valores relacionados ao chamado empreendedorismo individual, à ressignificação do desemprego como oportunidade de empreender, a rede de proteção ao trabalho caracterizada como “proteção à preguiça,

à falta de iniciativa, ou como infantilização do cidadão pelo Estado” (Silva, 202, p. 266).

A soma desses elementos faz nascer o “sujeito-empresa”, único responsável por si, acompanhado da “semântica heroica do ego livre, empreendedor e conquistador incansável de novas oportunidades” (Silva, 2021, p. 270), um ethos valorizado na sociedade contemporânea, pois compatível aos seus valores. Trata-se de um projeto econômico-moral que leva os indivíduos a se compreenderem como empreendedores de si, internacionalizando a “racionalidade econômica como a única forma possível de racionalidade” (Safatle, 2021, p. 24).

Retomando o primado do interdiscurso conforme Maingueneau (2005), reconhece-se a relação que o discurso estabelece com seus outros, a partir da qual a sua própria identidade é criada. Assim, “a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro” (Maingueneau, 2005, p. 38). É deslegitimando um enunciado como incorreto que se constrói o ethos heroico daquele discurso que salva. A formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribui por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, daquilo que não pode ser dito.

As posições são constituídas como “simulacro” pelo prisma da posição oposta, ou seja, “cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados na categoria do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do ‘simulacro’ que dele se constrói” (Maingueneau, 2005, p. 22). Como defende o autor, os enunciados do outro são traduzidos pela posição oposta pelo seu próprio sistema de restrições semânticas e é assim que a identidade

de um discurso se torna possível dentro de uma “‘rede institucional’ de um ‘grupo’, aquele que a enunciação discursiva ao mesmo tempo supõe e torna possível” (Maingueneau, 2005, p. 23).

A constituição do ethos é, então, afinada com a rede interdiscursiva com a qual pretende se relacionar. O ethos é sustentado pela figura enunciativa de um “fiador dotado de propriedades físicas (corporalidade) e psicológicas (caráter)” (Maingueneau, 2018, p. 322), havendo importante participação do destinatário em sua construção. Tais propriedades do ethos discursivo, ainda segundo Maingueneau (2018, p. 322), apoiam-se em “um conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos que a enunciação contribui a fortalecer ou a transformar”. O autor acrescenta que grande parte do poder de persuasão de um discurso advém da identificação do destinatário com essa figura enunciativa incorporada no discurso, cujas características são convincentes porque, ainda que esquematizadas, são imbuídas de valores historicamente especificados. Desse modo, o discurso enunciado a partir de uma cena de enunciação – constituída por ele e historicamente validada – suscita a adesão do destinatário através de “uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser” (Maingueneau, 2018, p. 322).

Alguns trabalhos no campo da Comunicação têm identificado a relação entre a utilização de canais digitais para a amplificação dos valores neoliberais. É o caso dos trabalhos de Karhawi (2016); Grohmann (2019), Dias et al. (2023); ou ainda de dissertações e teses, a exemplo de Gonçalves (2023). De nossa parte, temos abordado o tema pelo viés discursivo, defendendo que a especificação dos dispositivos enunciativos que retroalimentam tais discursos, e seus consequentes valores, é

elucidativa para a compreensão de tal construção ideológica, entendida como construção justamente por ser moldada a partir de estratégias de comunicação que os respaldam (ver Moraes, 2019, 2021).

Uma cidadania financeira

O termo *influencer* (ou influenciador digital) ganhou notoriedade em nosso século, abrigando um universo de produtores de conteúdo que, de algum modo, trabalham nas mídias sociais, alcançando um número elevado de seguidores on-line, ou seja, usuários que acompanham a sua produção (Dias et al., 2023, p. 51). Ocorre que a era dos algoritmos em que vivemos determina que, quanto mais um perfil seja acessado, mais os acessos se multipliquem, fazendo que com que as métricas (e o *modus operandi* das Big Techs) sejam as verdadeiras responsáveis por influenciar. Assim, é bastante ilusória a concepção de que os meios digitais trouxeram a plena democratização da informação, uma vez que, quanto mais inserida no sistema vigente, mais a comunicação tende a se propagar, muito embora se deva reconhecer que essas mesmas mídias possibilitaram o uso de suas estratégias para ‘usuários comuns’.

Para Karhawi (2016, p. 42), uma característica essencial dos influenciadores é a produção de “conteúdos temáticos, com frequência e credibilidade”. Embora sejam características necessárias, não são suficientes para que o produtor ganhe o status de influenciador, uma vez que este depende da aceitação de outros usuários, que irão atribuir credibilidade, reputação e prestígio (Karhawi, 2016, p.43). A autora explica a transformação do influenciador digital em sujeito-empresa da seguinte maneira:

Quando um internauta comum se torna um influenciador digital - agregando públicos (consumidores) específicos ao redor da imagem que exhibe e do conteúdo que produz - sua imagem passa a ter valor de troca. Ela se torna a moeda de negociação entre influenciadores e empresas/marcas. (Karhawi, 2016, pp. 50-51)

Como o influenciador se torna a própria moeda de troca, a comunicação fica afetada por uma relação mercadológica e de autodi-
vulgação, acrescenta Gonçalves (2023, p. 72).

A fim de explorar o argumento, tratamos aqui especificamente de um vídeo intitulado “Absurdos financeiros que vão te levar para o buraco”, do canal “A cara da Riqueza”. A atenção às análises demonstra que, mesmo ao questionar outros influenciadores, o apresentador em questão não problematiza o “pré-construído”, ou seja, o discurso que, de modo adjacente, associa a cidadania a um empoderamento financeiro.

Outros influenciadores aos quais o vídeo busca se contrapor podem ser representados por nomes famosos, como Nathalia Arcuri, fundadora do canal e empresa Me Poupe!, que chega a ser mencionada indiretamente no vídeo (com sua imagem desfocada e remissão à expressão “Me Poupe”). Sobre a construção do ethos discursivo de Nathalia Arcuri, tratamos em Moraes (2019). Outro nome ilustrativo desse grupo é Thiago Nigro, do canal “Primo Rico”, sobre o qual Gonçalves, ao analisar material do ano de 2020 e a ascensão da extrema direita na contemporaneidade, concluiu que “por trás da defesa da liberdade econômica e do esforço pelo enriquecimento pessoal, existe a proposição de uma subjetividade completamente alinhada aos valores do mercado, que tem motivado um verdadeiro levante autoritário contra as democracias contemporâneas” (Gonçalves, 2023, p. 101).

É nesse sentido que a análise do dispositivo discursivo, em nosso caso amparada por conceitos contemporâneos desenvolvidos por Dominique Maingueneau, faz-se pertinente para esmiuçar se tais pressupostos permanecem (ou se modificam, ainda que parcialmente) quando um outro canal se propõe a problematizá-los.

O canal A Cara da Riqueza é conduzido por Diego Bechara e conta com 417 mil inscritos (dado de 14 de março de 2024), número que revela um canal em crescimento. Embora o canal e, especificamente, o vídeo analisado exponham o objetivo de questionar abordagens de outros influenciadores, explora a mesma característica de outros em relação a vídeos chamativos e estratégicos para um público que deseja o enriquecimento, como pode ser observado em títulos em destaque na sua página Youtube: “Quanto rendeu minha caixinha de 3 mil reais?”; “Os 3 melhores investimentos pra quem é iniciante; Começando com R\$ 28,44 por mês!”; “Receba R\$ 1000 de dividendos com fundos imobiliários (FIIS)”. São títulos incisivos, que demonstram envolvimento pessoal (“minha caixinha”), exemplos práticos (com números especificados) e uso de verbo no imperativo (receba), recursos que transmitem a ideia de exatidão, eficiência, assertividade. Constrói-se, assim, um ethos discursivo já bastante característico das cenografias empreendidas pelos influenciadores de finanças: a imagem de si de quem entende do assunto, aplica seu conhecimento em prol de sua própria organização financeira e enriquecimento e, conseqüentemente, domina as fórmulas para ensinar os demais.

Para Maingueneau (2005, 2018), o ethos discursivo não é uma característica à parte da enunciação, ele se constrói enquanto enunciação, no momento mesmo em que o discurso se realiza. Assim, são as

cenografias mobilizadas pelo discurso, num sentido inspirado pela cena teatral, mas enriquecido por uma abordagem enunciativa, que constroem os discursos que, ao mesmo tempo as sustentam, numa relação de reciprocidade.

Como conceitos entrelaçados, a noção de polêmica também é enunciativa e constitutiva do ethos. Isso porque um discurso se constitui em relação a seu outro: o enunciador que, por exemplo, se constrói como alguém de direita, implica em seu discurso a imagem de alguém de esquerda, estabelecida enquanto simulacro, ou seja, a visão de B como concebida por A. O caráter polêmico é constitutivo do discurso em geral e, em particular, emerge nas sequências discursivas que se concebem em relação de divergência com outras pré-existentes, sempre de modo não-linear. Ou seja, parafraseando preceitos basilares da Análise do Discurso já tematizados desde os “esquecimentos” apresentados por Pêcheux, não há discurso primeiro ou discurso segundo; há discursos que se retomam em continuidade. Assim, tão pertinente quanto analisar o discurso em si é analisar o seu tom, a sua forma de enunciação.

O exemplo do canal é particularmente interessante porque, mesmo ao retomar discursos, faz emergir o caráter polêmico a uma camada mais saliente. É válido sinalizar que, para um analista de discurso, nada é evidente, já que a linguagem não é concebida como transparente, é por isso que se trata apenas de algum nível de questionamento. A fim de pôr em discussão o funcionamento discursivo do canal, e especificamente do vídeo, recortamos algumas sequências discursivas a serem abordadas, que aqui apresentaremos de forma enumerada para fins didáticos.

Sequência discursiva 1:

“Eu sei exatamente o que te falar para que você fique pobre, lascado, na pindaíba, enquanto você acha que está aprendendo a enriquecer e a acumular patrimônio: ‘olha como é fácil, meu querido inscrito e inscrita. Só esse mês eu recebi 15 mil de dividendos com os meus fundos imobiliários. Você não tá conseguindo? Ah, isso aí é falta de organização financeira, viu?’ Ou então com aquelas listas absurdas que o pessoal compartilha no Instagram, como por exemplo ‘como ganhar mil reais por dia sem trabalhar e fazer nada com renda extra, de preferência apostando no site de apostas e abrindo a conta aqui com meu link’.” (A cara da Riqueza, 2023)

Como forma de dizer, o enunciador Diego Bechara assume um ethos descontraído, despojado, utilizando expressões informais como “lascado, na pindaíba”, certamente buscando identificação com “o povo” que, como ele, almeja o enriquecimento, procurando alcançá-lo dentro das formas possíveis no sistema vigente. Suas vestimentas confirmam a incorporação de um ethos de simplicidade, usando camiseta básica. Já no início de seu vídeo, no trecho apresentado na sequência 1, ele polemiza com outros influenciadores que divulgam dicas assertivas para “enriquecer e acumular patrimônio”, que, em sua análise, podem constituir verdadeiras armadilhas para a pobreza. Traz à tona, ainda, a problematização do discurso de que a culpa de ser pobre é da própria pessoa (“Ah, isso aí é falta de organização financeira, viu?”). Na oportunidade, o enunciador expressará a seguir sobre o uso de “Títulos chamativos com a palavra Riqueza, Dinheiro, Renda Extra... assuntos que qualquer um quer saber mais desde a época da Babilônia”. Trata-se, porém, de uma estratégia enunciativa empregada em seu próprio canal.

Sequência discursiva 2:

“Com a Internet, ainda, as coisas tomaram uma proporção mais absurda. Afinal, todo mundo é rico, todo mundo tem um carrão, todo mundo comprou apartamento aos 20 anos de idade. E você aí que tá assistindo não conseguiu nada disso? Ah, meu Deus, é falta de disciplina, é falta de organização. Você não conseguiu ainda porque você não quer.” (A cara da Riqueza, 2023)

A sequência 2 dá continuidade ao questionamento de que cada indivíduo é responsável por ser rico ou pobre, conforme sua disciplina e organização. Por isso, salienta que decidiu fazer um vídeo sobre os piores conselhos financeiros ou o que chama de “bizarrices”. Essa sequência interessa particularmente por trazer à tona a relação entre discurso e subjetividade, uma vez que a internet potencializa o sentimento de desencaixe social, já que a realidade mostrada de sucesso é a de quem tem “carrão e apartamento aos 20 anos de idade”. A abordagem é parcialmente diferenciada, em relação à boa parte dos canais de finanças, ao questionar a imagem genérica do ethos de quem é bem-sucedido, sem aprofundar, no entanto, a carga discursiva presente no âmbito do que seja uma definição de sucesso.

Sequência discursiva 3:

“A primeira atrocidade que vejo por aí é: não compre imóvel, não tenha sua casa própria. Viva de aluguel o resto da vida e deixe seu dinheiro aqui, investido na minha corretora de estimação. Aposto que você já ouviu isso em vários canais: grandes, pequenos e olha só esse comentário que eu vi aqui na internet: ‘Eu vendi minha casa pra me livrar do financiamento e morar de aluguel porque acreditei nisso. E fiquei sem casa, sem ter como comprar outra porque os valores subiram muito e com aluguéis mais altos que a parcela do meu antigo financiamento. Maior meleca que fiz.’ Eu realmente acredito que é uma irresponsabilidade absurda você

falar para uma pessoa pobre que ainda não tem uma casa, não tem um lugar para morar, que ela deve pegar todo o dinheiro dela e investir ao invés de focar, sim, em ter uma casa um dia. É claro que depende da realidade de cada pessoa. Tem gente que não quer comprar uma casa porque quer morar de aluguel o resto da vida, cada hora num estado, num país diferente, ou seja lá por que. Mas você falar que financeiramente vale mais a pena porque quer o bem da pessoa? Hummm.” (A cara da Riqueza, 2023)

O youtuber apresenta uma planilha cujos cálculos mostram que, para um imóvel avaliado em R\$ 220.000,00, mesmo considerando uma taxa de juros alta, sua compra ainda compensaria em relação ao valor de aluguel. Os dados não são precisos, porque dependem de fatores macroeconômicos como inflação, taxas de juros etc. Mas servem para problematizar que também não são exatos os dados daqueles influenciadores que defendem que vale a pena investir e morar de aluguel. Aliás, há outros argumentos técnicos que poderiam ser citados, como o fato de que um imóvel para moradia própria é um imóvel sem vacância, ou seja, que não corre o risco de se tornar um imóvel sem uso e que acarretaria prejuízo se fosse destinado à locação, inclusive se pertencesse a um fundo imobiliário².

-
2. O fundo imobiliário é uma forma de investimento bastante difundida por influenciadores de finanças. Existem várias modalidades, sendo que, em geral, investem em grupos de bens que geram renda de aluguel (podendo ser fundos de shoppings, lajes corporativas, fundos de papéis etc.). Muitas vezes, esse tipo de investimento é propagado como de “menor risco”, sem muitas explicações quanto ao fato de que se trata de renda variável, cujo nível de controle de riscos depende não somente dos gestores do fundo, mas também de condições macroeconômicas (a pandemia de Covid é exemplo de evento que afetou diretamente os fundos desse tipo). Esta nota técnica é, ainda, ilustrativa do fato de que não basta conhecer sobre os tipos de investimentos para de fato “enriquecer”.

Em relação a esse tema, o interlocutor faz um apontamento de autopromoção: “O canal A cara da Riqueza nasceu justamente pra gente tentar ir contra esse tipo de desinformação que vai te levar aí pra pindaíba ao invés de te ajudar”.

Sequência discursiva 4:

“O próximo conselho da nossa lista é: Não ensine seus filhos sobre finanças. Afinal, eles podem ficar mercenários e confundir uma relação de empregado e patrão.” (A cara da Riqueza, 2023)

Neste tópico, o influenciador assume para si um argumento em comum com os influenciadores em geral que ele mesmo critica, o mesmo argumento defendido por personalidades como Nathalia Arcuri e Thiago Nigro (o Primo Rico), qual seja a defesa de uma chamada ‘educação financeira’, sem que se explicita muito o seu significado. Ou seja, parte-se do pressuposto de que o conhecimento sobre investimentos e finanças, além de uma autorregulação moral (não consumir mais do que pode, saber conter-se, privar-se no presente para proteger o futuro) são as condições suficientes para o exercício da cidadania financeira, sem um aprofundamento sobre condições sociais e especificidades subjetivas (em sentido psicanalítico).

Vale apontar que o trecho recortado pelo influenciador para se contrapor não está necessariamente se posicionando contrário a uma chamada educação financeira, mas tecendo uma crítica à associação da ideia de mesada com um pagamento dos pais pela execução de tarefas. Algo, aliás, não excludente: há outras maneiras possíveis de ensinar sobre dinheiro às crianças do que estabelecer uma relação de escambo entre pais e filhos. Não é feita, ainda, qualquer problematização sobre

o fato de que muitas famílias sequer podem considerar o pagamento de mesadas.

Sequência discursiva 5:

“Galera, tome cuidado com esse discurso. Se alguém está te falando pra você parar de contribuir com INSS, essa pessoa está sendo extremamente irresponsável, porque, por mais que o INSS seja uma porcaria, tem um monte de defeito, se acontecer alguma coisa aí na tua vida [...], um acidente, vai ser o INSS que vai te aposentar, por exemplo, por invalidez”. (A cara da Riqueza, 2023)

O trecho acima é um pouco diferente, por anunciar uma certa compreensão e valorização do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que, por definição, vai muito além de “aposentadoria”, mas constitui também uma rede de proteção para casos citados pelo youtuber, como a invalidez. O produtor do conteúdo, no entanto, acaba por tecer uma abordagem utilitarista do INSS, taxado como “porcaria”, mas útil ao servir em casos necessários. Nada se discute sobre as possibilidades para o fortalecimento, aprofundamento e mesmo aprimoramento desse serviço público (para que deixasse de ser, na visão do influenciador, uma porcaria). Aliás, pouco ou nada se problematiza a respeito do papel do Estado.

Ao problematizar, em alguma medida, discursos de outros influenciadores de finanças, o enunciador expõe alguns níveis das lacunas dos discursos vigentes. Seu objetivo, porém, continua sendo o de ‘ensinar a enriquecer’, dimensionando o fato de que a constituição de cidadania na atualidade, como bem demonstram as produções comunicacionais,

permanecem bastante afetadas pela constituição do que podemos chamar de uma ‘cidadania financeira’.

Assim, o ethos discursivo assumido pelo canal está em relação de polêmica com outros canais apenas em um nível mais superficial, pois, na essência, acentua os mesmos valores de autopromoção para o enriquecimento, ainda que traga algum grau a mais de consciência sobre a necessidade de uma ética. As cenografias abordadas são bastante populares e o enunciador assume o caráter (propriedades psicológicas) e a corporalidade (propriedades físicas) do enunciador que se apresenta como um homem simples, porém sábio, digno da credibilidade de seus seguidores. Tais propriedades permitem “a constituição de um corpo da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso” (Maingueneau, 2018, p. 322). Retomando categorias de Maingueneau (2018, p. 324) sobre os três registros do ethos discursivo, o fiador que sustenta a voz enunciativa no vídeo analisado se constitui a partir da dimensão “categorial” do homem sábio, que entende de finanças e investimentos, portanto digno de influenciar; da dimensão “experiençial” do jovem despojado e empreendedor; da dimensão “ideológica” do influenciador que acaba por defender valores semelhantes aos que propõe combater. O ethos é convincente e gera adesão porque compatível a um conjunto de valores validados na contemporaneidade, sobre os quais os modos de funcionamento das mídias, por sua vez pautados num sistema vigente, operam grande influência.

Conclusão

As análises reforçam a relevância de compreender os efeitos de sentido, e seus correlatos mecanismos de construção, que se constroem

na comunicação contemporânea, decisivamente marcada pela presença dos chamados influenciadores digitais. Os efeitos de sentido que assim se sedimentam são decisivos na constituição de subjetividade, que tanto pode ser afetada pelo efeito psíquico do sujeito ‘que não se encaixa’ em uma visão estritamente meritocrática, quanto pode afetar uma concepção mais geral de cidadania.

Com essa discussão, acreditamos ampliar o debate a respeito de um tema que tem se tornado cada vez mais massivo nas mídias, a defesa de uma chamada ‘educação financeira’. É necessário que se problematize os sentidos para compreender como (ou se) tal educação financeira poderia funcionar tanto para o nível individual quanto para o coletivo.

Apesar de manter um discurso de fundo sobre a importância da organização financeira e a valorização do enriquecimento, o canal em questão apresenta algumas problematizações em relação a discursos de outros influenciadores, o que pode representar um ganho em termos de democratização da circulação de discursos, mas ainda é necessário ir além, investigando os valores que, por vezes, coincidem nos discursos contraditórios, diferenciando-se apenas na superfície.

A oportunidade aberta pela presente análise é a de manifestar que o potencial comunicativo pode ser aprofundado, esmiuçando a própria constituição da rede interdiscursiva que constrói a noção de cidadania em torno de uma concepção de mundo neoliberal, pautada sempre em formas de ação individuais, ainda que não sejam excluídas totalmente as questões coletivas (caso do INSS).

Do mesmo modo que a mídia faz circular discursos reprodutores de ideologias perversas, com efeitos sobre a opressão de subjetividades, constitui-se também num espaço com potencial para novas

possibilidades de ruptura com modelos vigentes, vislumbrando outros caminhos possíveis para a ação social e cidadã. Esmiuçar o interdiscurso é um ponto importante para que esse caminho seja trilhado, já que traz luzes aos sentidos mais imbricados: não basta uma busca de mudança de conteúdo, sem contemplar uma revisão dos modelos e ideologias que os sustentam.

O *corpus* em análise demonstra que, mesmo havendo questionamentos, continua a predominar a valorização do modelo sujeito-empresa, visto que o produtor permanece comprometido pela relação mercadológica e da autopropaganda de si. No entanto, se não alcançar seguidores, não há como ‘influenciar’, o que alimenta o círculo da sujeição às métricas. Assim, uma mudança efetiva requer uma atuação conjunta entre campos como o da comunicação e o da educação, para que, com alguma dose de utopia, possa ser valorizada também a atuação do des-influencer, a exemplo do professor em sala de aula que estimula o debate. Enfim, que se possa vislumbrar um conjunto de espaços favoráveis à abertura para outras possibilidades.

Referências

- A cara da Riqueza. (2023, 03 de novembro). *Absurdos financeiros que vão te levar para o buraco! Te enganaram?* [Vídeo] Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=KMeKIXNvsC4>
- Cerbasi, G. (2014). *Casais inteligentes enriquecem juntos - Finanças para casais*. Editora Sextante.
- Charaudeau, P. (2016). *A conquista da opinião pública - como o discurso manipula as escolhas políticas*. Editora Contexto.

- Dias, K., Vieira, M., & Rocha, C. (2023). Influenciadores digitais: entre o trabalho de plataforma e o empresariamento de si. *Brazilian creatives industries journal*, 3(1), 50-69.
- Gonçalves, M. S. (2023). *Individualismo em tempos de crise: a propagação da subjetividade neoliberal na produção de 2020 do canal de educação financeira o Primo Rico* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista].
- Grohmann, R. (2019). Financeirização, midiaticização e datatificação como sínteses sociais. *Mediaciones de la comunicación*, 14(2), 97-117.
- Judt, T. (2008). *Pós-guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Objetiva.
- Karhawi, I. (2016). Influenciadores digitais: o Eu como mercadoria. In E. S. Correa, & S. C. Silveira (Orgs.), *Tendências em comunicação digital* (pp. 38-58.). Universidade de São Paulo - ECA.
- Maingueneau, D. (2005) *Gênese dos discursos* (2 ed.) Parábola Editorial.
- Maingueneau, D. (2018) Retorno crítico à noção de ethos. *Revista Letras de Hoje*, 53(3), 321-330. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/32914>
- Moraes, É. (2019) Ethos da riqueza: caráter e corporalidade da ‘musa das finanças’, Nathalia Arcuri. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 61, 1-17. <https://doi.org/10.20396/cel.v61i0.8654838>

Moraes, É. (2021). “Verdade” e sucesso: o utilitarismo econômico como um discurso em embate com a educação e a ciência. *Cadernos de Linguística (CadLin)*, 2(4). <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2021.V2.N4.ID467>

Pêcheux, M. (1997) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (3 ed.) Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (1999). *Papel da Memória*. Editora Pontes.

Safatle, V. (2021) A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In V. Safatle, N. Silva Jr., & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp.17-46). Editora Autêntica.

Silva, N., Jr. (2021) O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico, pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?”, de Jair Bolsonaro. In V. Safatle, N. Silva Jr., & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 255-282). Editora Autêntica.

MOBILIZAÇÕES POR UM SERVIÇO PÚBLICO DE MÍDIA DE QUALIDADE EM PORTUGAL, NA ALEMANHA E NO BRASIL: DIFERENTES ATORES E CONTEXTOS, DESAFIOS RELACIONADOS

Jairo Faria Guedes Coelho¹

Recentemente, Portugal e Alemanha lançaram relatórios que fornecem bases para o desenvolvimento do Serviço Público de Mídia (SPM) nos dois países (Jäkel et al., 2024; Lopes et al., 2023). Neste artigo analisamos como se deu a mobilização de atores nesses processos e as possibilidades para que se haja discussões dessa natureza no Brasil. Para isso, utiliza-se a Análise Documental, levando-se em conta tanto os conteúdos quanto o contexto de utilização e a função desses documentos em

1. Professor Substituto do Curso de Jornalismo da Univ. Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador associado dos grupos de pesquisa Comunicação Comunitária e Cidadania (Universidade de Brasília - UnB) e Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”). jairofaria@gmail.com

cada uma das sociedades estudadas (Junior et al., 2021). Nesse sentido, o artigo busca recuperar, a partir dos registros escritos e oficialmente publicados, os processos de constituição de comissões para debater o futuro da radiodifusão pública nos dois países, entendendo os atores e contextos envolvidos em ambos os sistemas. Além disso, promove reflexões sobre as mobilizações em defesa da autonomia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) contra ataques realizados nos últimos anos.

Em novembro de 2022 o Governo Português anunciou a criação de uma comissão para avaliar e propor mudanças à radiodifusão pública do país, por meio da elaboração de um Livro Branco. A ação se deu em função do momento de renovação do contrato de concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão português e contou com a iniciativa do ministro da cultura do país. O grupo de trabalho reuniu especialistas e profissionais da área, que realizaram uma série de entrevistas e abriram consultas públicas para cumprir um amplo estudo com propostas de melhorias para o SPM português.

Na Alemanha, onde o sistema de radiodifusão conta com nove emissoras públicas regionais que se conglomeraram em um consórcio nacional (ARD), além de estações públicas nacionais de televisão (ZDF) e de rádio (Deutschlandradio), a discussão se deu por meio da criação de um “Conselho do Futuro” (*Zukunftsrat*) formado por especialistas da área e incentivado por representantes dos Conselhos de Radiodifusão das empresas do consórcio ARD. Nas sucintas recomendações do relatório, lançado em janeiro de 2024, o grupo propõe mudanças que mexem estruturalmente na forma de gestão das empresas, principalmente em relação ao gerenciamento dos conteúdos digitais e à participação social, sem interferir na autonomia de cada uma delas. As propostas têm como

objetivo a otimização de recursos financeiros do conglomerado, cujas receitas em sua maioria provêm de taxa paga diretamente pelos usuários.

No Brasil o desenvolvimento da comunicação pública se dá de forma complexa e não muito bem definida. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2008 com o objetivo de centralizar a gestão de empresas públicas de radiodifusão, na tentativa de separar os conteúdos governamentais daqueles com essência pública, sofreu uma série de ataques nos últimos anos, que vão desde a tentativa de extinção ou privatização ao desmantelamento dos órgãos de participação social da Empresa (Paixão, 2021). Em face dessas capturas midiáticas (Stiglitz, 2017), atores da sociedade se mobilizaram em defesa da manutenção da EBC e dos requisitos para que ela possa ser considerada uma empresa de comunicação pública. Nesse sentido, desde 2016 membros da sociedade civil se organizam na publicação de relatórios e conteúdos midiáticos que buscam avaliar os danos e propor mudanças na forma de relação dos governos de turno com a Empresa. As denúncias vão desde ataques a jornalistas até a interferência política abusiva em cargos estratégicos da corporação.

A partir dessas experiências é possível relacionar os processos de mobilização em prol do desenvolvimento do Serviço Público de Mídia em Portugal (por meio de uma ação do Governo), na Alemanha (por iniciativa das próprias radiodifusoras públicas) e no Brasil (a partir de movimentações da sociedade civil organizada). Como considerações preliminares, argumenta-se que as diferentes formas de mobilização em defesa de uma comunicação pública de qualidade nos três países percorrem caminhos que também são relacionais e podem servir de inspiração em outros contextos.

Três países, três conceitos

Antes de passarmos aos relatórios, é importante alinhar o que entendemos pelo serviço de comunicação objeto deste artigo. Para alguns autores (e.g. Kunsch, 2011), a comunicação pública é prestada tanto por entes privados quanto pelo Estado e pela Sociedade Civil e se caracterizaria pela defesa ao interesse público (p. 15). Em uma linha de raciocínio complementar, Joaquim Fidalgo (2005) argumenta que no princípio a utilização do termo Serviço Público de Radiodifusão era usada de forma mais consensual, tendo como base a iniciativa o modelo da BBC (British Broadcasting Company) nos anos 1920, com mecanismos que teriam o potencial de garantir a autonomia da empresa com relação a interesses governamentais. “Sucedia isto num contexto particular, tanto em termos políticos como tecnológicos, quando se parecia óbvio que se cometesse ao Estado a gestão completa de um bem público valioso e escasso” (Fidalgo, 2005, p. 23). Porém, com a complexificação das formas de expressão desse tipo de comunicação, tanto em termos organizacionais, como em âmbito tecnológico e relacionado às formas de usos e consumos de informação nas sociedades, a nomeação desse tipo de serviço passa por elaborações. Nesse sentido, o termo Serviço Público de Mídia (SPM) vem sendo adotado por autores (e.g. Thomass, 2016) no intuito de incluir discussões sobre a multimídiaalidade do serviço.

Serviço Público de Radiodifusão, Serviço Público de Mídia e Comunicação Pública são, então, três conceitos utilizados para se referir a práticas exercidas por meios de comunicação que distribuem conteúdos audiovisuais a partir da gestão compartilhada entre o Estado e os cidadãos. Esses conceitos são exercidos em diferentes modalidades, conforme os contextos nacionais, políticos e culturais em que

se expressam. Neste artigo analisaremos três diferentes maneiras de expressão desse tipo de serviço: em Portugal, na Alemanha e no Brasil. Recentemente, os dois países europeus dessa amostra publicaram relatórios com sugestões para o desenvolvimento do serviço de público de radiodifusão, e no Brasil, onde o modelo ainda não é sequer reconhecido por grande parte da população, movimentos organizados da sociedade civil elaboram documentos em defesa da comunicação pública.

Portugal: recomendações para a inovação da RTP

O Livro Branco² da Radiodifusão Pública Portuguesa é um relatório elaborado a partir de uma comissão³ instaurada pelo Ministério da Cultura português no contexto da renovação da concessão do Serviço Público de Radiodifusão do país. O grupo foi composto por acadêmicos pesquisadores da radiodifusão pública, além de profissionais e gestores renomados da área. Durante os quase quatro meses de trabalho durante o ano de 2023⁴, a comissão se reuniu com 112 pessoas, algumas das quais contribuíram com escritos para o relatório, para obter informações relativas à Rádio e Televisão de Portugal (RTP), que há quase 90 anos atua como a empresa concessionária do Serviço Público de Radiodifusão português. A cada 15 anos o contrato de concessão da RTP é revisado e renovado, conforme sua atuação nesse período. Neste ano esse processo

-
2. O termo Livro Branco é usado em português para se referir a relatórios elaborados por instituições de governo para apontar problemas e sugerir soluções na implementação de políticas públicas.
 3. A comissão contou com a participação de sete pesquisadores e especialistas da área: Felisbela Lopes (Coordenadora), Catarina Duff Burnay, Clara Almeida Santos, Francisco Sena Santos, Jorge Wemans, Rui Romano e Sérgio Gomes da Silva.
 4. O grupo de trabalho foi montado a partir do Despacho n. 192/2023, do Ministério da Cultura português, publicado em 05 de janeiro de 2023. O documento foi lançado publicamente no início de maio de 2023.

contou com consultoria de um grupo de trabalho que apontava sugestões de melhorias para o serviço.

Ao fazer um retrato da RTP no momento atual, o documento explica que a empresa conta com um modelo misto de financiamento, que inclui as receitas obtidas por meio da taxa de Contribuição Audiovisual (CAV)⁵, cobrada na conta de energia elétrica de todos os portugueses, além daquelas comerciais, provindas de publicidade (limitada a seis minutos por hora), de patrocínios e de serviços prestados pela empresa (como venda de conteúdos e direitos). De acordo com o relatório, as receitas comerciais são utilizadas apenas para a redução de passivo, sendo a CAV a principal forma de financiamento da empresa. Nesse sentido, o documento também explica que o endividamento da companhia tem diminuído com relação a anos anteriores, e que “a RTP conseguiu apresentar resultados líquidos residualmente positivos (cerca de 800 mil euros), apesar dos desafios na ótica de custos que enfrentou em 2022” (Lopes et al., p. 30).

Esse investimento feito na empresa financia a estrutura para a emissão de diversos veículos, conforme tabela abaixo:

Tabela 1

Veículos e plataformas de distribuição da RTP

Rádio	Televisão	Plataformas Digitais
Antena 1	RTP 1	RTP Play
Antena 2	RTP 2	RTP Arena
Antena 3	RTP 3	Zig Zag Play
Antena 1 Madeira	RTP Memória	

5. Atualmente a taxa, que não sofre reajuste há 7 anos, tem o valor de 2,85 euros, mais 6% de IVA.

Antena 1 Açores	RTP Madeira	Participação em Agência de Notícias
Antena 3 Madeira	RTP Açores	Agência LUSA
RDP Internacional	RTP Internacional	
RDP África	RTP África	

Elaboração própria com base no Livro Branco da Radiodifusão Pública Portuguesa.

Com relação ao controle social, a instituição conta com a presença de: um Conselho Geral Independente, responsável por supervisionar e fiscalizar o cumprimento do serviço público de radiodifusão; um Conselho de Administração, com a incumbência de desenvolver e implementar um planejamento estratégico que atenda aos objetivos do serviço; um Conselho Fiscal, que verifica as contas da RTP; e uma Assembleia Geral, formada por acionistas com direito a voto. Além desses Órgãos Sociais, que determinam, implementam e fiscalizam as diretrizes estabelecidas pela e para a RTP, a empresa conta com dois órgãos consultivos que fazem uma ponte mais direta com a sociedade: O Conselho de Opinião, composto por membros de associações e outras entidades representativas da opinião pública portuguesa; e dois provedores (ombudsman), um para a rádio e outro para a televisão, que gozam de independência para receber, encaminhar e analisar críticas e sugestões da audiência com relação aos conteúdos veiculados.

Conforme o relatório, o Serviço Público de Mídia (SPM) deve seguir missões, visões, valores e princípios que o ancoram na noção de formador de cidadãos. Dentro dessas virtudes do SPM está incluída - para além dos objetivos de informar, educar e entreter - a promoção de conhecimentos e o fortalecimento do senso crítico dos cidadãos, com diversidade, pluralidade e independência, entendendo a sociedade portuguesa

no âmbito das instituições democráticas e dentro do contexto europeu. Nesse sentido, segundo o documento, é necessário que se combata a discriminação e que se estimulem valores como sustentabilidade, cidadania, solidariedade e proximidade. Para isso, além de 75 recomendações de melhorias para a RTP, o Livro Branco também traz informações detalhadas sobre a estrutura e as linhas de atuação do serviço público de mídia em Portugal, além de analisar o contexto de prestação desse tipo de serviço em outros sete países europeus (Espanha, França, Bélgica francófona, Reino Unido, Irlanda, Noruega e Suécia). As recomendações se dividem em cinco eixos: transformação digital; concessionária; informação e jornalismo; conteúdos de distribuição; e cidadãos/ãs. Cada um desses eixos desenvolve argumentos para ações na estrutura e nos processos de funcionamento da Rádio e Televisão de Portugal (RTP).

De acordo com o Livro Branco, transformações digitais não se referem apenas a digitalização dos conteúdos, deve envolver toda uma mudança nas estruturas da empresa, desde o investimento em equipamentos, passando pela reorganização dos setores e do pessoal, até a disponibilização dos conteúdos e a formação dos públicos. O diálogo entre gerações foi outro ponto enfatizado pelo relatório, que recomenda uma maior aproximação da RTP tanto com públicos mais jovens quanto com a população mais idosa. Nesse sentido, uma das propostas é a renomeação do canal RTP Memória para RTP Gerações, trazendo conteúdos que integrem as diferentes faixas etárias. Segundo o documento, é necessário aproveitar a experiência e o conhecimento crítico e ético dos mais velhos, bem como as habilidades dos mais jovens com novos dispositivos. As recomendações vão no sentido de que a RTP promova o intercâmbio de saberes entre as diferentes gerações.

A regionalização é outra questão tratada de maneira especial pelo relatório, que sugere uma maior autonomia dos Centros de Produção regionais (do Norte, dos Açores e da Madeira). Atualmente, grande parte dos conteúdos são produzidos por Lisboa, e, apesar de haver um certo investimento em produção local, o documento defende uma maior atenção da empresa para a regionalização desses conteúdos. O documento propõe também a inovação nos conteúdos, tanto naqueles informativos quanto nos de entretenimento. Para isso, dá ênfase na importância do jornalismo para o serviço público, ao mesmo tempo que estimula o investimento em grandes eventos, com a valorização da língua e da cultura portuguesa. Dessa maneira, o relatório ressalta a importância de que a RTP seja referência de conteúdos no mercado audiovisual português, incluindo rádio, televisão e as plataformas digitais.

O Livro Branco foi proposto em um contexto de abertura do governo para políticas que entendem a radiodifusão pública como mecanismo constituinte das instituições democráticas. Na atual conjuntura política de Portugal, quando se percebe uma ascensão da extrema-direita em importantes instâncias do poder, principalmente no parlamento, a implementação dessas recomendações fica limitada a práticas da própria empresa, por meio dos seus órgãos administrativos e sociais. Esse contexto também revela uma perspectiva pessimista em relação a novas propostas de desenvolvimento do setor da radiodifusão pública no país.

O Conselho do Futuro para o Serviço Público de Mídia Alemão

Diferentemente de Portugal e da maioria dos países, o sistema de radiodifusão alemão é descentralizado, ou seja, não é gerido por uma empresa nacional, mas sim por um consórcio de empresas regionais de

radiodifusão. Por isso, as decisões sobre o setor em âmbito nacional devem considerar as contribuições de todos os estados. A Comissão dos estados alemães para a radiodifusão (*Rundfunkkommission der Länder*) é a entidade que reúne gestores dos estados alemães responsáveis pelas políticas sobre radiodifusão em cada uma das regiões. Em março de 2023, a Comissão lançou um Conselho para o Desenvolvimento Futuro da Radiodifusão Pública, mais conhecido como Conselho do Futuro (*Zukunftsrat*). O grupo foi formado por oito pesquisadores e especialistas na área do Serviço Público de Mídia⁶ e coordenado pela executiva Julia Jäkel, gestora de empresas midiáticas alemãs.

Outra especificidade diferencia o sistema de radiodifusão pública alemão do português: as questões orçamentárias. Enquanto o serviço português recebe o mínimo para se manter, conforme relatado anteriormente, o orçamento para o financiamento das empresas de radiodifusão pública alemãs é bem mais vultuoso. Atualmente, a taxa da radiodifusão (*Rundfunkbeitrag*), paga por cada residência na Alemanha, passa dos 18 euros mensais⁷. Os debates em torno das mudanças nos serviços de radiodifusão no país giram em torno de como esse dinheiro poderia ser melhor aproveitado pelas empresas, levando em conta a necessidade de digitalização dos conteúdos e das suas formas de distribuição. No atual momento, as empresas, tanto públicas como privadas, têm o desafio de,

6. Os seguintes profissionais compuseram o Conselho do Futuro: Mark Cole, Maria Exner, Peter Huber, Julia Jäkel, Nadine Klass, Bettina Reitz, Annika Sehl e Roger de Weck. O documento foi lançado em janeiro de 2024. Mais informações em <https://rundfunkkommission.rlp.de/rundfunkkommission-der-laender/zukunftsrat>.

7. Em agosto de 2021 o valor da taxa foi reajustado para 18,36 euros. Mais informações em: https://www.rundfunkbeitrag.de/presse_und_aktuelles/hinweise/beitragsanpassung/beitragsservice_beginnt_mit_erhebung_des_rundfunkbeitrags_in_neuer_hoeh/index_ger.html

por um lado, manter tanto o sistema linear funcionando com qualidade, e, por outro, investir em na distribuição de conteúdos por meio de plataformas digitais, com produções direcionadas para esse tipo de meio. Em uma metáfora utilizada pela ex-diretora da RBB (empresa de radiodifusão pública da região Berlim-Brandenburg), Patricia Schlesinger, é como se as empresas tivessem que alimentar dois cavalos, um mais jovem e outro mais idoso, cada um com suas necessidades específicas (Meier, 2023, p. 51).

É nesse contexto que o relatório do Conselho do Futuro (Zukunftsrat, 2024) faz 10 recomendações que visam fortalecer as bases democráticas que caracterizam o serviço público de radiodifusão, unificando mecanismos para estabelecer uma maior eficiência em termos nacionais, sem deixar de lado a regionalização da produção, tão importante para a autonomia e pluralidade do sistema. Essas bases democráticas estariam ligadas ao desenvolvimento de um “*common ground*”, ou seja, consensos que devem permear a sociedade para que haja valores compartilhados e uma convivência democrática equilibrada entre a população. Nesse sentido, o documento ressalta a importância de integrar as pessoas (principalmente imigrantes) que têm a Alemanha como residência e que são futuros eleitores no país (Zukunftsrat, 2024, p. 6). O documento também apresenta propostas que vão no sentido de disponibilizar para a população que vive na Alemanha mecanismos que permitam uma “participação digital”, bem como um maior investimento do orçamento arrecadado pela taxa de radiodifusão na estruturação de uma empresa para a distribuição de conteúdos em uma plataforma digital unificada. Outra sugestão que o relatório traz é a mudança nos métodos de avaliação para a dotação orçamentária das empresas. Atualmente, a

comissão que determina de que forma os recursos devem ser distribuídos entre as empresas (com a sigla *KEF*) utiliza o método de avaliação e diagnóstico *ex-ante*, que propõe medidas a partir das expectativas de realização de projetos futuros. A recomendação do Conselho do Futuro é que essa avaliação possa ser feita de maneira *ex-post*, ou seja a partir da avaliação do que foi produzido no último mandato das empresas. Esse tipo de avaliação permitiria, por exemplo, atrelar o valor da taxa de contribuição à qualidade do serviço prestado pelas operadoras (a partir de critérios estabelecidos por cada um dos estados).

Não é a primeira vez que os estados da Alemanha instauram um conselho para analisar o futuro da radiodifusão pública no país. Na década de 1990, a pedido da Presidência da República alemã, um grupo de especialistas, também à época denominado Conselho do Futuro, apresentou um relatório sobre “os desafios da televisão pública em concorrência com as emissoras privadas e a necessidade de se pensar em qual tipo de programação as emissoras deveriam priorizar, de modo a garantir a pluralidade e a responsabilidade da mídia” (Costa, 2023, no prelo). Em 2017 uma iniciativa voluntária de pesquisadores da área de comunicação lançou uma carta aberta online com 10 teses sobre o futuro da mídia pública⁸. O documento ressalta a importância e a especificidade do serviço público de mídia, principalmente no ambiente digital, e reivindica ações dos legisladores que permitam a implementação de mais mecanismos de transparência e participação nas empresas do serviço público de mídia do país, permitindo uma maior pluralidade e responsabilidade na produção dos conteúdos. A carta também expressa

8. Documento disponível em <http://xn--zukunft-ffentlich-rechtliche-91c.de/>.

a importância de um planejamento de captação e alocação de recursos que considere as necessidades do serviço, já que “a missão determina a contribuição - não o contrário”.

A implementação das recomendações levantadas por esses documentos nem sempre são levadas a cabo. Uma vez que as mudanças nas regulações e nas práticas das empresas depende de atores institucionais (os parlamentos dos estados e as direções das radiodifusoras, por exemplo) e de fatores diversos (como orçamento, cultura organizacional e limites regulatórios), esses textos se apresentam como bases para debates nos espaços formais, e têm um potencial limitado de transformação efetiva. De qualquer maneira, são balizas importantes para a identificação do panorama do setor e para os planejamentos a serem feitos a partir das discussões realizadas.

Mobilizações pela Comunicação Pública no Brasil

Diferentemente dos dois casos europeus, o Estado brasileiro nunca lançou um relatório específico para o desenvolvimento do Serviço Público de Radiodifusão no país. Apesar disso, sugestões para o melhoramento do setor são publicadas periodicamente a partir da mobilização de organizações da sociedade civil, principalmente em resposta a ataques sofridos pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007 com o objetivo de gerir as iniciativas de radiodifusão pública do país.

Embora o modelo midiático brasileiro seja baseado na concentração privada, o sistema de radiodifusão no país tem raízes no modelo público com objetivos educativos e culturais. Foi com essa intenção

que a primeira rádio⁹, inaugurada em 1923, emitia uma programação que priorizava conteúdos educativos, culturais e científicos, sendo doada anos mais tarde, em 1936, ao Ministério da Educação, deixando ao Estado a incumbência de zelar por esse patrimônio e gerenciar essa função. No caso da televisão, a emissora de maior referência no país em termos de conteúdos culturais e educativos, a TV Cultura¹⁰, foi fundada por meio da iniciativa privada e anos mais tarde vendida ao Governo do Estado de São Paulo, que hoje a administra por meio da Fundação Padre Anchieta¹¹. Outras iniciativas de criação de rádios e televisões educativas, como as emissoras universitárias, surgiram a partir da década de 1960 com a criação de mecanismos legais que permitiam esse tipo de concessão:

Apesar de começarem a ser desenvolvidas a partir da década de 1950, as iniciativas de emissoras de televisão públicas e educativas no Brasil ganharam força a partir de 1967, com a promulgação do decreto-lei n. 236, que complementa e modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117/1962), permitindo que órgãos públicos da União, dos estados e municípios, além de universidades e fundações, operassem emissoras de televisão com a isenção de processos seletivos. O artigo n. 13 da Lei define que essas emissoras se destinam a divulgar conteúdos educacionais – como transmissão de aulas, conferências, palestras

-
9. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi fundada por Edgard Roquette-Pinto, um antropólogo progressista e defensor da rádio como instrumento pedagógico. Hoje, sob o nome de MEC AM, a emissora integra os veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).
 10. A TV Cultura entrou no ar pela primeira vez em 1960, com a concessão de um segundo canal do grupo Diários Associados, que já administrava a TV Tupi, primeiro canal de televisão brasileiro. Em 1969 foi adquirida pela Fundação Padre Anchieta, instituição administrada pelo Governo de São Paulo, com representação de diferentes setores da sociedade paulista e financiamento direto dos cidadãos do estado.
 11. A Fundação Padre Anchieta foi fundada em 1967 e está vinculada diretamente ao Governo do Estado de São Paulo, apesar de ter mecanismos administrativos e financeiros que lhe permitem exercer certa autonomia em relação ao Estado.

e debates – e o seu parágrafo único define que ela não tem caráter comercial, proibindo a emissão de propagandas ou patrocínio direto ou indireto dos programas. Nasce aí as bases jurídicas para a televisão educativa brasileira, que se implementa por meio da chamada teleeducação (Coelho, 2019, p. 58).

Além dessas iniciativas, existe uma grande quantidade de rádios locais vinculadas a associações comunitárias que funcionam com autorização desde 1998, quando foi promulgada a Lei n. 9.612, que implementa o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil¹². De acordo com a norma, essas emissoras “de baixa potência e cobertura restrita” têm o objetivo de divulgar conteúdos que estimulem a integração de comunidades localizadas e “dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade” (Brasil, 1998, art. 1º e 3º). A Lei também estabelece princípios de autonomia financeira e administrativa para esse tipo de emissora e permite formas alternativas de financiamento em forma de patrocínios ou apoios culturais. Apesar da existência desses mecanismos que teoricamente garantiria uma maior independência dessas rádios, é possível notar no panorama brasileiro das rádios comunitárias uma influência de interesses comerciais, políticos e religiosos (Ferreira, 2005), principalmente em forma de proselitismo¹³.

Emissoras de televisão com princípios comunitários, além de educativas e outras emissoras públicas, também são previstas na

12. Segundo dados do Ministério das Comunicações, hoje passa de cinco mil o número de autorizações para funcionamento desse tipo de emissora no Brasil.

13. O Texto original da Lei, em seu artigo 4º par. 1º, vedava qualquer forma de proselitismo (esforço de convencimento ou conversão a determinada crença religiosa ou política, por exemplo). Em 2018, o Superior Tribunal Federal julgou inconstitucional esse dispositivo, tornando possível o proselitismo religioso nas rádios comunitárias em prol da liberdade de expressão (Ventura Júnior & Curado, 2021).

legislação brasileira, mas sua forma de transmissão por meio de legal está restrita a canais em transmissoras de TV por assinatura. Esses espaços foram inicialmente garantidos na legislação brasileira pela Lei n. 8.977/1995, conhecida como Lei do Cabo, que atribuía 8 canais básicos de utilização gratuita, incluindo tevês comunitárias e educativas, além daquelas vinculadas aos poderes legislativo, executivo e judiciário locais e nacionais¹⁴. Os valores comunitários e públicos, porém, não são apenas exercidos por meio das emissoras de radiodifusão e canal fechado. Muitos desses conteúdos são também transmitidos e disponibilizados por outros meios não regulados (Peruzzo, 2010), tanto aqueles mais tradicionais e locais (como rádio-poste e carros de som, por exemplo) quanto pela internet (servidores de rádio e TV web e repositórios de vídeo e áudio, por exemplo).

É possível ver, nesse cenário, uma série de iniciativas que têm como objetivos promover conteúdos de caráter público, seja pelos valores culturais, educativos e informativos¹⁵, além de possibilidades de desenvolvimento de mecanismos que gerem autonomia financeira e administrativa que permitam a expressão do interesse público por meio da representação e da participação dos cidadãos. Essa breve contextualização já é suficiente para percebermos que a comunicação pública no Brasil não surge com a criação da EBC, mas sim é parte de um processo que passa por tentativas de reunião dos diferentes tipos de emissoras públicas de radiodifusão espalhadas pelo país em uma

14. Esses dispositivos se mantiveram mesmo após as atualizações posteriores geradas pela Lei n. 12.485/11, que regulamenta os vários serviços de televisão por assinatura, ou Serviços de Acesso Condicionado (SeAC).

15. Informar, educar e entreter é o lema da *British Broadcasting Corporation* (BBC), empresa de radiodifusão pública britânica que inspirou os princípios da comunicação pública no mundo.

empresa nacional. Este, aliás, é um dos grandes desafios que se apresenta à Empresa Brasil de Comunicação: o de formar rede entre emissoras de caráter educativo, independente, comunitário e alternativo, como operadora nacional do sistema, mantendo, contudo, a autonomia e a especificidade de cada um deles.

Nos últimos quinze anos, uma série de pesquisas acadêmicas vem sendo produzida no campo da Comunicação para entender o fenômeno de criação e desenvolvimento da EBC como operadora do sistema nacional de comunicação pública no país (e.g. Bucci & Vannuchi, 2021; Paulino & Silva, 2013; Pieranti, 2018; Valente, 2009;). Tendo sido criada em 2007 como parte de uma mobilização¹⁶ que articulou movimentos sociais do campo em torno da criação de uma TV pública de âmbito nacional¹⁷, a partir da fusão de instituições que gerenciavam radiodifusoras financiadas pelo Estado¹⁸, a Empresa tem como um dos seus objetivos gerenciar uma Rede Nacional de Comunicação Pública

-
16. O I Fórum de Televisão Pública reuniu entidades como a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom), a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) e movimentos sociais pela democratização da comunicação, como o coletivo Intervozes e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). As atividades finais do Fórum, depois de um processo de 9 meses de mobilizações e discussões, ocorreu entre os dias 8 a 11 de maio de 2007, quando as entidades participantes apresentaram pautas relacionadas à criação de uma TV pública nacional e o fortalecimento das emissoras públicas regionais.
 17. Atendendo às exigências do artigo 223 da nossa Constituição, que prevê a complementaridade dos sistemas privado, estatal e público de radiodifusão (Brasil, 1988).
 18. A EBC foi criada a partir da transformação da fusão e transformação da Radiobrás e da ACERP com o objetivo de prestar serviços de comunicação pública e para o Estado (Brasil, 2008).

(RNCP)¹⁹. Com a lei que cria a EBC (Lei n. 11.652/2008), pela primeira vez na legislação brasileira foi usado o termo Serviço Público de Radiodifusão para denominar uma instituição que prestasse esse tipo de serviço. Alguns mecanismos foram instituídos nessa norma para garantir a autonomia da empresa frente aos interesses econômicos e políticos do Estado, dentre eles: 1) a criação de uma Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP)²⁰, visando um financiamento alternativo para a empresa; 2) o estabelecimento de dois mecanismos internos de accountability e participação social (uma Ouvidoria²¹ e um Conselho Curador²²).

Entre 2008 e 2016, a Ouvidoria e o Conselho Curador da EBC desenvolveram suas atividades de forma dialogada, enfrentando uma série de embates junto à diretoria da empresa, publicizando debates relacionados às finalidades estratégicas da EBC como empresa de comunicação pública e gerando transformações em processos e conteúdos transmitidos

-
19. A RNCP foi criada na lei de criação da EBC para articular as emissoras públicas de rádio e TV do país na conformação de uma rede de co-operação e troca de conteúdos. De acordo com o site da EBC (<https://www.ebc.com.br/veiculos/rncp>, acesso em 20/11/2023), atualmente a rede conta com 68 TVs e 39 rádios associadas.
 20. De acordo com a Lei (Brasil, 2008), essa contribuição deve ser paga pelas das empresas prestadoras de serviços de telecomunicação sonora e de sons e imagens, e recolhida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Grande parte dos valores arrecadados por essa medida não foi acessado pela EBC por estarem depositados em juízo ou terem sido contingenciados pelo Executivo.
 21. De acordo com a já referida lei de criação da EBC, a Ouvidoria é coordenada por um Ouvidor-Geral nomeado para um mandato estável de dois anos, a quem compete fazer a crítica interna dos conteúdos veiculados pela empresa por meio de produtos administrativos e midiáticos (ver mais em Coelho & Paulino, 2019).
 22. O Conselho Curador da EBC era composto por 22 membros, sendo 15 representantes da sociedade civil, com funções consultivas e deliberativas estratégicas para a empresa. O Conselho foi extinto em 2016 e no seguinte foi substituído na lei por um Comitê Editorial e de Programação, com menos representação e atribuições, que nunca foi instalado (ver mais em Strozi, 2019).

pelos seus veículos²³. A partir de mudanças no comando do Executivo Federal brasileiro em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de governos que defendiam a extinção ou privatização da EBC, nota-se uma série de ataques à empresa e aos seus mecanismos de accountability e participação social, incluindo a extinção do Conselho Curador e o esvaziamento dos debates no âmbito da Ouvidoria.

Em resposta a essas capturas, movimentos da sociedade civil ligados à democratização da comunicação, aliados a funcionários da EBC, a membros do extinto Conselho e a representantes da Academia, se reuniram em ações em defesa da EBC e da comunicação pública no país. A *Frente em Defesa da EBC*²⁴ foi articulada nesse contexto, promovendo desde 2016 campanhas nas mídias sociais e no parlamento para promover pautas que pudessem auxiliar na conscientização da população e da classe política sobre a importância da EBC para a manutenção dos princípios da comunicação pública no país. Outra iniciativa, a *Ouvidoria Cidadã da EBC*²⁵, foi criada com o objetivo de suprir lacunas nos mecanismos de controle social, accountability e participação da empresa.

Como vimos, a criação da EBC foi fruto de uma mobilização de movimentos sociais ligados ao setor da comunicação pública, em um contexto de um governo progressista. Por mais que a Empresa não cumprisse naquele momento integralmente com as aspirações da sociedade para o que poderia ser considerada uma empresa de comunicação pública (principalmente por causa das relações estreitas com

23. Ver, por exemplo, o caso da adoção de uma Faixa da Diversidade Religiosa para a TV Brasil, relatado por Viula e Paulino (2015).

24. Blog disponível em <https://emdefesadaebc.wordpress.com/>, acesso em 20/11/2023.

25. Blog disponível em <https://ouvidoriacidadaebc.org/>, acesso em 20/11/2023.

o Executivo Federal), a instituição da EBC foi um marco importante para o desenvolvimento das políticas para a radiodifusão pública em âmbito nacional. Após as tentativas de desmantelamento da empresa, e com a volta de um mandato progressista à Presidência da República, as reivindicações dos movimentos sociais se tornam mais palpáveis, mas ainda assim a empresa possui muitas brechas para interferência estatal. Nesse sentido, a Empresa Brasil de Comunicação, desde a sua criação, tenta sobreviver como uma empresa de radiodifusão pública, e debates mais avançados sobre as suas possibilidades como prestadora de um serviço público de mídia acabam ficando limitados a essa condição.

Conclusões

Durante o artigo apresentamos três realidades que, quando analisadas sobre uma ótica relacional, nos permitem avaliar a essência dos termos Serviço Público de Radiodifusão, Serviço Público de Mídia e Comunicação Pública. Apesar das grandes diferenças e especificidades, os três contextos mostram desafios comuns pelos quais passam as empresas que prestam este tipo de serviço. Em primeiro lugar, nota-se a importância deste momento de transição tecnológica (e da cultura de consumo midiático) para a estruturação das empresas. Como mostrado, a distribuição de conteúdos em plataformas digitais envolve não apenas a construção de espaços para o armazenamento e disponibilização de produtos audiovisuais, mas também toda uma cadeia de produção que afeta desde a redação até o público, passando pelas formas de gestão das empresas e pela construção dos mecanismos regulatórios do serviço. Em segundo lugar, é interessante notar a necessidade que esses documentos trazem de reafirmar o próprio conceito do serviço prestado,

uma vez que essas sociedades parecem não tê-lo absorvido em sua integridade. Nesse sentido, os textos analisados trazem um consenso que aponta o Serviço Público de Radiodifusão/Mídia como essencial para o funcionamento da democracia nos países analisados. Por mais que essa acepção possa parecer óbvia, as conjunturas políticas que parecem ir de encontro ao desenvolvimento do setor (como no caso brasileiro, e mais recentemente no caso português), ou as dificuldades de implementação das ações e diálogo entre atores políticos de diferentes regiões (como no caso alemão), mostram que essa não é uma tarefa tão simples. Conectada a essa necessidade de reconhecer o Serviço Público de Mídia como primordial para o fortalecimento da cidadania nas diferentes sociedades, a formação dos públicos por meio de uma educação midiática se apresenta como uma oportunidade desafiadora para essas iniciativas. Atender aos anseios da população se torna algo mais complicado quando se identificam traços de *infoxicação* nas sociedades, em tempos de *infodemia*. E tratar dessas *doenças* que se apresentam no âmbito dos fluxos comunicacionais passa por entender os diferentes posicionamentos sem perder a essência do que o termo *público* significa. Nesse sentido, o desenvolvimento de modelos que consigam fortalecer o senso de coletividade e ao mesmo tempo entender transformações que fazem parte da evolução das sociedades é essencial para que a construção do Serviço Público de Mídia possa exercer o seu papel essencial. Assim, o registro de propostas para melhorias do serviço em diversas localidades podem inspirar realidades diversas e gerar sementes para que outras experiências floresçam.

Referências

- Bucci, E., & Vannuchi, C. (2021). A EBC à mercê do governo - qualquer governo. *E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara Dos Deputados*, 14(36), 211–226.
- Coelho, J. F. G. (2019). *Ombudsman e Comunicação Pública no Brasil e em Portugal* [Tese Doutorado, Universidade de Brasília].
- Ferreira, G. S. N. (2005). Rádio Comunitária e poder local: um estudo das relações entre os poderes locais e as novas emissoras legalizadas da região Noroeste do Estado de São Paulo. In Fidalgo, A. & Serra P. (Org.). *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico, Volume III* (pp. 205-215). Universidade da Beira Interior.
- Fidalgo, J. (2005) De que é que se fala quando se fala em Serviço Público de Televisão? In M. Pinto (Ed.), *Televisão e Cidadania: contributos para o debate sobre o serviço público* (pp. 23-40). Campo das Letras.
- Junior, E. B. L., Oliveira, G. S. de, Santos, A. C. O. dos, & Schneckenberg, G. F. (2021). Análise Documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20(44), 36-51. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>
- Kunsch, M. M. K. (Ed.) (2011). *Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania*. Difusão Editora.
- Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998*. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

- Lopes, F. (Coord.), Burnay, C. D., Santos, C. A., Santos, F. S., Wemans, J., Romano, R., & Silva, S. G. (2023). *Serviço Público de Média: Livro Branco*. Ministério da Cultura de Portugal. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=livro-branco-do-servico-publico-de-radio-e-de-televisao>
- Meier, C. (2023). Im Transit zwischen Gestern und Morgen: Zur Zukunft des öffentlich-rechtlichen Rundfunks. *Aus Politik und Zeitgeschichte: Öffentlich-rechtlicher Rundfunk*, 73(25).
- Paixão, M. (2021). *Radiodifusão Pública à Brasileira: as mudanças feitas na EBC de 2016 a 2020* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de São Paulo].
- Paulino, F., & Silva, L. M. (Eds.). (2013). *Comunicação Pública em debate: Ouvidoria e Rádio* (1a. ed.). Editora Universidade de Brasília.
- Peruzzo, C. (2010). *Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM* [Trabalho apresentado]. *Compós*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Pieranti, O. P. (2018). *A radiodifusão pública resiste: A busca por independência no Brasil e no Leste Europeu* (1. ed.). FAC Livros.
- Stiglitz, J. E. (2017). Toward a taxonomy of media capture. In A. Schiffrin (Ed.), *In the service of power: media capture and the threat to democracy* (pp. 9-17). Center for International Media Assistance. <https://doi.org/10.7916/d8-btjg-jm71>

- Thomass, B. (2016). Public service media, civil society and transparency. *International journal of digital television*, 7(3), 297-313. https://doi.org/10.1386/jdtv.7.3.297_1
- Valente, J. C. L. (2009). *TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
- Zukunftsrat [Conselho do Futuro]. (2024). *Bericht des Rates für die zukünftige Entwicklung des öffentlich-rechtlichen Rundfunks*. Rat für die zukünftige Entwicklung des öffentlich-rechtlichen Rundfunk. <https://miz.org/de/dokumente/bericht-des-rates-fuer-die-zukuenftige-entwicklung-des-oeffentlich-rechtlichen-rundfunks>

O IMPACTO DAS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS ESPÍRITAS NAS BILHETERIAS DO CINEMA BRASILEIRO

Vivianne Lindsay Cardoso¹

Mesmo com menos de 3% da população brasileira se definindo como espírita no Brasil, de acordo com dados do Censo 2010, as obras cinematográficas ligadas a temática religiosa, historicamente, impactam as bilheterias dos cinemas no Brasil, especialmente nas duas primeiras semanas de exibição. Um exemplo foi o filme “Nosso Lar 2: Os mensageiros”, lançado em 25 de janeiro de 2024 e que alcançou a marca de 1 milhão de espectadores em apenas duas semanas de exibição, um recorde que não vinha sendo alcançado pelo cinema nacional desde a pandemia de Covid-19, que resultou em meses com as salas de cinema fechadas. Em apenas um final de semana, “Nosso Lar 2:

1. Doutora em Comunicação.
Professora assistente Departamento de Comunicação Social – Unesp Bauru.
vl.cardoso@unesp.br

Os Mensageiros” ultrapassou o público de 550 mil ingressos e o faturamento de R\$ 11,8 milhões. Entre os dias 1 e 4 de fevereiro de 2024, foi a maior bilheteria brasileira.

Os dados apresentados pela Agência Nacional de Cinema – Ancine, veiculadas no Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA (2024) registram, até a sétima semana do ano de 2024, findada no dia 17 de fevereiro de 2024, um público de mais de 1,46 milhão de pessoas, em 2.113 salas de exibição em 710 complexos pelo país, ficando com a quarta maior bilheteria do período, perdendo apenas para a comédia nacional “Minha Irmã e eu”, em terceiro lugar, com 1,69 milhão de público; a animação “Wish: o poder dos desejos”, em segundo lugar com um público de 1,85 milhão de pessoas; e o filme de maior bilheteria, a ação “Aquaman 2: O reino perdido”, com um 2,02 milhões de pessoas. O feito da obra também marca a história do cinema nacional, sendo a sexta maior abertura de todos os tempos no cinema brasileiro. Observa-se que o sucesso do filme repete o perfil do primeiro filme, “Nosso Lar”, que ficou, entre 2010 e 2019 entre as 20 maiores bilheterias nacionais e alcançou um público de 4 milhões de pessoas.

Por meio de pesquisa exploratória, levantando os dados do OCA, notícias jornalísticas e matérias e textos veiculados nos portais espíritas, entre eles os sites da Federação Espírita Brasileira – FEB, utilizando o método do materialismo histórico-dialético, objetiva compreender como os filmes com temáticas espíritas impactam as bilheterias nacionais e são capazes de criar uma janela de oportunidade de acesso e consumo em larga escala para obras com temática de diversidade cultural. Em análise,

será considerada a janela de produções entre 2010 e 2024, anos de produções das obras “Nosso Lar” e “Nosso Lar 2: Os mensageiros”.

Engajamento espírita e as temáticas de interesse

Compreende-se o movimento espírita estando no escopo da diversidade cultural diante de seus menos de 3% da representatividade religiosa entre os brasileiros. Um segmento de diversidade que cresce lentamente. Comparada ao Censo 2010, com registro de 2% e o Censo 2000, com identificação de 1,3% da população brasileira, o espiritismo encontra nas salas de cinema, por meio das obras cinematográficas, um espaço de fala, escuta e representatividade de expressiva relevância da cultura nacional.

De acordo com a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (2001), a religiosidade está contida nas concepções da cultura e da diversidade cultural. A cultura se apresenta como sendo o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. E é exatamente por meio da originalidade e na pluralidade de identidades manifestas que os grupos e as sociedades são compostos (Declaração Universal de Direitos Humanos, 2001). O documento compreende a diversidade cultural como um patrimônio comum da humanidade, pois acredita que a cultura “adquire formas diversas através do tempo e do espaço” (Declaração Universal de Direitos Humanos, 2001, p. 3). Entende que ela deve ser reconhecida e consolidada como fonte de intercâmbios, de criação, de inovação e de criatividade, além de ser fator de desenvolvimento social, inclusive econômico, e está diretamente ligada à dignidade humana e suas liberdades fundamentais, bem como possui relação direta com os

princípios e objetivos da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1976).

Leví-Strauss (1953) compreende a relevância da diversidade cultural por meio de suas contribuições culturais com seus traços e aquisições que considera isolados, sendo eles desvios entendidos como diferenciais que possuem amplo potencial. São os traços, as aquisições isoladas, ou seja, os desvios diferenciais que o autor aponta serem correspondentes a maneira própria que cada sociedade escolheu ao longo de sua história para exprimir e satisfazer as aspirações tanto humanas, quando de um grupo social. Desses diferenciais é que surgem a diversidade cultural com seu potencial de contribuir para o desenvolvimento das estruturas sociais e culturais. A partir da vontade individual e coletiva que surgem as trocas e contribuições entre as mais diversas formas de ser e existir no mundo, tornando-as fecundas e necessárias para a evolução individual e social.

No pensamento de Lévi-Strauss (1953), a vontade de vivenciar as trocas e contribuições culturais e sociais parte do próprio ser humano e se tornam maiores no contexto social. Tal vontade, oriunda de uma existência consciente e de uma consciência coletiva, dependerá sempre de uma disposição individual e cultural coletiva, o que o autor chama de reciprocidade entre culturas sociais. Esta relação de reciprocidade, ou ausência dela entre as culturas, torna-se mais facilmente compreensível quando ele apresenta os conceitos de cultura cumulativa e cultura estacionária. Ao se compreender, por meio da cultura cumulativa, que tudo que é análogo ao que lhe é conhecido, dotado de significações,

torna-se mais facilmente recebido e trocado, compreende-se a dificuldade e resistência iniciais do ser humano ao que lhe é diverso.

Seguindo os pensamentos do autor, apresenta-se ainda a necessidade de que os núcleos oriundos de diversidade cultural sejam reconhecidos e atuantes em todo o processo de contemplação da produção, distribuição e consumo cinematográfico, inclusive nas relações com o grande público, para a garantia de suas liberdades de manifestação e expressão por meio de suas identidades próprias, em busca de uma efetiva heterogeneidade cultural e, com ela, alcançando um reconhecimento mútuo entre as esferas sociais. Faz-se necessário superar os enfrentamentos entre os interesses econômicos e os terrenos simbólicos, bem como as concepções excludentes entre as culturas e os cidadãos que limitem direito e oportunidade de que as mais diversas culturas sejam vistas e ouvidas no seu modo singular de ser.

Como reflexos, tornam-se não apenas viáveis, mas possíveis ações que permitam emergir novos e diversos padrões e modelos culturais, em uma cidadania que acolha tanto as identidades, quanto as diferenças de modo equitativo. Neste sentido, a doutrina espírita (ou espiritismo), passa a ser não apenas respeitado, mas acolhido e gerador de novas e diversas formas de pensar, ser e existir diante da percepção da própria existência.

Assim, o Espiritismo é definido, segundo a Federação Espírita do Rio Grande do Sul (s.d.) como sendo:

o conjunto de princípios e leis, revelados pelos Espíritos Superiores, contidos nas obras de Allan Kardec que constituem a Codificação Espírita: O livro dos espíritos; O livro dos médiuns; O evangelho segundo o espiritismo; O céu e o inferno; e A gênese”. O Espiritismo é uma ciência que trata da natureza,

origem e destino dos Espíritos, bem como de suas relações com o mundo corporal. (...) O Espiritismo realiza o que Jesus disse do Consolador prometido: conhecimento das coisas, fazendo que o homem saiba donde vem, para onde vai e por que está na Terra. (Federação Espírita do Rio Grande do Sul, s.d., par. 1)

Diante de suas singularidades, o espiritismo não se define como religião, mas sim como uma doutrina científica a partir dos estudos do educador, autor e tradutor francês Hippolyte Léon Denizard Rivail sob o pseudônimo de Allan Kardec, que foi o escritor das obras de base da doutrina, sendo a primeira O Livro dos Espíritos, lançado em 1857. O espiritismo possui três pontos de atração e características de crenças centrais: a vida do corpo espiritual que segue após a morte do corpo físico, a possibilidade de contato e conversa com os espíritos de pessoas que já morreram e a reforma íntima como ferramenta de aprendizado, transformação e evolução espiritual, sempre sustentada nas ações de caridade e fraternidade.

Observa-se, a partir das características do espiritismo, que a temática da morte é um dos elementos centrais da estrutura das obras produzidas. Inerente à vida, a morte é identificada como um dos maiores medos da humanidade. Os autores Andrade et al. (2003, p. 2) apontam que o medo do desconhecido na concepção da finitude da vida está presente em todas as culturas e valores da sociedade, sendo um enigma. Exatamente por isso, identifica-se a morte como um interesse comum.

Reflexões sobre sentido da vida, existência da alma e possibilidade de vida após a morte são crenças que ancoram comportamentos diante do processo de morte entre os seres humanos. Essas condutas podem ser percebidas e definidas por intermédio de diferentes perspectivas, de natureza positiva ou

negativa. As posturas positivas são classificadas como aceitação da morte, enquanto as negativas denotam o medo e o evitamento da morte. O medo da morte é caracterizado pelo pavor que essa possibilidade causa no indivíduo, enquanto o evitamento é definido pela atitude de fazer o possível para não pensar ou falar sobre o tema. (Andrade et al., 2003, p. 2).

Os autores apontam que a população, em geral, tem uma relação com a morte de distanciamento e restrições, chegando a considerar um fenômeno desprezível, sendo associadas a sentimentos de dor, separação e perda. O ser humano, como único ser vivo consciente de sua mortalidade, passa a temê-la como reflexo dessa consciência.

O medo da morte é universal e está relacionado ao instinto de conservação da vida. Ele é importante porque leva o indivíduo a defender sua existência, lutando ou fugindo se for atacado, e a evitar situações que podem pôr sua sobrevivência em risco. O medo da morte pode também levá-lo a adotar comportamentos saudáveis para conservar a saúde e, conseqüentemente, a vida, o maior tempo possível. No entanto, em certas circunstâncias, pode tornar-se patológico, inibindo suas ações e o impossibilitando de desfrutar da vida. (Andrade et al., 2003, p. 2)

Andrade et al. (2003) explicam que dois medos são os principais enfrentados pelo ser humano: o medo da dor física que antecede a morte e o medo da solidão e/ou abandono no momento da morte. Outros também são presentes: o medo de deixar de fazer as coisas que atualmente faz na vida, o medo de como será sua existência após a morte, o medo de como ficarão os familiares e amigos, o medo de não ter vivido todas as sensações possíveis de serem vividas antes de morrer. Pode ser decorrente ainda do medo sobre o que acontece depois

de morrer, como deixar a vida, o apego a bens materiais e a própria pretensão de ter uma vida longa.

O homem é envolto do medo da morte. O próprio ciclo da vida leva o ser humano a temê-la. O discurso sobre a morte ao longo da vida humana, implícita ou explicitamente, registra o medo desse desfecho, que se reveste de duas faces: a primeira se refere ao medo da morte dos outros. As pessoas podem sentir medo de que outras pessoas morram. Em segundo lugar, a partir ou não dessa primeira experiência ou contato, as pessoas passam a ter medo da sua própria morte. (Andrade et al., 2003, p. 3)

São exatamente as questões ligadas a complexidades da condição da morte e o medo envolvido nela que abarcam as principais temáticas dos filmes espíritas de maiores bilheterias nacionais desde 2010, conforme dados do OCA (2024). O filme “Nosso Lar” (2010) permaneceu entre as dez maiores bilheterias da história do cinema nos anuários do OCA apresentando as projeções do cinema nacional nas duas últimas décadas, sendo excluído da posição a partir de 2020. Mesmo assim, na história do cinema nacional, segue sendo o 30º filme mais assistido da história do cinema brasileiro, estando a frente de obras de grande sucesso e repercussão, como o premiado “Cidade de Deus” que está em 44º lugar, com um público de 3,3 milhões de pessoas.

O filme “Nosso Lar” contar a história apresentada no livro homônimo, assinado como sendo de autoria do espírito André Luiz e psicografado pelo médium Francisco Cândido Xavier, mais conhecido como Chico Xavier. A psicografia é apresentada pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul (s.d.) como a capacidade atribuída a determinados médiuns de escrever mensagens ditadas por espíritos. Nele, o médico André Luiz narra sua jornada no processo de morte e recomeço no

plano espiritual, enfrentando desafios de conflitos internos, relações sociais e familiares, bem como a compreensão do valor das ações de caridade e fraternidade.

No mesmo ano de 2010, o filme “Chico Xavier” conta a história de um servidor público que é médium desde sua infância e se torna o homem mais respeitado na doutrina, dando nome ao filme: Chico Xavier. A mediunidade é definida pela Federação Espírita Brasileira (2019) como a capacidade dos homens de se comunicarem com os espíritos. Nascido em 1910 e falecido em 2002, Chico Xavier é conhecido como o mais importante nome da doutrina espírita, por ser amplamente conhecido por suas atitudes humanitárias e ações de filantropia, seus trabalhos como médium ao conversar com seu mentor Emmanuel, além de psicografar milhares de mensagens de espíritos e escrever mais de 450 livros, sendo quase todos psicografados, ultrapassando mais de 50 milhões de exemplares vendidos, ficando todos os recursos destinados a ações sociais. O filme alcançou o terceiro lugar na bilheteria nacional de 2010, com a arrecadação de R\$ 30,2 milhões e um público de 3,4 milhões de espectadores.

Em 2011, em nono lugar entre as melhores bilheterias entre as obras nacionais, o filme “As mães de Chico Xavier” alcançou um público de 517.330 mil pessoas, uma bilheteria de R\$ 4,5 milhões, ao contar a história de mães que perderam seus filhos e receberam a comunicação deles já mortos por meio do médium Chico Xavier. A partir das cartas recebidas, as personagens ressignificam a compreensão e a condição da morte e passam a reconstruir suas vidas. No mesmo ano, a obra “O filme dos espíritos” retrata a jornada de um homem que, após a morte de sua esposa e a perda do emprego, considera o suicídio como solução

para suas dores. Ao receber de um desconhecido o livro que integra as obras básicas da doutrina, “O Livro do Espíritos”, inicia sua busca pela compreensão do mundo espiritual e sua felicidade. O filme alcançou um público de 320.489 pessoas, com uma bilheteria de R\$ 3 milhões.

Já em 2012, o filme “E a vida continua...” ficou em quinto lugar entre as melhores bilheterias do ano, com um público de 370.842 pessoas e uma bilheteria de R\$ 3,8 milhões. O filme conta a história baseada no livro homônimo apresentado como sendo o espírito André Luiz e psicografado por Chico Xavier, sobre um casal que se conhece e começa a identificar uma série de coincidências e identificações que aparentam não ser apenas da vida atual, remetendo a temática da reencarnação, conceito definido pela Federação Espírita Brasileira (2022) como sendo a sucessiva possibilidade de um único espírito (corpo espiritual) viver várias vidas, nascendo, vivendo, morrendo, voltando ao plano espiritual e reiniciando seu processo de evolução nascendo, vivendo e morrendo infinitas vezes em uma jornada de recomeços para sua própria evolução.

Sete anos depois, um filme espírita volta a despontar entre as maiores bilheterias nacionais do ano de 2019, como a obra “Kardec”, que ficou em sexto lugar ao atingir um público de 749.256 pessoas e alcançando uma arrecadação de R\$ 11,8 milhões. O filme que se passa na cidade de Paris, na França, conta a história do sistematizador da doutrina espírita, o então educador, autor, tradutor e pesquisador Hippolyte Léon Denizard Rivail, que adota o pseudônimo Allan Kardec e viveu entre os anos de 1804 e 1869. A história apresenta a jornada de desafios e resistências do protagonista para compreender as manifestações espirituais, a partir do olhar científico que possuía. Para isso, inicia uma busca rigorosa e sistematizada para compreender os fenômenos que incluíam

manifestações físicas, como mesas girando no ar, conhecidas como fenômenos das mesas girantes, além de sucessivas mensagens similares, com as mesmas explicações do plano espiritual sobre a vida e a morte, enviadas por espíritos, como o definido como Espírito da Verdade, por meio de diversos médiuns que não se conheciam ou tinham contato.

Após a pandemia de Covid-19, com a retomada das produções cinematográficas, em 2022, o filme “Predestinado: Arigó e o espírito do Dr. Fritz”. Em sexto lugar entre as melhores bilheterias nacionais do ano, o filme alcançou um público de 263.863 pessoas e uma bilheteria de R\$ 4,5 milhões. Inspirado na obra *Arigo: Surgeon of the Rusty Knife*, de John Grant Fuller, a história conta a vida de um morador do estado de Minas Gerais na década de 1950 que passa a ouvir vozes e sonhar com uma entidade chamada Adolph Fritzum, um médico alemão que viveu na Primeira Guerra Mundial. Após conflitos e resistências internas, além de perseguições da Igreja Católica, o personagem Arigó passa a realizar milhares de cirurgias espirituais mediando as ações do espírito do médico alemão e se torna um símbolo de esperança por meio das cirurgias e curas espirituais evitando milhares de agravamentos de doenças e mortes.

Por fim, a obra “Nosso Lar 2: Os mensageiros”², de 2024, é baseado na obra “Os Mensageiros”, psicografado pelo médium Chico Xavier apresentado como sendo feito sob influência do espírito André Luiz. O livro é a sequência da obra “Nosso Lar”, que inspirou o primeiro filme de sucesso citado. O filme de 2024 conta a história de

2. Até a finalização desta pesquisa, não haviam dados finais da posição diante de outros lançamentos, nem número de público e bilheteria alcançados pela obra em 2024.

uma equipe de trabalhadores da colônia espiritual chamada Nosso Lar que voltam à Terra, como espíritos, com a missão de auxiliar e resgatar pessoas que vivem suas vidas esquecidas dos compromissos espirituais que assumiram antes do reencarne e que passam a estar à beira da morte, bem como o processo de apoio e socorro aos espíritos sofredores perturbados que atrapalham a vida das pessoas encarnadas.

Entre as oito obras com temáticas espíritas de destaques citadas, inclusive estando entre as maiores bilheterias em cada ano de lançamento, é possível observar que a temática morte, mesmo apresentada diante de uma perspectiva religiosa, desperta o interesse e a curiosidade do público. Mesmo sendo um dos maiores medos da humanidade, a busca por sua compreensão é identificada nos resultados de exibição. O desconhecido assusta, o enigma atrai. Assim, torna-se possível afirmar que um dos pontos de expressiva atração do grande público para o consumo de obras de diversidade cultural no cinema nacional seja a apresentação e discussão de temas sensíveis e de interesse geral do grande público, criando afinidades vinculadas aos medos, desejos, dúvidas e curiosidades humanas. No caso da temática da morte, a doutrina espírita oferece às narrativas cinematográficas uma série de apontamentos elucidativos e consoladores diante da possibilidade de finitude da vida, seja pessoal ou de familiares, amigos e conhecidos. Por meio da narrativa audiovisual, o público encontra possíveis respostas e pontos de consolo para seus temores internos.

Outro ponto de fundamental relevância e impacto para o acesso e o consumo das obras de temáticas espíritas encontra-se no reflexo direto da articulação de um grupo religioso/doutrinário, de minoria social, os próprios espíritas. Identifica-se um engajamento do movimento espírita para o reconhecimento e o empenho de seus frequentadores para

prestigiar as obras que debatem os temas da doutrina já em sua estreia. O objetivo é gerar impacto significativo que resulte a permanência da obra para a segunda semana de exibição e, assim, consecutivamente.

Mesmo sendo um grupo religiosamente diverso à maioria católica e evangélica do Brasil que ultrapassam os 75% da população em 2022, - de acordo com dados do Datafolha (Carrança, 2022) para o ciclo eleitoral no Rio de Janeiro -, em análise, é possível identificar o movimento espírita como organizado e engajado, agindo de maneira estratégica ao compreender que as obras cinematográficas do tema podem esclarecer sobre a doutrina e estimular novos frequentadores, fortemente impactados e sensibilizados pelas histórias apresentando temas de interesse social e humano. Diante da dinâmica capitalista instaurada que só permanecem em sala filmes com o alcance de alta bilheteria, os espíritas têm conseguido resultados historicamente expressivos. Enquanto houver bom público, haverá exibição, seguindo a lógica do mercado. Mais do que isso, havendo público, haverá produção, distribuição e consumo, mesmo que seja de diversidade cultural.

Em uma ação estratégica de presença para aumentar a bilheteria nas estreias, os frequentadores da doutrina praticam de maneira assertiva o cumprimento dos direitos de cidadania de terem e darem voz a uma obra cinematográfica oriunda de uma temática de diversidade cultural a que pertencem.

Como explica Marx (2011, p. 71), a ação estratégica dos frequentadores da doutrina gera um real impacto na produção, distribuição e acesso das obras, já que a distribuição é mais do que a simples distribuição de produtos, mas sim – e antes, como “distribuição dos instrumentos de produção” e “distribuição dos membros da sociedade

nos diferentes tipos de produção”, o que constitui para ele a “subsunção dos indivíduos sob relações de produção determinadas”. Ou seja, o sucesso na distribuição e consumo são essenciais para a permanência e ampliação da produção.

Considerar a produção abstraído dessa distribuição nela contida é manifestamente uma abstração vazia, enquanto, inversamente, a distribuição dos produtos é dada por si mesma com essa distribuição, que é originalmente um momento constitutivo da produção. (...) *não* é a produção o verdadeiro tema da economia moderna, mas a distribuição. (Marx, 2011, p. 72)

Quando “Nosso Lar” se tornou um dos filmes mais assistidos da história do cinema brasileiro, alcançando a segunda melhor bilheteria nacional do ano com um público de mais de 4 milhões de pessoas e uma arrecadação de R\$ 36,1 milhões, perdendo apenas a liderança para o filme *Tropa de Elite 2*, com um público de 11 milhões de pessoas, identificou-se ali um segmento de conteúdo de diversidade cultural capaz de contemplar aos interesses da indústria cultural, gerando um novo e amplo nicho de consumo agregando a comunidade espírita e a qualquer ser humano que se questiona e tem interesse de compreender proposições doutrinárias de perspectivas diferentes diante da vida e da morte. A cultura cumulativa de Lévi-Strauss (1953) se faz presente e rompe as barreiras de resistência diante da diversidade cultural.

Considerações finais

No escopo da análise do materialismo histórico-dialético, partindo da premissa do número de públicos nas salas de cinema do Brasil e as bilheterias alcançadas em relação a outras obras nacionais, analisadas

entre os anos de 2010 e 2024, identifica-se que as obras espíritas possuem expressivo impacto no cinema nacional graças ao engajamento inicial articulado dos seguidores da doutrina que se empenham que gerar uma bilheteria relevante nas duas primeiras semanas de exibição, o que amplia a possibilidade de acesso e consumo das obras, inclusive e especialmente por públicos não espíritas que estejam sensibilizados e/ou interessados nas temáticas envolvidas que abarcam questões de interesses humanos e pessoais que são comuns (cumulativas) e vão além das questões de diversidade cultural, como é o caso da morte. Cria-se, assim, um mecanismo para o acesso e consumo de obras de diversidade cultural no cinema e no audiovisual brasileiros, rompendo barreiras de resistência de mercado e culturais. Em uma perspectiva dialética mais aprofundada do objeto em análise, é relevante considerar que mesmo com o aumento do número de público identificado nessas obras de forma mais acentuada, ainda são distantes das grandes bilheterias de obras internacionais.

Referências

- Andrade, A. M. G., Silva, J. V., & Baptista, M. N. (2023). Psicometria brasileira da escala do medo da morte de Collett-Lester. *Revista Bioética*, 31. <https://www.scielo.br/j/bioet/a/B3rDh4k7mCxrPRFWyGnJwFf/>
- Carranço, T. (2022, maio 9). Jovens ‘sem religião’ superam católicos e evangélicos em SP e Rio. *BBC*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61329257>
- Censo Demográfico (2000). <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9858&t=destaques>

Censo Demográfico (2010). <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>

Censo Demográfico (2022). <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>

Declaração Universal de Direitos Humanos. (1948). Obtido em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Declaración Universal de la Diversidad Cultural. (2021, outubro 15). Resoluciones (Vol. 1, pp. 66-70). Actas de la Conferencia General, 31a reunión. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000124687_spa.page=72

Federação Espírita Brasileira. (s.d.). Doutrina Espírita ou Espiritismo. <https://www.fergs.org.br/o-espiritismo>

Federação Espírita Brasileira. (2019, julho 17). Mediunidade. <https://www.febnet.org.br/portal/2019/07/17/mediunidade/>

Federação Espírita Brasileira. (2022). Você sabia? | Reencarnação. <https://www.febnet.org.br/portal/2022/08/24/voce-sabia-reencarnacao/> Lévi-Strauss, C. (1953). *Raça e História*. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf

Marx, K. (2011). *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Boitempo Editorial.

OCA. (2024). *Listagem de filmes brasileiros com mais de 500 mil espectadores 1970 a 2023*. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual. <https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/cinema/arquivos-pdf/listagem-de-filmes-brasileiros-com-mais-de-500-000-espectadores-1970-a-2023.pdf>

Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. (1976). <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/pacto-internacional-sobre-os-direitos-economicos-sociais-e-culturais>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alemanha 204, 205, 206, 208, 213, 214, 215
audiovisuais 51, 54, 56, 61, 168, 171, 176,
177, 207, 223
Audiovisuais 54
audiovisual 50, 55, 163, 170, 171, 172, 173,
174, 176, 180, 181, 212, 239, 242
Audiovisual 162, 176, 209, 229, 244

C

cidadania 58, 122, 125, 139, 140, 158, 183,
184, 186, 190, 191, 197, 198, 199, 200,
211, 224, 232, 240
Cidadania 115, 120, 130, 132, 141, 204, 225
cinema 52, 54, 170, 172, 175, 177, 178,
228, 229, 230, 235, 239, 241, 242, 244
cinematográficas 174, 178, 228, 230, 238,
239, 240
comunicação 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59,
62, 63, 64, 119, 125, 126, 128, 129,
131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140,
141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,
152, 153, 155, 156, 157, 158, 172, 174,
184, 190, 191, 200, 201, 202, 206,
207, 208, 215, 219, 220, 221, 222, 236
Comunicação 33, 65, 89, 100, 115, 118,
121, 129, 133, 134, 140, 141, 142,
143, 162, 173, 174, 181, 183, 185,
189, 204, 205, 206, 207, 216, 217,
220, 223, 225, 226, 228
comunicación 202
Comunicações 218
Covid-19 124

D

deputado 92, 117
Deputado 92, 93, 94, 99, 102, 103, 106, 107,
109, 110, 111

digital 14, 16, 18, 19, 24, 25, 29, 30, 31, 34,
52, 53, 54, 55, 60, 126, 129, 131, 133,
134, 135, 136, 138, 153, 190, 191, 202,
211, 214, 215, 227

Digital 17, 28, 50, 53, 64, 114, 115, 140, 141
discurso 90, 91, 92, 93, 94, 99, 100, 101,
102, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 114,
115, 116, 117, 184, 185, 186, 188, 189,
191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200,
201, 203, 235

E

educação 12, 14, 16, 17, 18, 19, 24, 27, 29,
31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 48,
49, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60,
61, 62, 63, 64, 65, 66, 99, 108, 121,
124, 131, 133, 183, 184, 185, 186, 197,
200, 201, 202, 203, 224

Educação 2, 3, 4, 10, 13, 14, 17, 20, 23, 28,
30, 31, 32, 39, 53, 57, 59, 133, 134, 217

Educação Financeira 57, 59

espírita 228, 230, 232, 236, 237, 239, 240,
241

Espírita 229, 232, 233, 235, 236, 237, 243

espíritas 229, 235, 239, 240, 242

F

Facebook 61, 63, 120, 130, 132

financeira 50, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65,
169, 184, 185, 190, 192, 194, 197, 199,
200, 202, 218, 219

Financeira 57, 59

G

Google 17, 18, 60, 245

H

Hip-Hop 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169,
175, 178, 179, 180

I

Instagram 92, 194

J

Jornalismo 3, 50, 204, 246

L

LGBTQIAPN+ 91, 92, 102, 110, 111, 112, 152, 163, 169

linguagem 38, 40, 53, 55, 109, 156, 185, 186, 193

Linguagem 49

linguagens 19, 24, 25, 26, 36, 55

M

machista 92, 107, 109, 111

machistas 91, 92, 98, 99, 110, 112

média 53, 60, 92

medias digitais 51, 53, 54, 58, 60, 61, 62

Medias Digitais 52

mídia 119, 125, 126, 135, 137, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 166, 168, 178, 181, 200, 211, 215, 223

mídias 119, 125, 130, 137, 139, 140, 147, 148, 153, 155, 172, 190, 199, 200, 222

mídias sociais 125, 130, 147, 153, 190, 222

mediática 14, 16, 18, 19, 29, 48, 119, 121, 127, 128, 147, 148, 153, 155, 156, 158, 184, 224

Midiática 17, 115, 141, 204

mediáticas 143, 144, 145, 148, 154, 157, 206, 213

mediático 137, 144, 145, 155, 160, 216, 223

mediáticos 140, 144, 146, 147, 152, 206, 221

mediatização 64, 119, 120, 126, 128, 137, 139, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 172, 173, 202

movimento social 95, 129, 130, 150, 151, 156, 166, 168

Movimento Social 130

movimentos sociais 89, 95, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 169, 172, 181, 220, 222, 223

Movimentos sociais 115, 118, 123, 128, 140, 150, 156

Movimentos Sociais 115, 134, 140, 141, 142, 204

mujer 68, 77, 78, 79, 80, 82, 86

Mujer 72

mujeres 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87

mulher 96, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 114, 117

Mulher 92, 93, 94, 96, 102, 105, 115

mulheres 91, 92, 94, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 122, 172, 177, 178

Mulheres 103, 106

mulheres negras 172, 177, 178

N

Nuevo León 68, 69, 74

P

pandemia 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 196, 228, 238

Pandemia 115, 123, 133

parlamento 89, 98, 110, 112, 212, 222

Parlamento 99

pedagogia 21, 23, 25, 30, 31, 51

Pedagogia 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 64

periferia 166, 169, 170

periferias 163, 174, 179
Portugal 3, 50, 118, 204, 206, 208, 211,
212, 225, 226

R

rádio 52, 62, 174, 205, 210, 212, 217, 219,
221
redes sociais 53, 56, 61, 65, 92, 111, 115,
116, 117, 120, 135, 136

S

serviço público 198, 210, 211, 212, 214,
215, 223, 225
Serviço Público 204, 205, 206, 207, 208, 210,
212, 213, 216, 221, 223, 224, 225, 226
sociedade 50, 51, 52, 53, 62, 64, 65, 90, 91,
92, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 104, 105,
106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115,
116, 119, 120, 122, 124, 127, 136, 139,
142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 153,
154, 155, 156, 157, 171, 172, 181, 183,
184, 187, 188, 206, 208, 210, 214,
216, 217, 221, 222, 230, 231, 233, 240

T

televisão 53, 54, 55, 62, 64, 155, 166, 174,
205, 210, 212, 215, 217, 218, 219, 227
transfóbico 92
transfóbicos 92, 112
transmídia 25, 26, 29
Transmídia 17
TV 52, 53, 62, 64, 217, 219, 220, 221,
222, 227
Twitter 61, 92

V

vídeo 54, 55, 56, 61, 63, 64, 176, 184, 191,
192, 193, 194, 195, 199, 219

Y

YouTube 61, 115

RIA

Editorial